

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
Mestrado Associado UFMG – Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território

Ricardo Neiva Trindade

**FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM ESPAÇOS
MÍSTICOS: o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) na
comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún em Caetité (BA)**

Montes Claros
2023

Ricardo Neiva Trindade

FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM ESPAÇOS MÍSTICOS: o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) na comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún em Caetité (BA)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado Universidade Federal de Minas Gerais – Universidade Estadual de Montes Claros em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

Montes Claros
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Trindade, Ricardo Neiva.

T833f
2023 Felicidade territorializada em espaços místicos: o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) na comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún em Caetité (BA)[manuscrito]/ Ricardo Neiva Trindade. Montes Claros, 2023.

134 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Roberto do Nascimento Rodrigues

Banca examinadora: Daniel Coelho de Oliveira, Maria do Carmo Fonseca, Marília Borborema Cerqueira .

Inclui referências: f. 108-116

1. Felicidade Interna Bruta (FIB) -- Teses. 2. Felicidade -- Teses. 3. Felicidade -- Ilé Àse Ojú Oòrún, Caetité (BA) -- Tese. I. Rodrigues, Roberto do Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 17.023.34

ELABORADA PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO ICA/UFGM

Nádia Cristina Oliveira Pires / CRB-6/2781

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
**Mestrado Associado UFMG – Unimontes em Sociedade,
Ambiente e Território**

Ricardo Neiva Trindade

**FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM
ESPAÇOS MÍSTICOS: O ÍNDICE DE
FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) NA
COMUNIDADE ILÉ ÀSE OJÚ OÒRÚN EM
CAETITÉ (BA)**

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos
professores Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues
(Orientador), Dr. Daniel Coelho de Oliveira, Dra. Maria do
Carmo Fonseca, e Dra. Marília Borborema Rodrigues
Cerqueira.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023

Profa. Dra. Flávia Maria Galizoni

Coordenadora do Mestrado Associado Universidade Federal
de Minas Gerais – Universidade Estadual de Montes Claros
em Sociedade, Ambiente e Território



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Galizoni, Professora do
Magistério Superior**, em 19/06/2023, às 09:23, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no art. 5º do
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?
ao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?ao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **2388765** e o código CRC **DB90E419**.

Dedico este trabalho...

Aos meus pais, Gilberto (In memoriam) e Efigênia.

Ao povo Ilé Àse Ojú Oòrún, povo do Poder do Olho do Sol.

AGRADECIMENTOS

Muito, e a muitas pessoas tenho a agradecer:

Ao meu pai Olorum, minha fonte de inspiração, Deus criador do universo, criador do Orum e do Aiye (céu e terra), Deus onipotente, criador de tudo e de todos. Bença pai!

À minha mãe Iansã, Eparrei Oyá! Senhora do Ilé Àse Ojú Oòrún. Alegrei-me quando me disseram: vamos à Casa de Iansã. Bença mãe!

A Exu, o senhor das passagens e dos caminhos. Que nas trilhas de nossa felicidade, Exu abra os caminhos. Laroiê, Exu! (Salve, mensageiro!).

Aos Orixás, eles que são construtores de pessoas.

Ao meu amigo/irmão Reginaldo Conceição da Silva; o Exu interlocutor entre o pesquisador e os colaboradores desta pesquisa.

Ao Bàbàlórìsà Olórí Ègbé, líder espiritual e fundador do território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún, obrigado pela confiança depositada em meu trabalho! Obrigado por me chamar de amigo, irmão e filho! Bença pai! Mo dúpé, bàbá mi! (Obrigado, meu pai!).

À minha Ìyábàsè. Era uma entrevistada igual a outros. Mas eu a tornei minha amiga, cativamo-nos.

Ao povo do Ilé Àse Ojú Oòrún, meus irmãos de axé do Poder do Olho do Sol.

Ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, da Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros.

Ao meu orientador Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues, por ter confiado em minha proposta de pesquisa e assim, passamos a caminhar juntos. Pelo suporte e apoio na realização deste trabalho, Gratidão! Mo dúpé fún gbogbo! (Obrigado por tudo!).

A todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil por suas trajetórias de lutas e resistências.

Ao sagrado de matriz africana que atravessou o Atlântico e ancorou em Terras de Além-Mar, o Brasil.

Mo dúpé ẹ! (Obrigado a vocês!). Gratidão!

EPÍGRAFE

Ilé Àse Ojú Odrún: o tempo da felicidade.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

“Acredito que o objetivo da nossa vida seja a busca da felicidade. Isso está claro. Quer se acredite em religião ou não, quer se acredite nesta religião ou naquela, todos nós buscamos algo melhor na vida. Portanto, acho que a motivação da nossa vida é a felicidade.”

Dalai Lama

RESUMO

Esta dissertação se propôs a mensurar e analisar o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como medida de bem-estar em contextos de povos e comunidades tradicionais, levando em consideração não apenas a estimativa do indicador, mas também o entendimento do seu significado para o universo de investigação, com base em informações de natureza qualitativa. O estudo foi realizado com base em pesquisa de campo realizada com integrantes do território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún (em yorubá, Casa Poder do Olho do Sol), comunidade afro-religiosa localizada no município de Caetité, Bahia. A pesquisa ancora-se em dados quantitativos e qualitativos coletados por meio da aplicação de questionário com questões atinentes às dimensões ou domínios necessários para estimativa do FIB (padrão de vida, educação, saúde, meio ambiente, governança, uso do tempo, cultura, vitalidade comunitária, e bem-estar psicológico) e da realização de entrevistas em profundidade sobre questões objetivas e subjetivas que permeiam a percepção dos entrevistados sobre felicidade. As questões de múltipla escolha foram construídas a partir de uma escala likert. Para análise das respostas às questões abertas foi adotada a estratégia de geração de nuvem de palavras com utilização do R wordcloud no software R. A análise de conteúdo foi adotada para consideração das entrevistas em profundidade. A média geral do FIB calculada para o Ilé Àse Ojú Oòrún foi de 3,06, o que permite concluir que os integrantes dessa comunidade se consideram “felizes”. O menor índice na composição do FIB foi registrado para a dimensão governança, indicando que a comunidade pesquisada está “pouco feliz” com o desempenho do governo, nas três esferas do poder, com os investimentos públicos e com a participação política no município. No outro extremo, a maior média foi apresentada pelo FIB bem-estar psicológico, evidenciando uma comunidade “feliz” com suas orações e meditações, com sentimento de alegria, paz, satisfação e otimismo. Família, principalmente, e religião configuraram como pilares para a sensação de felicidade. Um segundo grupo de palavras apontadas como propulsoras de felicidade inclui amor, amigos e trabalho. Na sequência, em um terceiro nível de maior frequência foram mencionadas palavras como comunidade, saúde, estudos, cultura, paz, dança, natureza, dentre outras, além de dinheiro. Verificou-se a predominância de fatores não-materiais como indutores de felicidade, apontando para uma associação entre felicidade e relações sociais e familiares. Uma concepção importante para a análise e compreensão da estimativa do FIB apresentada nesta dissertação consiste na felicidade territorializada em espaços místicos. A felicidade é territorializada quanto vincula indivíduos e grupos a um princípio material de apropriação. Todavia, também é necessário pensar a felicidade para além da apropriação material do espaço, pois embora os territórios não sejam experimentados somente pela ótica do afeto, fato é que os afetos também produzem territórios. Em resumo, os resultados e análise do FIB na comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún corroboraram a ideia de que o cálculo do FIB tem se transformado em um importante instrumento de pesquisa como aporte para o fomento de iniciativas públicas e privadas, individuais e comunitárias que sejam capazes de contribuir para a ampliação dos níveis de felicidade, sobretudo de felicidade comunitária. Verificou-se que a busca da felicidade subjetiva é meta desejada por todos, mas alcança-la não é somente uma questão de natureza subjetiva, pois depende também da cooperação e do favorecimento de elementos de natureza objetiva, tais como educação, saúde, trabalho e seguridade.

Palavras-chave: Felicidade Interna Bruta; Felicidade; Felicidade Territorializada; Domínios do FIB; Caetité; Ilé Àse Ojú Oòrún.

ABSTRACT

This dissertation proposed to measure and analyze the Gross National Happiness Index (GNH) as a measure of well-being in contexts of traditional peoples and communities, taking into account not only the estimation of the indicator, but also the understanding of its meaning for the universe of investigation, based on qualitative information. The study was carried out based on field research carried out with members of the territory-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún, an afro-religious community located in the municipality of Caetité, Bahia, Brazil. The research is based on quantitative and qualitative data collected through the application of a questionnaire with questions related to the dimensions or domains necessary to estimate the GNH (standard of living, education, health, environment, governance, use of time, culture, vitality community, and psychological well-being). In-depth interviews on objective and subjective issues that permeate the respondents' perception of happiness was also conducted. The multiple-choice questions were constructed from a Likert scale. To analyze the answers to the open questions, the word cloud generation strategy was adopted using the R wordcloud in the R software. Content analysis was adopted to consider the in-depth interviews. The general average of the GNH calculated for Ilé Àse Ojú Oòrún was 3.06, which allows us to conclude that the members of this community consider themselves "happy". The lowest index in the composition of the GNH was registered for the governance dimension, indicating that the researched community is "not very happy" with the performance of the government, in the three spheres of power, with public investments and with political participation in the municipality. At the other extreme, the highest average was presented by the GNH psychological well-being, showing a "happy" community with their prayers and meditations, with a feeling of joy, peace, satisfaction and optimism. Family, mainly, and religion were pillars for the feeling of happiness. A second group of words identified as happiness drivers include love, friends and work. Then, at a third more frequent level, words such as community, health, education, culture, peace, dance, nature, among others, were mentioned, in addition to money. There was a predominance of non-material factors as happiness inducers, pointing to an association between happiness and social and family relationships. An important conception for the analysis and understanding of the estimate of the GNH presented in this dissertation consists of territorialized happiness in mystical spaces. Happiness is territorialized when it links individuals and groups to a material principle of appropriation. However, it is also necessary to think of happiness beyond the material appropriation of space, because although territories are not experienced only from the perspective of affection, the fact is that affections also produce territories. In summary, the results and analysis of the GNH in the Ilé Àse Ojú Oòrún community corroborate the idea that the calculation of the GNH has become an important research instrument as a contribution to the promotion of public and private, individual and community initiatives that are capable of to contribute to increasing levels of happiness, especially community happiness. It was found that the pursuit of subjective happiness is a goal desired by all, but achieving it is not only a matter of a subjective nature, as it also depends on the cooperation and favoring of elements of an objective nature, such as education, health, work and security.

Keywords: Gross National Happiness; Happiness; Territorialized Happiness; GNH domains; Caetité; Ilé Àse Ojú Oòrún.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Centro para Estudos do Butão
CNV	Comunicação Não-Violenta
FIB	Felicidade Interna Bruta
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFL	Índice de Felicidade Local
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPH	Índice de Pobreza Humana
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PERMA	Positive emotion, Engagement, Relationships, Meaning, Accomplishment
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNL	Produto Nacional Líquido
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF	Postos de Saúde da Família
SESAB	Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UNACON	Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FELICIDADE: CONCEITOS, SUBJETIVIDADE E MENSURAÇÃO	20
2.1 O que é felicidade?	20
2.1.1 Abordando novos conceitos: felicidade territorializada em espaços místicos..	25
2.2 Direito à felicidade	28
2.3 Economia da Felicidade	30
2.4 A felicidade no âmbito de indicadores de desenvolvimento sustentável	34
2.5 Considerações adicionais.....	45
3. METODOLOGIA	47
3.1 Breve histórico e características socioeconômicas da área de pesquisa	47
3.2 A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún.....	49
3.2.1 O território sagrado Ilé Àse Ojú Oòrún	53
3.3 População colaboradora	58
3.4 Métodos	61
3.4.1 Instrumento de coleta de informações para estimativa do FIB	63
3.5 Observação participante	65
4. FELICIDADE INTERNA BRUTA DA COMUNIDADE ILÉ ÀSE OJÚ OÒRUN	71
4.1 Caracterização sociodemográfica da população estudada	71
4.2 Felicidade Interna Bruta do Ilé Àse Ojú Oòrún e suas diferentes dimensões	75
4.3 Outras experiências de estimativa do FIB no Brasil	79
4.4 Os domínios ou dimensões do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún	82
4.5 Felicidade: a construção de conceitos a partir do trabalho de campo.....	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6. REFERÊNCIAS	108
QUESTIONÁRIO FELICIDADE INTERNA BRUTA	117
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PESQUISA DE CAMPO	125

1. INTRODUÇÃO

Para medir o nível de desenvolvimento de um país são utilizados vários critérios, alguns estritamente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) – que mede a riqueza produzida pelo país em um determinado período de tempo –, o PIB per capita – que é a soma de toda riqueza produzida por um país, dividida por sua população –, e outros que levam em consideração a dimensão social, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em três indicadores – saúde, renda e educação.

A tentativa de incorporar outras variáveis, além daquelas estritamente econômicas, para mensuração do desenvolvimento, baseia-se em argumentos como o de Guimarães (1988), de que fenômenos sociais e ambientais não podem ser entendidos e mensurados tendo por base parâmetros simples ou relações de causalidade (GUIMARÃES, 1988). O entendimento a respeito desses fenômenos deve considerar questões qualitativas, históricas e institucionais.

É certo que indicadores são elementos essenciais para a compreensão da complexidade da realidade dos fenômenos, inclusive, mediante construções de projeções para um município, estado, país, comunidades e outros. Mas, por outro lado, os indicadores (quantitativos ou qualitativos) não podem ser trabalhados de modo meramente estatístico, pois devem ser sempre pensados enquanto representações de variáveis que assumem, em um tempo específico, alguma carga valorativa.

Portanto, pensar indicadores a partir de valores é fundamental para a tomada de decisões por parte do gestor público, auxiliando-o na definição de políticas públicas, ao apresentar um aporte de informações acerca do cenário sobre o qual o indicador será aplicado (QUIROGA, 2001). De acordo com Guimarães e Feichas (2009), para que os indicadores possam ser verdadeiros instrumentos catalizadores de mudanças, devem possibilitar: (I) mensurar diferentes dimensões, de forma a apreender a complexidade dos fenômenos sociais; (II) possibilitar a participação da sociedade no processo de definição do desenvolvimento; (III) comunicar tendências, subsidiando o processo de tomada de decisão; e (IV) relacionar variáveis.

Em 1972, o 4º rei do Butão, Jigme Singye Wangchuc, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresentou ao mundo o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), com o argumento de que o cálculo da riqueza de uma nação deve

considerar outros aspectos, além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. Para Wangchuc, a razão de ser de um governo é proporcionar felicidade ao povo, elaborando políticas públicas e realizando ações governamentais com o propósito de levar as pessoas a se sentirem mais felizes (CARVALHO, 2010).

O que leva as pessoas a se sentirem felizes? Para responder a tal questionamento, Wangchuc reuniu um conjunto holístico de pensadores com a incumbência de refletirem acerca da felicidade. Deste modo, o tão complexo tema, felicidade, tornou-se assunto de Estado, Governo e de pesquisa. Após debates, muitas vezes pautados pelo dissenso, o grupo finalmente chegou à conclusão de que ninguém é capaz de dizer quão feliz ou não outra pessoa é, pois para tentar responder acerca da felicidade alheia são utilizados critérios subjetivos, pensando a felicidade do outro a partir da cosmovisão do entrevistador e não do entrevistado. Importaria, então, saber o que de fato é necessário para que o outro se sinta feliz (CARVALHO, 2010).

Sustentado sobre quatro pilares – a promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário, a preservação e a promoção dos valores culturais, a conservação do meio ambiente natural, e o estabelecimento de uma boa governança –, o FIB tem conquistado espaços cada vez mais amplos nos meios políticos, na mídia e, sobretudo, na academia. Inseridas no âmbito da temática denominada “*Economia da Felicidade*”, as discussões sobre o FIB centram-se na perspectiva de utilizá-lo como opção de complementação aos índices já estabelecidos, ao invés de considerá-lo como substituto de indicadores mais ortodoxos.

Mas, na verdade, os primórdios da civilização a ideia de felicidade acompanha a humanidade e alcançá-la tornou-se objetivo fundamental de todo o esforço humano (HUME, 1741). A felicidade, ou sua busca, encontra-se presente no cotidiano do ser humano como um ideal a ser perseguido. Deste modo, ao correr dos séculos, seja no Oriente ou no Ocidente, refletir acerca da felicidade e, sobretudo, saber alcançá-la, tornou-se tema quase que obrigatório.

Etimologicamente, a palavra felicidade, segundo Santos (2011), teria surgido entre os gregos, possivelmente no século VII antes de Cristo. O conceito de felicidade encontrou em Tales de Mileto (624-557 A. C.) um de seus definidores. Para ele, feliz é quem tem corpo

são e forte, mas também boa sorte e alma bem formada. Assim, a felicidade seria a somatória de prazeres particulares, pretéritos e futuros.

Para Ribeiro (2018), Demócrito, filósofo grego, foi o primeiro a questionar a natureza da felicidade no mundo ocidental, pensando o conceito de felicidade a partir de uma abordagem subjetivista. Nesta perspectiva, a felicidade não se relaciona com as noções de destino favorável e de circunstâncias externas, mas é o resultado do modo de pensar do ser humano. Contudo, este modo de pensar não se coaduna com as ideias de felicidade conforme defendidas por Sócrates e Platão, para os quais a felicidade resume-se ao que é bom e belo. Ainda de acordo com Ribeiro (2018), o conceito de felicidade foi pensado por Aristóteles como uma espécie de boa vida e boa ação. Assim, a felicidade é concebida enquanto princípio orientador do ser humano em todas as suas motivações, traduzindo o “onde” e o “como” ser feliz em sinônimos de como viver bem.

Nesse sentido, a felicidade é, para Lunt (2004), um valor tão precioso e indiscutível que, como um exemplo emblemático, a Declaração de Independência dos Estados Unidos reconhece que: “*todo homem tem o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade*”. Na contemporaneidade, conforme argumenta Santos (2015), a felicidade não é mais compreendida como consequência da ação moral da qual emergem valores externos aos indivíduos, mas como resultado da própria agência humana. Deste modo, o indivíduo contemporâneo passa a ser reconhecido como o único responsável pela definição dos conteúdos de sua própria felicidade, bem como pelas ações que deva praticar para alcançar a felicidade. Em síntese, compete ao indivíduo selecionar os valores que possam guiá-lo em sua busca da felicidade.

Dixon (2004) argumenta que índices como o PIB e o IDH, que mensuram, respectivamente, o crescimento econômico e o desenvolvimento, não conseguem mensurar a satisfação do indivíduo com a própria vida. Portanto, índices como o FIB lançam um novo olhar para os indivíduos, pois aqueles que através de índices ortodoxos são vistos como meros agentes econômicos são, agora, também pensados a partir de novos olhares, que procuram enxergar felicidade, bem-estar e desenvolvimento coletivo.

Dessa forma, como observam Mendonça (2014) e Ferreira (2015), a finalidade do FIB é mensurar, a um só tempo, qualidade de vida e progresso social, sempre pensados de forma holística e a longo prazo, o que contribui para transformar o indicador em verdadeira

medida multidimensional, não se prendendo ao campo da exclusividade matemática. De acordo com Tobgag (2011), intrínseca ao FIB está a noção de desenvolvimento sintonizado com o bem-estar dos indivíduos, cabendo ao gestor público a responsabilidade de criar o cenário propício para assegurar a felicidade dos cidadãos.

Borelli e Torres (2014) apontam que a partir da criação do Centro para Estudos do Butão (CEB) foi possível pensar o FIB como um indicador a um só tempo transcultural e de base empírica, inclusive com o objetivo de apresentar justificativas perante eventuais críticos ao novo índice que, distante de ser um tratado budista acerca de felicidade, é, sobretudo, ciência. Com isso, o CEB procurou respaldar o caráter universal do FIB, assegurando que o referido índice, antes de tudo, é um sistema científico e, como tal, pode ser adotado em qualquer ambiente cultural, independente de crenças teológicas ou pressupostos filosóficos.

Ao longo dos anos, através do CEB e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram realizadas inúmeras conferências internacionais sobre o FIB, com o objetivo de disseminá-lo enquanto índice alternativo e complementar ao PIB. No Brasil, segundo Jochem e Pellin (2019), o tema foi introduzido em 2008, com a chegada ao país da antropóloga estadunidense Suzan Andrews, convidada pelo PNUD para coordenar o FIB Brasil, com o intuito de conciliar, no país, crescimento econômico e aumento do bem-estar das pessoas.

Todavia, de acordo com Trindade (2015), “*a natureza jurídica da ONU a coloca frente aos Estados-membros como um ente cujas decisões são em regra não vinculantes, sendo apenas recomendações*”. Deste modo, o PNUD enquanto agência das Nações Unidas direcionada ao desenvolvimento humano, ao disseminar o FIB como complemento a outros índices, sobretudo ao PIB, o faz através de recomendações dirigidas aos Estados e Governos, pois o reconhecimento normativo é domínio reservado do Estado.

Como ressaltado por Bianco (2016), o FIB tem como pressuposto que os aspectos culturais, ambientais, e principalmente os sociais, devem ser complementares ou adicionados ao crescimento econômico, a fim de que se possa analisar adequadamente o desenvolvimento de uma sociedade. Nesta perspectiva, é lícito indagar: em que medida o FIB poderá adicionar informações capazes de qualificar o nível de desenvolvimento e, então, subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas mais aderentes aos anseios de bem-estar social e, eventualmente, de felicidade da população?

A tentativa de resposta a questão dessa natureza tem inspirado a estimativa do FIB em diversos países, como China, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, Austrália, Suíça, Finlândia, Dinamarca, Argentina, Guatemala e Uruguai. No Brasil, estimativas e análises do FIB têm sido registradas em diferentes contextos, como nos municípios de Angatuba, Campinas e Itapetininga, em São Paulo, Lavras (MG), Curitiba (PR), Pirenópolis, Silvânia, Caldas Novas e Jataí, em Goiás, e também no Distrito Federal, na comunidade de Rajadinha (NERY, 2014).

Pio (2021), ao realizar uma análise cienciométrica sobre o FIB, utilizando a plataforma Web of Science, constatou que no período de 1987 a 2020 foram registrados 262 documentos publicados sobre a temática FIB, dos quais 168 são artigos de periódicos. China, Estados Unidos e Austrália lideram em termos do número em publicações sobre o FIB, seguidos pelo Butão e Inglaterra. O Brasil ocupa a 12ª posição.

Ao realizar pesquisas bibliográficas através de buscas online nas bases do Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Capes, SciELO e Google Acadêmico, foi possível constatar que dentre os estudos produzidos e publicados acerca do FIB no Brasil, seja na forma de artigos, dissertações ou teses, nenhuma produção acadêmica focalizou o FIB em comunidades tradicionais.

Esta pesquisa insere-se na tentativa de estudar a possibilidade de estimar o FIB para povos e comunidades tradicionais, com o intuito de oferecer subsídios para a formulação e implantação de políticas públicas centradas não apenas no funcionamento das atividades econômicas ou produtivas, mas, sobretudo, na promoção do bem-estar da população e melhoria nas suas condições de vida, com o intuito de contribuir para torná-la feliz, ou mais feliz. Deste modo, a dissertação tem por objetivo mensurar e analisar o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como medida de bem-estar em contextos de povos e comunidades tradicionais.

Nesta perspectiva, o FIB se insere no contexto de um indicador capaz de refletir o resultado da conformação socioeconômica da população estudada, tendo em vista as especificidades do seu território, do seu ambiente e dos seus valores ético-culturais.

Utilizar o FIB para analisar o bem-estar em contextos de Povos e Comunidades Tradicionais implica reconhecer a importância dos relacionamentos e interações entre membros de uma comunidade, haja vista que sustenta a noção social e relacional do ser

humano em contextos comunitários. Significa, também, promover o fortalecimento e estabelecimento de níveis de confiança entre pares, situação essencial para a colaboração entre membros da comunidade. Por uma questão factível por parte do pesquisador, inclusive quanto aos recortes espacial e temático pretendidos nesta pesquisa, optou-se por desenvolver a presente proposta junto à comunidade território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún (em yorubá, Casa Poder do Olho do Sol), comunidade afro-religiosa localizada no município de Caetité, Bahia.

A pesquisa ancora-se em dados quantitativos e qualitativos coletados por meio da aplicação de questionário com questões atinentes às dimensões ou domínios necessários para estimativa do FIB (padrão de vida, educação, saúde, meio ambiente, governança, uso do tempo, cultura, vitalidade comunitária, e bem-estar psicológico) e realização de entrevistas em profundidade sobre questões objetivas e subjetivas que permeiam a percepção dos entrevistados sobre felicidade. Além das questões necessárias à construção do indicador (FIB), o questionário contém duas questões abertas que também permitem ir além da estimativa, fornecendo subsídios para o roteiro das entrevistas (o que o entrevistado entende como felicidade e a menção a três palavras que poderiam definir felicidade).

Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram realizadas buscas online em periódicos de livre acesso nas bases do Portal de Periódicos e em Banco de Teses e Dissertações da Capes, SciELO e Google Acadêmico, bem como buscas por informações exploratórias e descritivas acerca de dados socioeconômicos, como os produzidos pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), assim como aqueles disponibilizados pelo Relatório Mundial da Felicidade (World Happiness Report), pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Era janeiro de 2022 ocorreu minha entrada na cena da pesquisa. Pela primeira vez adentrava ao espaço sagrado do território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún. O referido terreiro é uma casa de Iansã. Contudo, assim como ocorre em outros candomblés, adentrá-lo com respeito e reverência, pois é solo sagrado, implica em pedir permissão ao Orixá que abre todos os caminhos, Exu (em Yorubá: Èṣù).

Tenho profunda admiração pela obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* (do antropólogo Malinowski (1922/1978), pois foi assumindo o papel de personagem-pesquisador participante-como-observador que Malinowski aportou no arquipélago da Nova

Guiné, dando início a um método original de investigação, o método etnográfico de pesquisa. Os fundamentos dessa estratégia de abordagem foram seguidos para a coleta de dados, informações e percepções que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa.

No Ilé Àse Ojú Oòrún pude viver múltiplas experiências significativas. Porém, a maior delas, aconteceu numa festa para Iansã. Eu estava em um dos cantos do espaço onde ocorria evento, fazendo anotações para a minha pesquisa. Inesperadamente, incorporada no Babalorixá, Iansã aproximou-se de mim, estendeu-me as mãos e, após um breve cortejo pelo salão do terreiro, fez-me sentar numa cadeira posicionada diante da assembleia. Eu não entendia o que estava acontecendo; somente ouvia frenéticos toques e cantigas, mas, ainda que eu não soubesse, naquele momento e diante da presença dos Orixás, dos filhos da casa e dos convidados, Iansã fez-me “Ogã suspenso” (é a pessoa escolhida por um Orixá para ser um ogã. O termo “suspenso” refere-se ao ato de ser assentado sobre uma cadeira pelos ogãs da casa, significando que, futuramente, se assim desejar, o suspenso será confirmado e passará por todas as obrigações para ser um ogã) e chamou-me para si.

A dissertação está organizada em outros quatro capítulos, além desta introdução. O Capítulo 2 apresenta o arcabouço teórico de sustentação do estudo, apresentando considerações sobre diversos tópicos relativos à felicidade, desde questões conceituais – incluindo felicidade territorializada em espaços místicos –, direito à felicidade, economia da felicidade e felicidade no âmbito de indicadores de desenvolvimento sustentável. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e discussão do percurso metodológico seguido na coleta de dados empíricos, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa, assim como as estratégias adotadas para estimativa do indicador e análise das entrevistas em profundidade. O Capítulo 4 contém os resultados e análise das estimativas do FIB segundo os nove domínios utilizados para o cálculo do indicador, procurando contextualizá-los tanto à luz das especificidades da comunidade que serviu como universo de investigação, quanto à luz de alguns resultados encontrados em outros estudos que estimaram o FIB para outros espaços, no Brasil. O Capítulo 4 dedica-se também à análise de informações de natureza qualitativa, tanto oriundas das questões abertas inseridas no questionário quanto das entrevistas em profundidade. Finalmente, o quinto capítulo apresenta uma síntese dos principais resultados encontrados, quantitativos e qualitativos, além de reflexões sobre estudos futuros que possam se dedicar à estimativa e indicadores capazes de focalizar o desenvolvimento socioeconômico para além das estimativas tradicionais, como PIB e IDH, através de uma

gama mais ampla de interface com elementos que, de fato, constituam indicativos de felicidade ou bem-estar da população.

2. FELICIDADE: CONCEITOS, SUBJETIVIDADE E MENSURAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar um arcabouço teórico capaz de fornecer elementos conceituais e contextuais para subsidiar a análise dos indicadores do FIB estimados neste estudo, em seus nove domínios ou dimensões, assim como a análise das informações de natureza qualitativa que permitam a tentativa de compreensão ou entendimento dos resultados, à luz do invólucro sociodemográfico, histórico e estrutural em que se encontra o universo de investigação, a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún.

Para isto, são discutidos, sucintamente, conceitos sobre felicidade – incluindo felicidade territorializada em espaços místicos –, direito à felicidade, economia da felicidade e felicidade no âmbito de indicadores de desenvolvimento sustentável.

2.1 O que é felicidade?

O que é felicidade? Esta é uma pergunta que há milênios o *Homo Sapiens* tem procurado responder e, tão importante quanto respondê-la, tem sido buscá-la. Pode-se dizer que tal questionamento persiste desde a mais tenra infância *Sapiens*. Deste modo, o senso comum, as filosofias, as teologias, as artes e, mais recentemente, as ciências, têm procurado compreender o que é felicidade e como encontrá-la. Talvez a busca da felicidade seja o que de fato move a humanidade.

A felicidade, para alguns autores, é considerada um mecanismo de sobrevivência presente no cérebro humano. Portanto, não se enquadra nos domínios psicológicos, mas na supremacia da evolução genética. Sustentando esses argumentos, o psicólogo americano Robert Wright, citado por Axt (2005), menciona que “*as leis que governam a felicidade não foram desenhadas para nosso bem-estar psicológico, mas para aumentar as chances de sobrevivência dos nossos genes a longo prazo*”. Wright argumenta que o homem, em sua escalada evolutiva, sempre agiu, inclusive instintivamente, para aumentar suas chances de sobrevivência e procriação e, ao agir de tal modo, sente-se realizado, sente-se bem. Para Axt (2005), felicidade é um truque da natureza, um mecanismo evolutivo concebido ao longo de

milhões de anos, cujo intuito é enganar. Tal truque estimula a prática daquilo que faz a pessoa se sentir bem e, ao fazer algo prazeroso, deseja repetir ao infinito a experiência bem sucedida. Portanto, os estímulos para que a pessoa faça o que a deixa feliz servem para aumentar as chances de transmissão dos genes.

Segundo Bruckner (2002), felicidade é uma ideia vaga, que pode ser comparada à insanidade, pois para ele, tentar manter-se em estado de demonstração de felicidade (euforia perpétua) é algo impossível. Existe uma ânsia pela felicidade, algo como que uma exigência da pós-modernidade em prol de um “dever de felicidade”. Na visão do autor, esta busca constante da felicidade tem tornado as pessoas muito mais inquietas e ansiosas.

Bruckner (2002) também destaca a ausência de um entendimento claro acerca do tema da felicidade. Por exemplo, pode-se perguntar sobre o alcance da felicidade: seria ela algo relacionado ao bem-estar subjetivo ou à ideia de satisfação, ou ainda à ideia de prazer? Embora o autor também considere a felicidade como bem-estar subjetivo, para ele, considerar apenas a relação entre felicidade e bem-estar é algo reducionista, pois a felicidade é como um pequeno parêntese do encantamento no interior da existência, quando as preocupações são afastadas. Bruckner fala em ausência de preocupações e, portanto, pode-se perguntar: é possível viver uma existência sem preocupações? Certamente que a resposta para tal questionamento é “não”. Todavia, o autor convida a pensar o tema da ausência de preocupações no sentido filosófico da ataraxia, termo apropriado pelo epicurismo, ou seja, trata-se da ideia de imperturbabilidade da alma, serenidade de espírito, ou a capacidade de eliminar pensamentos e sentimentos negativos, algo comparável à tranquilidade de ânimo, ou mesmo um tipo de felicidade para o domínio das paixões. Em síntese, seria uma forma de felicidade. Portanto, quando Bruckner fala em ausência de preocupações, ele o diz no sentido de ataraxia.

Ser feliz o tempo todo é possível? Para Bruckner (2002), a felicidade não pode ser um estado permanente durante toda a existência, pois há o risco de a pessoa ser lançada em uma rotina tediosa. Em tal sentido, mesmo sendo extremamente importante para o bem-estar, a felicidade não pode ser pensada como ideal absoluto, algo maior que a própria vida humana, mas tão somente parte dela, ou seja, uma vida marcada por momentos felizes, mas nunca um estado de euforia perpétua. Todavia, o autor argumenta que existe na pós-modernidade um entendimento de felicidade como um ideal absoluto, algo como ser forçado a uma existência permanentemente feliz, ou uma verdadeira ditadura da felicidade. Bruckner

reconhece que existe uma busca incessante pela felicidade e que cada indivíduo ou seus mentores cria e compartilha fórmulas universais de felicidade.

“*Toda atividade humana visa à felicidade*”, assim diz Freud em *O mal-estar na cultura* (1930/2010). Tal tese sustenta que a vida humana é civilizada. Deste modo, por ser civilizada, a existência humana implica em algum tipo de mal-estar e desconforto. Precipuamente, essa concepção pode traduzir um certo pessimismo freudiano, mas esta não é a intenção do autor. O que Freud está na verdade dizendo é que a ideia de felicidade enquanto satisfação plena, ou o que Bruckner (2002) chama de euforia perpétua, de fato é impossível, haja vista que a condição humana permite que as pessoas desenvolvam uma consciência acerca da sua própria finitude (a consciência da morte, as patologias, o envelhecimento e a corrupção do corpo). Portanto, esta consciência da finitude é um fator limitante para uma existência marcada pela felicidade ilimitada (euforia perpétua). Ademais, as pessoas não são capazes de exercer um domínio absoluto sobre a natureza, o que causa vulnerabilidades diversas e restringe o desejo de felicidade absoluta e ininterrupta. Freud acrescenta um terceiro elemento que pode limitar a noção de felicidade perpétua: trata-se da relação com os pares, pois, em tal relação, situações conflitivas podem gerar infelicidade. Em síntese, Freud não diz que os indivíduos viverão uma existência infeliz, ou necessariamente infeliz. O que ele menciona é que a vida humana gera mal-estar. Portanto, mesmo sendo possível experimentar a felicidade, isso ocorre de modo pontual, momentâneo, nunca um estado de euforia perpétua, o que é impossível.

Para Ferry (2018), a ideia de felicidade é absurda, pois sua própria definição não se sustenta, haja vista que tudo o que faz as pessoas felizes também pode fazê-las infelizes. Diante dessa dualidade, não se consegue definir a felicidade, até porque não faz sentido tentar defini-la. Ferry reconhece que é possível experimentar momentos de alegrias e espaços de serenidade, mas não a felicidade como fim, ou algo como um lugar ao qual se pode chegar.

O Ocidente vivencia atualmente, no início do século XXI, o fenômeno do crescimento da ideia de felicidade, sobretudo através da psicologia positiva e das teorias do desenvolvimento pessoal. Desse modo, surgem promessas de alcance ilimitado de bem-estar, serenidade e felicidade que, na visão de Ferry, nada mais é que uma faceta do liberalismo norte-americano, sustentada pela denominada Psicologia Positiva, criação do estadunidense Martin Seligman. De acordo com essa concepção, as pessoas podem ser felizes se praticarem exercícios de sabedoria e espiritualidade, ou seja, a felicidade depende exclusivamente do

estado interior. Ferry critica a Psicologia Positiva ao afirmar que há espaços de serenidade na vida, mas tais espaços não estão isentos de sofrerem algum tipo de perturbação, pois o tempo todo a vida humana é perturbada. Deste modo, acreditar em um estado permanente de satisfação é o mesmo que acreditar em fábulas. Assim, a felicidade não existe; o que existe são momentos de alegrias interrompidos por fatalidades.

Definir felicidade tem sido um dos maiores desafios para a Psicologia Positiva. Afinal, para o método científico é imprescindível, antes de quaisquer estudos, definir o seu objeto. Sabe-se que a definição de felicidade é extremamente complexa, haja vista que envolve mais questões de ordem subjetivas que objetivas. Seligman (2012) não procurou em suas pesquisas dizer o que é felicidade, mas preferiu tratar dos componentes da felicidade, analisando-os através de cinco grandes categorias representadas pela expressão PERMA: P – Positive emotion (Emoção positiva); E – Engagement (Engajamento); R – Relationships (Relacionamentos); M – Meaning (Significado) e A – Accomplishment (Realização).

Discorrendo acerca dessas categorias, Seligman (2012) infere que as emoções positivas podem ser mensuradas através da quantidade delas que um indivíduo vivencia ao correr do seu cotidiano e da sua vida. Uma pessoa vivencia experiências diárias positivas e negativas, mas quanto mais vivências positivas forem verificadas em sua vida, mais feliz é, ao menos em tese. A noção de engajamento é reconhecida como a capacidade de estar imerso naquilo que se faz e sentir prazer no que se faz. O relacionamento pode ser considerado o mais importante indicador de felicidade, ou seja, quanto mais efetivos forem os relacionamentos, melhores são os índices de bem-estar. O significado também é um dos componentes do PERMA e está relacionado à noção de propósito: vive-se ou deve-se viver em prol de um propósito ou sentido. Por último, a realização refere-se ao percurso escolhido para falar da narrativa subjetiva ao olhar lançado sobre o passado. Seligman conclui que para mensurar o índice de felicidade dos indivíduos é necessário considerar o conjunto dos componentes do PERMA. Assim, a somatória de emoções positivas, engajamento, relacionamentos, significado e realização é o que define se uma pessoa é feliz e quão feliz ela é.

Os cinco componentes do modelo para uma vida plena (PERMA) correspondem à base da teoria de Martin Seligman acerca da felicidade. É o que o autor chama de elementos do bem-estar, daquilo que o ser humano busca para o seu próprio bem-estar subjetivo, ou seja, ser feliz e cultivar emoções agradáveis. Desse modo, tendo bem-estar e não sendo

infelizes, as pessoas conseguem ser mais longevas, vivendo entre seis e oito anos mais do que pessoas infelizes. O autor também reconhece que indivíduos com elevado bem-estar subjetivo conseguem ter melhores relações sociais, pois são mais agradáveis aos seus pares.

Graziano (2005) admite existir uma concepção humana dualística de felicidade ou duas premissas excludentes: uma de natureza extrínseca, outra intrínseca. A primeira dessas naturezas conduz o indivíduo a buscar a felicidade para além de si mesmo, podendo encontrá-la em eventos ou conquistas externas. Como exemplo de tal natureza é possível citar o milenarismo¹. Já a segunda premissa, de natureza intrínseca, considera que é o próprio indivíduo a fonte de sua felicidade, conferindo a ele a responsabilidade de trabalhar a si mesmo para alcançá-la.

Para Harari (2017), a humanidade testemunhou nos últimos 500 anos um conjunto de revoluções. A terra transformou-se em uma unidade histórica e ecológica, a economia cresceu, a humanidade passou a desfrutar de riquezas comparadas às existentes nos contos fantásticos, a ciência e a industrialização legaram ao homem poderes sobre-humanos, e também houve transformações na ordem social, na política, nos costumes, na vida cotidiana e na esfera da psicologia humana. Diante dos avanços nos últimos 500 anos, somos mais felizes? Essa é uma das perguntas feitas pelo autor, que também questiona:

A riqueza que a humanidade acumulou nos últimos cinco séculos se traduz em contentamento? A descoberta de fontes de energia inesgotáveis abre diante de nós depósitos inesgotáveis de felicidade? Voltando ainda mais no tempo, os cerca de 70 milênios desde a Revolução Cognitiva tornaram o mundo um lugar melhor para se viver? O falecido Neil Armstrong, cuja pegada continua intacta na Lua sem vento, foi mais feliz que os caçadores-coletores anônimos que há 30 mil anos deixaram suas marcas de mão em uma parede na caverna de Chauvet? Se não, qual o sentido de desenvolver agricultura, cidades, escrita, moeda, impérios, ciência e indústria? (HARARI, 2017, p. 386).

Com o intuito de responder a essas questões, precipuamente, Harari argumenta que os historiadores raramente fazem essas perguntas. Contudo, reconhece que, na verdade, essas são as perguntas mais importantes que se pode fazer à história, haja vista que a maioria das ideologias e políticas se sustentam em ideias frágeis acerca da real fonte de felicidade. Assim,

Os nacionalistas acreditam que a autodeterminação política é essencial para a nossa felicidade. Os comunistas postulam que todos seriam felizes

¹ Crença em uma possível segunda vida de Cristo à Terra, momento no qual iniciaria um período de 1000 anos de felicidade.

sob a ditadura do proletariado. Os capitalistas sustentam que só o livre mercado pode garantir a maior felicidade possível para o maior número, criando crescimento econômico e abundância material e ensinando as pessoas a serem autossuficientes e empreendedoras. O que aconteceria se pesquisas sérias mostrassem que essas hipóteses estão erradas? Se o crescimento econômico e a autossuficiência não tornam as pessoas mais felizes, qual o benefício do capitalismo? E se for revelado que os súditos de grandes impérios são, em geral, mais felizes que os cidadãos de Estados independentes e que, por exemplo, os ganenses eram mais felizes sob o domínio colonizador britânico do que sob seus próprios ditadores? O que isso diria sobre o processo de descolonização e sobre o valor da soberania nacional? (HARARI, 2017, p. 386-387).

Todas essas possibilidades são meramente hipotéticas, pois conforme argumenta Harari (2017), os historiadores têm evitado fazer essas perguntas.

As inúmeras revoluções alcançadas pela humanidade podem demonstrar que as capacidades humanas se ampliam ao longo do tempo. Portanto, *“considerando que os humanos geralmente usam suas capacidades para aliviar sofrimentos e satisfazer aspirações, decorre que devemos ser mais felizes que nossos ancestrais medievais e que eles devem ter sido mais felizes que os caçadores-coletores da Idade da Pedra”* (HARARI, 2017, p. 387). Todavia, essa narrativa progressista e linear da história da humanidade não é convincente por pelo menos quatro razões: adquirir novos comportamentos e habilidades não é garantia necessária de uma vida melhor; as pessoas têm as mais diversas opções de consumo, mas perderam a capacidade de realmente prestar atenção ao mundo que as circunda; sabe-se que as últimas décadas foram uma era de ouro para a humanidade, mas ainda é muito cedo para apontar se isso significou uma mudança estrutural da história, ou se tudo não passou de efemeridades e boa sorte; por fim, a era de ouro do último século pode ter espalhado as sementes da destruição futura. Contudo, Harari assinala que é necessário avançar muito no debate acerca do que é a felicidade e o que é preciso fazer para alcançá-la. Deve-se fugir de conclusões ortodoxas e precipitadas, pois o debate mal começou. Por ora, o que importa é conhecer novas abordagens acerca do tema da felicidade e continuar a fazer as perguntas certas.

2.1.1 Abordando novos conceitos: felicidade territorializada em espaços místicos

Para uma melhor elaboração desta pesquisa foi necessário desenvolver e estruturar, por parte do pesquisador, os conceitos de felicidade transcendental e felicidade territorializada. A criação, desenvolvimento e aplicação desses aportes teóricos serviram

como vertentes analíticas para a presente pesquisa, com foco na possibilidade de mensurar os níveis de bem-estar e/ou felicidade de povos e comunidades tradicionais. Especificamente, sendo os sujeitos da pesquisa uma comunidade de terreiro ou povo de Axé, torna-se indispensável na análise dos dados coletados em campo perceber o quão a vinculação primordial entre felicidade, território e transcendentalidade são condições inefáveis para estimar e analisar o FIB em uma comunidade afro religiosa, como a Ilé Àse Ojú Oòrún. Aliás, esses aportes teóricos – felicidade transcendental e felicidade territorializada – são imprescindíveis para toda pesquisa que pretenda aplicar algum tipo de índice de bem-estar em comunidades tradicionais, haja vista que é o território o lócus da (re)existência para tais comunidades, espaços vitais ou de energias vitais, aos quais são conferidos sentimentos e emoções de sacralidade.

Nesta perspectiva, essa discussão poderia também ser inserida no âmbito da apresentação das estratégias metodológicas mas, como, de fato, remetem à questão da sinergia entre território e felicidade, são melhor alocadas como parte das considerações conceituais.

A felicidade subjetiva, aquela que habita o interior de cada um, marcada pelo encontro e a emoção, é formulada a partir dos lugares, *“lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”* (TUAN, 1980, p. 107). Assim, o conceito de felicidade territorializada somente poderá ser acionado através de um esforço hermenêutico que seja capaz de associar territórios e lugares. Em tal associação, os territórios passam a ser produzidos a partir do *“lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós”* (OLIVEIRA, 2012, p. 15), ou o que poderia ser denominado de territórios afetivos, de pertencimento e significação. Isto porque, conforme argumenta Haesbaert (2004, p. 72), o território *“não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço”*. Logo, *“a felicidade se constitui a partir dos lugares, cimentada pelos acontecimentos solidários, intrínsecos à sobrevivência, à manutenção da vida”* (SOUZA, 2013, p. 223).

O território da felicidade ou a felicidade territorializada é guiado pelo sentido do lugar e só pode ser acionado havendo um lugar, lócus de significação particular e relações humanas, espaço apropriado para a vida e criador de identidades para indivíduos e coletividades, ou seja, espaços que nos são familiares e, por esta razão, produtores de

territórios afetivos. Nesses territórios, a felicidade emerge como testemunha do experienciado, das marcas, dos objetos, das ideias e dos símbolos.

A felicidade é territorializada quando vincula indivíduos e grupos a um princípio material de apropriação. Todavia, também é necessário pensar a felicidade para além da apropriação material do espaço, pois embora os territórios não sejam experimentados somente pela ótica do afeto, fato é que os afetos também produzem territórios. Essa ideia de uma relação afetiva com o território encontra respaldo no sentimento de topofilia, neologismo apresentado por Yi-Fu Tuan (1980, p. 5) e que, traduzido, significa “*amor pelo lugar (...), ou o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico*” (1980 p. 5). Deste modo, Tuan acentua um conjunto de dimensões produtoras de relações felizes com os lugares, tais como o prazer visual, as percepções de saúde e vitalidade e a familiaridade, ou relações estruturadas nas noções de território e pertencimento.

Sendo um termo polissêmico, o território ou sua acepção transversa por diferentes contextos de factibilidade, sendo capaz de, a um só tempo, percorrer os emaranhados da apropriação material dos espaços, bem como alcançar as relações simbólicas construtivas das identidades. Portanto, conforme observa Santos (2011, p. 14),

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Em se tratando de uma pesquisa desenvolvida em um território-terreiro, o presente estudo suscita a necessidade de acionar a noção de território simbólico como possibilidade de felicidade em contextos místicos. Portanto, os distintos grupos sociais também se apropriam de seus territórios numa dimensão simbólica, capaz de estabelecer relações transcendentais entre sujeitos e seus espaços de vida. Deste modo,

O território não se define por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade em relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (BONNEMAISON; CAMBRÉSY, 1996, p.13).

A religião imprime ao território hierofanias², experiências carregadas de simbolismo sagrado e, por conseguinte, produtoras de territórios místicos, onde a felicidade se territorializa e transcendentaliza. Os povos tradicionais estabelecem com os seus territórios uma vinculação espiritual. Portanto, o território passa a constituir a identidade de um grupo, alcançando uma dimensão simbólica transcendental e, assim, a noção de pertencer a um território passa a ser marcada por um princípio mítico, no qual a felicidade não se desassocia da pertença territorial transcendentalizada.

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBRÈSY, 1996, p. 13-14).

Nos aspectos simbólicos, míticos e espaciais, o território transcende as fronteiras têmporo-espaciais, haja vista que é na confluência dos fluxos simbólicos impulsionados pelo sagrado que o lócus da felicidade transcendental se materializa, alcançando a alguém em particular e, simultaneamente, a todos. Ademais, os territórios místicos ou sagrados não se limitam aos espaços fechados e/ou demarcados, mas também alcançam os territórios imaginários e as dimensões simbólicas do sagrado. Nestes territórios, divindades, ancestralidades, energias e homens, coabitam múltiplas dimensões e transcendem os limites têmporo-espaciais de um modo fluido.

2.2 Direito à felicidade

O direito à felicidade e o direito à busca da felicidade tornaram-se parte do ordenamento jurídico de alguns países, como resultado da preocupação milenar que aflige a humanidade: o direito de ser feliz. A busca da felicidade subjetiva é meta desejada por todos, mas alcançá-la não é somente uma questão de natureza subjetiva, pois depende também da cooperação e do favorecimento de elementos de natureza objetiva, tais como educação, saúde, trabalho e seguridade. Ademais, para que a felicidade possa ser configurada no rol dos direitos e garantias fundamentais, antes, necessita ser constitucionalizada. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil, convém fazer o debate acerca da questão se

² Revelação ou manifestação do sagrado.

a felicidade não depende somente do indivíduo, ou seja, não é direito natural³, mas pode vir a ser direito positivo⁴. A felicidade também deveria ser direito expresso na Constituição? É necessário agregar mais um direito abstrato à Constituição do Brasil?

Na verdade, a felicidade vem sendo constitucionalizada por se tratar de um bem jurídico⁵. Nesse sentido, a felicidade é, para Lunt (2004), um bem tão precioso e indiscutível que, como exemplo emblemático, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, reconhece que *“todo homem tem o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade”*. Outros marcos históricos da positivação da felicidade, segundo Leal (2013), podem ser encontrados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 - Art. 1º: *“O fim da sociedade é a felicidade comum. O governo é instituído para garantir ao homem o gozo destes direitos naturais e imprescritíveis”* e, no Brasil, no dia 09 de janeiro de 1822 (Dia do Fico), o povo ouviu o Príncipe, D. Pedro, dizer: *“Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação..., diga ao povo que fico!”*

Referências à felicidade estão presentes na declaração de independência do Haiti (1804), Libéria (1847), Venezuela (1811) e República Democrática do Vietnã (1945). Segundo Leal (2013), o direito à felicidade faz-se presente, explicitamente, na Carta Magna do Japão (1947), Coreia do Sul (1948), França (1958), Nigéria (1999), Butão (2008) e, recentemente, na forma de resolução, também alcançou a Organização das Nações Unidas (2011), que recomendou aos Estados Nacionais a elaboração de políticas com o objetivo de promoverem a felicidade.

Conforme salientam Galinha e Ribeiro (2005), a concepção de felicidade encontra-se atrelada ao conceito de satisfação, ou seja, a satisfação imediata de necessidades terá como resultado a felicidade. Em tal sentido, Ura (2008) pensa a felicidade subdividindo-a em duas concepções. Primeiro, compreende-se a felicidade enquanto bem público, embora subjetivamente sentido. Assim, quanto mais desigual for uma sociedade, menores serão os seus níveis de felicidade. Segundo, a felicidade é pensada a partir de estímulos externos, passando a ser percebida através de estímulos sensoriais. Dada a importância do direito à

³ Direito Natural: independe do Estado ou de leis. Portanto, é inerente a todo ser humano, possuindo carácter universal, imutável e atemporal.

⁴ Direito Positivo: o conjunto de regras elaborados e vigentes num determinado país e época. Possui carácter temporal, territorial, formal, revogável, variável e mutável.

⁵ Bem jurídico é toda coisa que pode ser objeto do Direito. Bem é tudo quanto pode proporcionar ao homem qualquer satisfação.

felicidade, o filósofo Comte-Sponville (2010, p. 4), chegou a afirmar que “*nos dias atuais, a felicidade não é mais uma promessa nem uma ideia política. Tornou-se um direito e, até mesmo, um dever*”.

No contexto do ordenamento jurídico brasileiro, o direito à felicidade não encontra previsão expressa, embora sejam utilizados vocábulos análogos, tais como bem-estar e qualidade de vida. A ausência do direito à felicidade no ordenamento legal pátrio motivou o debate acerca do tema felicidade enquanto direito, no Congresso Nacional. Esse tema foi por duas vezes objeto de Proposta de Emenda à Constituição: PEC 19/2010, de autoria do senador Cristovam Buarque, e PEC 513/10, da deputada Manuela D'Ávila. Todavia, em 2015 essas duas propostas foram arquivadas. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, de fato não fala em felicidade, mas em bem-estar. Para Leal (2013), o vocábulo bem-estar possui duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. A dimensão objetiva é a mesma concretizada sobretudo pelos direitos sociais, ao passo que a subjetiva se refere aos aspectos emocionais do ser.

2.3 Economia da Felicidade

Refletir acerca da Economia da Felicidade implica em compreender as dinâmicas de um mundo que se movimenta simultaneamente e em múltiplas direções, inclusive em direções opostas. Alguns governos e empresas uniram-se em favor do capital, do lucro, da globalização e do poder corporativo. Todavia, em todo o mundo surgem espaços de resistências e a Economia da Felicidade é um desses aportes de resistências baseados na economia da localização.

Nesse sentido, Reis (2002) argumenta que a globalização como metáfora da perplexidade confunde-se com a ideia de uma não-globalização, podendo ser caracterizada pela exclusão e também pelo conjunto de práticas e iniciativas. Já as trajetórias-inesperadas, produzidas em diferentes contextos sociais, promovem, apesar dos processos globalizantes, uma nova territorialização, que ocorre por meio de processos localizados e alternativos ou modos de se pensar a economia para além do mercado, do egoísmo e do lucro. Assim, os sujeitos que estão às margens da mundialização da economia e são afetados pela não-globalização passam a elaborar estratégias inesperadas de inserção ou fomento de suas próprias trajetórias.

Conforme aponta Monte-Mór (2015), vive-se tempos de mudanças planetárias vinculadas aos mercados globalizados, mudanças desencadeadoras de ameaças climáticas em escala global e também potencializadoras de inovações tecnológicas capazes de alterar a velocidade do tempo/espço. Assim, apropriando-se do conceito de antropoceno, Monte-Mór apresenta uma nova fase da epopeia humana sobre a terra, caracterizada pelo agente humano enquanto agente geológico. Embora já se esteja sentindo os desdobramentos dessa situação, ainda não é possível mensurar integralmente suas implicações. Vive-se em um contexto planetário de verdadeira crise, sobretudo, crise institucional, marcada pela atual integração da economia mundial, reconhecida por alguns, especialmente acadêmicos e políticos, como globalizada.

A noção de incluir, excluindo, fomentada pela concentração do capital e impulsionada pelo avanço do capitalismo globalizado tem forjado a marginalização de povos e regiões em todo o planeta. Contudo, apresenta maior incidência em áreas pensadas enquanto periferias do mundo. Desse modo, é possível pensar que a hegemonia do capital globalizado tem sacrificado e, cada vez com maior frequência, populações em todo o planeta, submetendo-as a sofrimentos permanentes e sem precedentes historicizados (MONTE-MÓR, 2015).

A relação entre economia e felicidade parece algo improvável. Todavia, na atualidade, ganha cada vez mais espaço a ideia de que a felicidade está atrelada à prosperidade econômica. Ainda assim, é paradoxal que muitos pensem em manter a dinâmica econômica sem equacionar os riscos que isso pode representar ao fomento da felicidade. Quando a economia é pensada como aporte material da vida ou conforto material surge a pergunta: para que serve a economia? Muitos responderão que é para criar riquezas. Contudo, surge a necessidade de também perguntar: mas riquezas para quem?

Harvey (2013) esclarece que é na articulação entre o temporal e o geográfico que o capital poderá ser melhor explicado, sobretudo quando se passa a refletir acerca dos diferentes modos de apropriação e de exploração capitalistas, aspectos responsáveis pelo desenvolvimento geográfico desigual e, também, pelas contradições internas do próprio capital. Portanto, só faz sentido pensar a globalização se ela for compreendida enquanto projeto geopolítico do capital e da expansão do capital. Isto faz emergir, para diferentes espaços, modelos desiguais de desenvolvimento, reforçando as desigualdades entre centro e periferias. Ocorre que a bolha protetiva criada pelos detentores do capital é uma ilusão, pois

aqueles que estão à margem da bolha pressionarão os favorecidos do capital a concederem espaços para indivíduos e sociedades subalternizados. Tais pressões são expressões das fragilidades e contradições criadas pelos mercados.

Importa também refletir a respeito das contradições geradas pela própria globalização, ou seja, as fragilidades e contradições do capital também podem ser pensadas enquanto oportunidades para a grande transformação. Porém, isso somente ocorrerá mediante uma profunda mudança conjuntural, que não significa combater o capital e a sua forma maior de expansão, ou seja, a globalização, mas repensá-los e redefini-los. Nisso reside um novo paradigma, o paradigma da esperança (HARVEY, 2013).

Segundo Graham (2011), até o final dos anos 1980 a palavra felicidade não estava presente em estudos acadêmicos de economistas. Todavia, em 2007 mais de 1000 estudos acerca de economia mencionaram a palavra felicidade. A ideia que passou a vigir é que a economia só faz algum tipo de sentido se for capaz de promover felicidade às pessoas, ou seja, a economia pode ter como meio a criação de riquezas, mas isso só fará sentido se tiver como fim a felicidade.

Ocorre que, na contemporaneidade, conforme argumenta Santos (2015), a felicidade não é mais compreendida como consequência da ação moral da qual emergem valores externos aos indivíduos, mas como resultado da própria agência humana. Deste modo, o indivíduo contemporâneo passa a ser reconhecido como o único responsável pela definição dos conteúdos de sua própria felicidade, bem como pelas ações que deva praticar para alcançar a felicidade. Em síntese, compete ao indivíduo selecionar os valores que possam guiá-lo em sua busca da felicidade.

Neste novo cenário, as relações entre indivíduo, sociedade e felicidade tornam-se paradoxais. Para Santos (2015 p. 71),

A felicidade deixa de ser apresentada como uma meta a ser alcançada e passa a ser representada como uma norma social: dispondo o indivíduo de maiores recursos materiais e ideológicos para alcançar a felicidade, depende somente dele mesmo ser feliz. E neste projeto contemporâneo de felicidade, então, aqueles que não conseguem de fato sentirem-se felizes correm o sério risco de experimentar o fracasso de não conquistarem a sua própria felicidade. E isto, talvez pela primeira vez na história da humanidade, torna-se um problema não social, mas de fundo individual: se não são mais os outros, os deuses, a religião ou a coletividade, os responsáveis pela (in)felicidade, mas sim o próprio indivíduo, então não ser feliz torna-se um problema individual, uma falha, fazendo com que os

infelizes sejam considerados como os novos desviantes, o que pode muitas vezes gerar a infelicidade.

O debate sobre as dicotomias da felicidade tem alimentado as reflexões epistemológicas acerca do tema na contemporaneidade. Assim, os indivíduos de hoje não necessariamente são mais felizes que os de outrora e também não estão livres de alcançarem uma felicidade isenta de sofrimentos. Na busca atual pela felicidade, o que diferencia o agora do antes é que, mais que em qualquer outra época, as noções de individualidade, liberdade e fé na razão foram atualmente elevados em grau de importância. Deste modo, tem-se desenvolvido uma concepção dominante segundo a qual o indivíduo, e não a coletividade, é o único responsável por fomentar ações que o conduzam à felicidade ou o que vem sendo denominado de subjetivação da felicidade (BAUMAN, 2009).

Na Economia Ortodoxa a noção de bem-estar é compreendida no sentido utilitarista, sendo comparada às condições materiais dos indivíduos, ou seja, renda e consumo. Assim, a mensuração de bem-estar é atrelada aos indicadores objetivos. Essa visão utilitarista da economia encontra no economista Amartya Sen (2010) um contundente opositor. A noção de felicidade passa por outra, a de justiça. Portanto, um mundo mais justo seria um mundo mais feliz? O economista diz que a questão verdadeiramente relevante não é responder o que aconteceu com a felicidade, mas o quão ela é avaliada como importante. Assim, as pessoas devem considerar a importância da felicidade, mas essa é uma questão absolutamente subjetiva. Sen, por exemplo, não compartilha a opinião de que a felicidade é o único bem que importa. Para ele, a felicidade é um bem relevante, mas não pode ser a medida de todas as coisas.

Existem diferentes elementos na felicidade e o que realmente importa é como avaliá-la e entender todas as suas implicações e contradições. Desse modo, Sen (2010) rejeita a noção utilitarista de que uma maior felicidade é alcançada por meio de uma maior renda ou, conforme sustenta Bauman (2009), que indicadores tradicionais de desenvolvimento, por exemplo o Produto Nacional Bruto (PNB), são capazes de tudo mensurar, menos o que faz a vida valer a pena. Ademais, *“todos os dados empíricos disponíveis indicam que, nas populações das sociedades abastadas, pode não haver relação alguma entre mais riqueza, considerada o principal veículo de uma vida feliz, e maior felicidade!”* (BAUMAN, 2009, p. 5).

A crise fomentada pelo capitalismo globalizado tem sido a causa do que o economista canadense Galbraith (1988) chamou de Era da Incerteza, haja vista que a globalização fez surgir verdadeiras utopias, sustentadas nas ilusões ora de isolamentos, ora de comunhões. Neste contexto de incertezas e inseguranças torna-se imprescindível repensar o sentido de utopia para além do impossível, uma utopia pensada e construída a partir do possível, pois no atual cenário de medo generalizado e esperança limitada, somente é possível acreditar que melhores dias virão quando se conseguir trazer à baila uma nova hermenêutica para utopia.

Certamente que uma nova utopia não passa por soluções mágicas e muito menos por fórmulas preconcebidas, mas por um conjunto de ações pensadas e construídas coletivamente. Neste aspecto, importa pensar em novas utopias a partir da noção de outras economias, que não caiam na ilusão de substituírem o capitalismo, mas que sejam pensadas e operacionalizadas enquanto meios complementares à economia capitalista, ou verdadeiras respostas para as ameaças de uma nova (des)ordem que vem alcançando em todo o planeta os mais vulneráveis, as sociedades periféricas.

2.4 A felicidade no âmbito de indicadores de desenvolvimento sustentável

Com o objetivo de comparar o desenvolvimento econômico entre países, a Ciência Econômica foi, ao correr do tempo, criando indicadores para mensurar os níveis de desenvolvimento econômico e social. Em tal sentido, conforme menciona Dickinson (2012), ao fim da Segunda Guerra Mundial as diferenças dos níveis de desenvolvimento entre países tornaram-se muito mais evidentes, sobretudo quanto à qualidade de vida dos países desenvolvidos (antigas metrópoles) e a dos subdesenvolvidos (antigas colônias).

Quanto aos grupos de indicadores, Sandroni (1987) os divide em econômicos e sociais. Os indicadores econômicos são constituídos de dados estatísticos capazes de mensurar o desenvolvimento de uma determinada economia, num certo período, geralmente a cada ano, inclusive sendo possível observar mudanças e oscilações econômicas. Os indicadores sociais são constituídos através de observações referentes aos aspectos da vida social ou às possíveis transformações nela ocorridas. Deste modo, dentre os índices econômicos, os principais destaques são para o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL). Já entre os indicadores sociais,

os destaques ficam para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH).

Em 1944, após a Conferência de Bretton Woods, o PIB se tornou o principal instrumento para a quantificação da produção em certo período de tempo. Para Dickinson (2012), o PIB, mesmo tendo a sua metodologia reiteradamente atacada, é um dos indicadores mais importantes para a Ciência Econômica. Ainda assim, estudiosos como Nordhaus e Tobin (1973, p. 56) já haviam advertido que o PIB apresenta duas limitações importantes: *“como agregado monetário não tem em consideração as atividades humanas que não são avaliadas pelo mercado”*; e *“não mede os fluxos produtivos, excluindo os impactos das atividades humanas sobre o stock e os recursos naturais”*.

De acordo com Branco (2015), a ideia presente no PIB, de que crescimento econômico melhora a qualidade de vida de toda a população, precisa ser questionada, haja vista que, mais do que só crescer, é salutar também desenvolver. O desenvolvimento econômico não é só uma questão de obter um PIB per capita maior, mas fazê-lo maior sem que isso signifique aumentar a desigualdade, explorar as pessoas e degradar a natureza. Portanto, o crescimento econômico, embora seja necessário, não é suficiente para melhorar o padrão de vida dos indivíduos, ou seja, o crescimento só fará algum sentido se for justo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por sua vez, tem a sua origem associada às críticas feitas ao PIB. Criado pela ONU, o IDH tem entre os seus principais objetivos mensurar a qualidade de vida das pessoas. Segundo Ribeiro (2018), foi no bojo dos debates promovidos pelas Nações Unidas acerca da noção de desenvolvimento que o IDH foi apresentado, não como um substituto ao PIB, mas como um índice complementar a ele. Em tal contexto, importantes foram as contribuições do indiano Amartya Sen, para quem a ideia de crescimento não é sinônimo de felicidade humana. Para Sen (2000), *“o nível de bem-estar da sociedade não depende unicamente do nível da renda per capita, mas também de como essa renda é distribuída e utilizada”*.

Quanto à métrica do IDH, leva-se em consideração os estágios de desenvolvimento humano e suas necessidades essenciais comuns, tornando-se assim possível mensurá-lo através de três dimensões: longevidade, educação e renda. As dimensões para mensurar o IDH foram assim sintetizadas por Queiroz (2015, p. 25-26):

1. Longevidade, representada pela expectativa de vida ao nascer, que reflete as condições de saúde do país, uma vez que corresponde ao número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

2. Educação, representada pelo nível de educação, que busca captar o grau de instrução ou de escolaridade da população. Esse indicador é formado a partir de duas variáveis: I. Taxa de alfabetização de adultos (idade superior a 15 anos), que tem por objetivo mensurar a porcentagem da população adulta capaz de ler, escrever e compreender um texto pequeno e simples sobre o seu cotidiano; e II. Taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) relativos à população com idade entre 7 e 22 anos.

3. Renda, representada pelo PIB per capita – ajustado pela paridade de poder de compra – busca demonstrar se é possível que um indivíduo mantenha um padrão de vida minimamente aceitável, podendo ter acesso a fatores básicos e fundamentais à sua sobrevivência. Através disso, entende-se que essa dimensão contempla fatores não inclusos nas outras duas anteriores.

Para mensurar o IDH, as três dimensões formadoras do índice possuem o mesmo peso. Com base no valor do IDH, os países podem ser agrupados e classificados em três categorias distintas e em ordem crescente: países com baixo nível de desenvolvimento humano (IDH abaixo de 0,500); países com níveis médios de desenvolvimento humano, (IDH de 0,500 a 0,800); e países com elevado nível de desenvolvimento humano (IDH acima de 0,800). O IDH tem se consolidado como conceituação e mensuração do desenvolvimento humano das nações ou como uma tentativa de considerar a noção de desenvolvimento de forma mais ampla do que tem feito o PIB e o PIB per capita. Importa reconhecer que a questão econômica acerca de desenvolvimento não pode deixar de ser feita, mas também é necessário que sejam agregados diversos outros elementos para a definição de desenvolvimento (ORSI, 2009).

Todavia, apesar de seu valor analítico é importante fazer algumas ponderações em relação ao IDH. Para Orsi (2009), o primeiro questionamento que se deve fazer relaciona-se à noção de sustentabilidade ambiental, ou seja, *“de que forma a análise do desenvolvimento humano insere a questão ambiental em seus cálculos”*? A desconsideração de tão importante variável da qualidade de vida de uma população é de fato problemática. Afinal, ambientes insalubres, ainda que não resultem em óbitos precoces, podem reduzir a qualidade de vida das pessoas. Ademais, reconhecendo que os sistemas naturais desconheçam limites políticos e administrativos, impactos ocorridos em dado território podem resultar em problemas para outras áreas distantes das origens das atividades geradoras desses impactos. No entanto, isto não é captado pelo IDH, em decorrência de sua visão pontual.

Outro ponto que Orsi (2009) julga importante mencionar, ao analisar o IDH, é o fato de tal índice não abarcar toda a complexidade que envolve a qualidade de vida de uma nação. Assim, é perfeitamente possível que ditaduras apresentem um desenvolvimento humano superior ao de algumas democracias. Mas a ausência de liberdade não seria um fator prejudicial a uma população? Além do que já foi apontado, para o autor, também o IDH mascara diferenças em termos de renda, haja vista que a noção de desigualdade não é considerada no cálculo do indicador. Exemplo disso é que um país pode apresentar uma elevada concentração de renda nas camadas mais ricas da população e ter uma taxa de pobreza igualmente acentuada e, ainda assim, ter um IDH alto. Há que se considerar, ainda, que comunidades rurais, notadamente aquelas com base produtiva centrada na agricultura familiar, podem não ter como elemento central de produção de bem-estar a renda monetária. Muitas vezes, prevalecem nessas comunidades o sistema de trocas de mercadorias, de tal maneira que a renda monetária perde importância como marcador único de bem-estar.

Percebe-se, na contemporaneidade, uma preocupação de se repensar os tradicionais modelos econômicos para o cálculo da riqueza. Deste modo, modelos que consideram uma visão mais abrangente das populações estão adquirindo espaços cada vez maiores. Este é o caso do FIB que, para além dos limites estabelecidos pelos números, pode propiciar uma visão mais humanista das sociedades, bem como indicar em quais aspectos é necessário melhorar.

Assim, pensar a felicidade enquanto índice não a coloca em contraposição aos indicadores econômicos, mas como um indicador complementar aos já existentes, sobretudo ao PIB e ao IDH. Pio (2021) reconhece que a abordagem holística de sociedade, apresentada pelo FIB, é a sua grande vantagem em relação aos indicadores tradicionais, pois ao questionar as necessidades humanas da sociedade de consumo, o FIB lança novos olhares para a qualidade de vida e a sustentabilidade. Além disso, consegue responder às necessidades, tanto materiais quanto espirituais das pessoas.

Del Bianco et al., (2016), ao dissertarem acerca das dimensões estabelecidas para mensurar o FIB, argumentam que elas são condizentes com a pluralidade espacial e cultural das diferentes regiões, uma vez que os fatores que contribuem para a felicidade das pessoas são semelhantes, mesmo entre contextos tão plurais. Assim, conforme a cultura, dá-se mais ou menos ênfase para certos indicadores, embora eles sejam universalmente comuns.

O FIB é constituído a partir de nove domínios ou dimensões: bem-estar psicológico, saúde, educação, diversidade cultural, governança, vitalidade comunitária, diversidade e resiliência ecológica, padrão de vida e uso do tempo (Quadro 1).

De acordo com Asendorpf (2004), a noção de bem-estar subdivide-se em um elemento cognitivo, denominado satisfação com a vida, e outro elemento de ordem afetiva, denominado felicidade. Para Arruda (2010, p. 7), *“o bem-estar psíquico e espiritual consiste em vivenciar encontros reciprocamente gratificantes entre pessoas, ter o sentido de comunhão com os outros e com o meio natural, o sentido de pertencimento, o acesso à tradição e à integridade cultural”*.

A dimensão saúde visa medir a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono e nutrição. A saúde é reconhecida como direito fundamental a ser garantido pelo serviço público e cuja mercantilização contradiz com o que é pensado para esta dimensão, ou seja, analisar a percepção do indivíduo quanto à sua própria saúde é entender que o estado de saúde das pessoas interfere diretamente em seus níveis de felicidade. De acordo com Arruda (2010, p. 8),

Praticamente não existe lugar para a medicina preventiva nem para as atividades produtivas da saúde, como a cultura de plantas medicinais, a preparação de medicamentos naturais, a aprendizagem da alimentação adequada, o equilíbrio entre exercícios físicos e atividades sedentárias, uso de produtos da terra como plantas, frutas, verduras, de emprego doméstico, argila, metais como ouro, cobre, etc. para o tratamento e a cura de enfermidades comuns sem recorrer a médicos nem a remédios industriais.

A dimensão educação leva em conta vários fatores, como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos e valores em educação ambiental. Distingue-se dos indicadores educacionais tradicionais, pois avalia também os conhecimentos e habilidades adquiridos informalmente pelos indivíduos ao correr de sua vida, considerando suas histórias, seus aspectos culturais e suas relações com a natureza (WANGDI, 2009). A educação é reconhecida como essencial para o pleno empoderamento dos sujeitos, tanto na esfera individual como coletiva. Todavia, para alcançar tal propósito é indispensável fomentar o envolvimento da população em processos educativos permanentes, em prol da meta do bem-estar coletivo (TIDEMAN, 2004).

Quadro 1: Significados dos domínios ou dimensões do FIB

DOMÍNIOS	INDICADORES
<p>Bem-estar psicológico</p> <p>Avalia o nível de satisfação, tendo como base os sentimentos que as pessoas costumam manifestar.</p>	<p>a) satisfação com a vida: auto avaliação referente à qualidade de vida;</p> <p>b) espiritualidade, tomada como base para a avaliar os hábitos de orações, meditações ou reflexões;</p> <p>b) energias positivas.</p> <p>Energias positivas são o conjunto do estado emocional, preocupação, inveja, raiva, generosidade e compaixão (quantas vezes esses sentimentos se manifestaram nas últimas duas semanas).</p>
<p>Saúde</p> <p>Investiga a condição física e mental da pessoa questionada.</p>	<p>a) Desabilitação: avalia os problemas de saúde que desencadeiam problemas físicos a longo prazo;</p> <p>b) saúde diária: diz respeito ao número de dias nos últimos trinta dias, que o entrevistado esteve incapacitado ou doente relativo a seu estado normal; e</p> <p>c) saúde mental: questiona sobre ansiedade, autoconfiança e depressão, sendo usados questionamentos criados por psicólogos e pesquisadores dessa área.</p>
<p>Educação</p> <p>Avalia a qualidade da educação do entrevistado.</p>	<p>a) alfabetização: investiga a capacidade de ler e escrever de forma adequada na língua nativa, julgado pela declaração, não de forma qualitativa. O entrevistado deve descrever aquilo que é adequado para si;</p> <p>b) formação educacional se refere à escolaridade formal do indivíduo;</p> <p>c) conhecimentos gerais avalia o conhecimento da pessoa no tocante à cultura, doenças e leis do país; e</p> <p>d) valores morais em relação a cinco ações: mentir, matar, desarmonia e apresentação de mau comportamento no âmbito sexual.</p>
<p>Cultura</p> <p>É definida como aquilo que fomenta o sentimento de identidade e a integração da população.</p>	<p>a) participação sócio cultural: assiduidade nas atividades culturais no último ano;</p> <p>b) habilidades artesanais: interesse e conhecimento artístico nas tradições locais;</p> <p>c) domínio de linguagem. fluência ou fala em sua língua pátria; e</p> <p>d) comportamento em público: como o entrevistado concorda e pratica os modos locais enquanto em contato com a comunidade.</p>

Continua

<p>Governança</p> <p>Analisa os parâmetros com relação ao desempenho do governo, de modo geral, e os direitos dos cidadãos.</p>	<p>a) serviços públicos: julgamento em relação à quantidade de serviços públicos, a partir de fatores como fornecimento de luz, água, distância dos hospitais, etc.;</p> <p>b) participação política: mede a participação do indivíduo em eleições, bem como seu envolvimento em discussões políticas;</p> <p>c) liberdade política: analisa a opinião e direito ao voto das pessoas, a consciência dos direitos civis, como liberdade de opinião e associações e partidos; e</p> <p>d) desempenho do governo: visão geral do desempenho do governo tendo como base o combate à corrupção, injustiça social, social, ambiente, etc.</p>
<p>Vitalidade da comunidade</p> <p>Pesquisa a interação e apoio entre as pessoas de uma comunidade.</p>	<p>a) Criminalidade: analisa a criminalidade, levando em consideração o número de vezes, no último ano, em que o entrevistado foi vítima de algum tipo de crime;</p> <p>b) doação e apoio para a comunidade: diagnóstico de trabalho voluntário e doação financeira;</p> <p>c) família: mede a boa convivência e a satisfação do indivíduo com sua família; e</p> <p>d) relação com a comunidade: avalia a vivência com a comunidade, tendo como parâmetro a vivência em comunidade do entrevistado.</p>
<p>Ecologia</p> <p>Mede a percepção e a preocupação da pessoa em relação ao meio ambiente, tendo como princípio que todo indivíduo deve contribuir com a proteção ambiental.</p>	<p>a) problemas urbanos: diz respeito aos problemas urbanos devido ao crescimento exagerado, em relação ao trânsito, áreas verdes das cidades e crescimento urbano em si;</p> <p>b) vida selvagem/ agricultura: mede o nível de preocupação no que diz respeito à degradação ecológica na agricultura, aos prejuízos à vegetação e, por conseguinte, na vida selvagem;</p> <p>c) responsabilidade ambiental: avalia o nível de responsabilidade em relação ao ambiente, através do parecer individual do entrevistado;</p> <p>d) poluição: analisa o grau de preocupação no tocante aos variados problemas ambientais impulsionados pela poluição.</p>
<p>Padrão de vida</p> <p>Analisa o padrão de vida do entrevistado, tendo como base bens materiais suficientes para uma vida confortável.</p>	<p>a) renda familiar: avaliação salarial de todas as pessoas que vivem na mesma moradia. Divide-se o valor obtido pelo número de pessoas da casa, o limiar é estabelecido por pesquisador da área;</p> <p>b) bens: verifica a quantidade de bens que o entrevistado possui; e</p> <p>c) qualidade de habitação: pondera as variáveis de superlotação, pessoas por quarto, além da qualidade dos toaletes e do telhado.</p>

Continua

Conclusão

<p>Uso do tempo</p> <p>É o equilíbrio entre horas de trabalho remuneradas e não remuneradas, horas de sono e lazer.</p>	<p>a) horas de trabalho: além de trabalho formal, inclui também horas não remuneradas, tais como afazeres domésticos, trabalhos voluntários, contribuições para a comunidade e cuidados com os filhos. Considera também que a quantidade de horas remuneradas é de oito horas por dia;</p> <p>b) doação e apoio para a comunidade: diagnóstico de trabalho voluntário e doação financeira (calcula as ações realizadas no último ano, no parâmetro do tempo de trabalho voluntário e ajuda financeira em prol da comunidade em que vive; e</p> <p>c) horas de sono mede: a quantidade de horas dormidas, levando em consideração a média saudável de oito horas diárias.</p>
--	--

Fonte: Zanon et al. (2019, p. 15).

A dimensão cultura “*avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero*” (LUSTOSA; MELO, 2010, p. 37-38). Porém, os processos de globalização, impulsionado pelo lucro incessante, têm atuado como fator ameaçador para a manutenção da diversidade cultural. Arruda (2010, p.5) observa que

No espaço dos negócios, essa cultura promove uma incessante competição entre os atores econômicos em busca do controle monopólico dos seus respectivos mercados e da mente dos consumidores. Resulta daí uma economia e uma sociedade voltadas para a confrontação, a guerra, a subordinação ou a eliminação do outro, do diferente.

A inclusão da dimensão cultura no cálculo do FIB significa reconhecer a importância da manutenção dos repertórios culturais da comunidade para a formação de sua identidade ou ainda se configura como um ato de fortalecimento e de proteção da sabedoria de um povo, seus valores e suas construções elaborados no decorrer dos anos. São, portanto, elementos caracterizadores desse povo.

A dimensão governança procura avaliar como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos e, principalmente, com a construção de

políticas públicas ou, nas palavras de Arruda (2010, p. 2), a “*gestão do poder econômico e político de modo a garantir que a sociedade crie e preserve as condições materiais, sociais, culturais e ecológicas de viver em harmonia, alegria, paz e felicidade*”.

O foco da vitalidade comunitária está na interação entre as pessoas da comunidade, partindo da visão durkheimiana de fato social, segundo a qual o ser humano é concomitantemente um ser social e também relacional. Acerca de tal dimensão, Arruda (2010, p. 7) argumenta que “*a vida social e comunitária – trabalho, convivência, sociabilidade, intercâmbio de saberes, diversão, desenvolvimento mental, psíquico e espiritual – exige condições que transcendem a existência meramente física da pessoa*”.

A dimensão ecologia ou meio ambiente mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo e saneamento. Esta dimensão é denominada por Arruda (2010) como resiliência ecológica, cujo objetivo a ser perseguido é equilibrar meio ambiente e padrão de vida, sobretudo quanto à soberania e à segurança alimentar. Para Gunderson (2000), a resiliência ecológica é uma forma de recuperação de um sistema atingido por um distúrbio que alterou a sua ordem natural. Assim, a reabilitação sistêmica transversa o debate sobre felicidade, haja vista que a recuperação e preservação de fontes naturais de sustento garantirá o futuro das próximas gerações e o prolongamento da felicidade.

A dimensão padrão de vida avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, etc. Conforme Galay (2009), o padrão de vida dos indivíduos nada mais é que a base material do bem-estar, que se reflete no nível de consumo e torna-se fator relevante na determinação da felicidade das pessoas. Em tal aspecto, importa para o FIB identificar se os padrões de vida digna dos sujeitos (necessidades básicas atendidas) estão sendo alcançados ou se esses padrões ainda são deficitários. Caso sejam, torna-se urgente o fomento de políticas públicas, de atividades produtivas e distributivas, com a finalidade de que os sujeitos tenham um padrão de vida digno.

A dimensão uso do tempo leva em consideração os diversos modos como as pessoas escolhem aproveitar o seu tempo. Assim, torna-se salutar saber se as horas despendidas com trabalho, estudo, sono, lazer, família e religião estão sendo utilizadas de

maneira equilibrada, pois entende-se que pessoas que fazem uso de seu tempo de maneira contrabalançada são mais felizes (ARRUDA, 2010, p. 7).

O Quadro 2 apresenta uma síntese comparativa do PIB, IDH e FIB, destacando a abordagem, vantagens e desvantagens de cada um deles, assim como o que o FIB pode oferecer como complemento ou diferencial em relação aos indicadores tradicionais.

Quadro 2 – Comparativo entre os indicadores PIB, IDH e FIB

ÍNDICE	DESCRIÇÃO	ABORDAGEM	VANTAGENS	DESVANTAGENS	CONTRIBUIÇÕES AO PIB
PIB	Mede o crescimento através da renda nacional.	Corresponde à soma do consumo privado e do consumo do Governo, gastos com investimentos e as exportações. Desconta os fluxos de importações de bens e serviços.	Principal e o mais conhecido indicador de crescimento econômico. É o mais simples dos índices. Leva em conta apenas a somado valor de bens e serviços produzidos pelo país.	Restringe-se ao cálculo da renda. Não leva em conta questões primordiais para o desenvolvimento, como saúde, educação e meio ambiente.	
IDH	Mede o progresso com base na renda, educação e saúde.	Avaliação do desenvolvimento humano através de quatro indicadores: expectativa de vida, média de anos de escolaridade, expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, e renda <i>per capita</i> .	Surgiu como complemento ao PIB, como uma medida universal que soma saúde, educação e renda.	Ignora questões como o meio ambiente e a percepção das pessoas sobre seu próprio bem-estar.	Acrescentou, aos indicadores econômicos, o estudo da educação e da saúde.
FIB	Mede o desenvolvimento baseado na felicidade dos indivíduos. Leva em conta a qualidade de vida e o b-em estar da população.	Baseado em nove dimensões da felicidade, que compreendem 33 indicadores somados. São elas: bem-estar psicológico, saúde, educação, diversidade cultural, governança, vitalidade comunitária, diversidade e resiliência ecológica, padrão de vida e uso do tempo	É o mais complexo dos índices. Propõe equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos. Orienta a elaboração de políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida e promover o bem-estar.	Sua subjetividade impõe dificuldade em seu cálculo e restringe a proliferação de seu uso ao restante do mundo.	Apresenta novas questões relativas ao desenvolvimento, bem-estar psicológico, uso do tempo, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrão de vida.

Fonte: (Adaptado de OLIVEIRA, et al., 2015).

2.5 Considerações adicionais

O FIB difere de outros indicadores de desenvolvimento sustentável pelo seu aspecto inovador, pois apresenta-se como alternativa para mensurar o desenvolvimento de um país, e o faz rompendo com a visão unidimensional típica dos indicadores tradicionais, propondo o equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais, humanos e ambientais para alcançar a efetivação do bom desenvolvimento (DURÃO, 2012).

Pensar em desenvolvimento leva à percepção de quão necessária é a busca por novas atribuições de sentido que sejam capazes de redefinirem a própria noção de desenvolvimento. Em tal sentido, Bakshi (2004) reconhece que o FIB representa um significativo esforço para repensar a economia tradicional, atribuindo-lhe um caráter sistêmico ou, como acrescenta Mancall (2004, p. 11),

Felicidade Nacional Bruta é ao mesmo tempo a reflexão sobre as teorias de desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento, e sobre os valores que deveriam orientar essas políticas. É autoanálise e pensamento crítico na definição do futuro da nação, em vez da simples aceitação de orientações estrangeiras. É por isso que o FIB é tão significativo.

O entendimento acerca da crítica feita aos indicadores econômicos convencionais direciona-se à incapacidade que eles têm demonstrado de mensurar agregados econômicos e sociais. Deste modo, segundo Arruda (2010, p. 1),

O índice do Butão leva em conta indicadores que cobrem nove campos da vida familiar e social da população. Cabe a nós, brasileiras e brasileiros, pesquisar a melhor maneira de definir Felicidade na nossa cultura, e desenhar os melhores indicadores para medi-la. O FIB é uma ferramenta de medida adequada para este objetivo: leva à redefinição do objetivo do desenvolvimento, à afirmação de um outro modo de planejar e organizar a economia, e à reorientação da economia e da tecnologia para que sirvam aos objetivos superiores do desenvolvimento social e humano.

Para Feijó et al. (2012, p. 45), “*divergências conceituais, dificuldades de mensuração e não disponibilidade de informações estatísticas apropriadas*” aparecem como críticas ao FIB, sustentando que nenhuma compreensão do desenvolvimento está isenta de ser questionada. Assim, o caráter essencialmente subjetivista dos dados mensurados através do índice butanês vem sendo apontado como o principal limite para uma maior aceitação e disseminação do FIB. Também a tradição do uso do PIB e sua associação, quase que imediata, por via dos meios de comunicação, de políticos e

economistas, com a melhoria na qualidade de vida, tem dificultado a disseminação de novas medidas para o desenvolvimento, sendo assim um entrave para o FIB enquanto alternativa analítica (OLIVEIRA, et al., 2015).

Corbi e Menezes-Filho (2006, p. 520) reconhecem existir dificuldades de mensurar a felicidade. Todavia, defendem ser essencial superar antigos paradigmas e apontar outras perspectivas para o desenvolvimento, pois mesmo existindo dificuldades para mensurar a felicidade, isso não pode ser uma barreira para a disseminação do FIB e seus avanços em termos de operacionalização econométrica.

A proposta precípua desta dissertação, de identificar e analisar o nível de felicidade interna bruta em uma comunidade do município de Caetité (Bahia) envolve um exercício tanto quantitativo descritivo, uma vez que procura “*quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística*” (MALHOTRA, 2001, p. 155), quanto qualitativo, com base na análise da percepção dos respondentes sobre o que os deixam mais felizes relatada, por intermédio de entrevistas em profundidade.

Mas, antes de apresentar e analisar os resultados discute-se, no próximo capítulos aspectos relacionados à metodologia da pesquisa.

3. METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir o percurso metodológico que norteou a coleta de dados empíricos, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa, assim como as estratégias adotadas para estimativa do FIB e sistematização e análise das entrevistas em profundidade. Antes, porém, são focalizadas considerações sobre o universo de investigação, com ênfase em seu perfil sociodemográfico e na sua constituição histórica e conotação espaço-territorial.

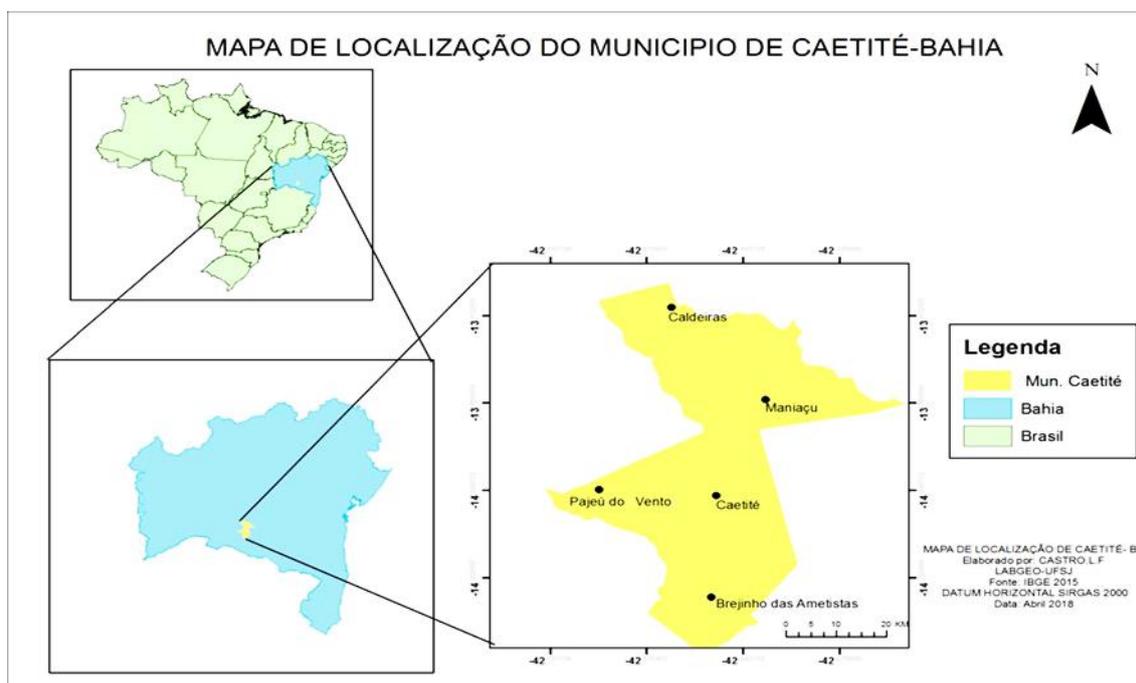
3.1 Breve histórico e características socioeconômicas da área de pesquisa

A pesquisa foi realizada na comunidade afro religiosa Casa-Terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún⁶, localizada nas bordas urbanas da cidade de Caetité, na Região Sudoeste do Estado da Bahia. Caetité (Figura 2), possui extensão territorial de 2.700 km² (coordenadas 14° 04' 08"S 42° 28' 30"W) e está a 757 km da capital do estado, Salvador (IBGE, 2019). Incluído no Polígono das Secas, o município apresenta características de ecótono⁷ (cerrado e caatinga). Apesar do clima semiárido, as temperaturas do município costumam ser amenas, apresentando, na área urbana, temperatura média anual de 21,4° C, com média máxima que pode atingir 26,8° C, média mínima de 16,4° C e pluviosidade média anual de 885 mm (BAHIA, 2022, p. 1).

⁶ Em língua yorùbá significa: O Salão de Festas do Sol.

⁷ Região resultante do contato entre dois ou mais biomas limítrofes.

Figura 1 – Mapa do Brasil, do estado da Bahia e do município de Caetité e distritos, 2018



Fonte: CASTRO, (2018).

O município de Caetité historicamente pode ser caracterizado como território de criação de gado, animais comercializados para o abastecimento de carne, couro e derivados do leite para a Chapada Diamantina, região produtora de ouro e diamante durante os períodos colonial e imperial brasileiros. A área que hoje corresponde ao município de Caetité (antiga Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayteté) fez parte da zona de entreposto comercial responsável por parte do abastecimento dos tropeiros que percorriam a antiga Estrada Real, sobretudo tropas que seguiam das Minas do Rio de Contas (Província da Bahia) rumo à Vila de Diamantina (Província de Minas Gerais).

Conforme prévia do censo demográfico da população calculada com base nos resultados do censo demográfico 2022, o município de Caetité possui 52.099 habitantes, sendo a densidade demográfica municipal de 19,65 hab./km². Caetité possuía, em 2020, um PIB per capita, ou seja, o Produto Interno Bruto por pessoa, de R\$ 16.407,92. Também em 2020, o salário médio mensal da população ocupada era de 2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 49% da população nessas condições, o que o colocava na posição 286 entre os 417 municípios baianos (BAHIA, 2022, p. 1). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o

município de Caetité em 2010 foi 0,625, classificado como IDH médio (de 0,555 a 0,699). (BAHIA, 2022, p. 1).

Em 2020, Caetité contava com 44 escolas vinculadas ao ensino fundamental (7.308 estudantes matriculados e 452 professores) e 6 de nível médio (1.850 estudantes matriculados e 176 professores). Também em 2020 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) – foi 5,1 e a nota alcançada pelo município no IDEB – séries finais – foi 4,2. Caetité possui uma instituição pública de ensino superior, a Universidade do Estado da Bahia, oferecendo cursos de licenciatura nas áreas de Matemática, Línguas (portuguesa e inglesa), Geografia, História, Ciências Biológicas e um bacharelado em Engenharia de Minas (BAHIA, 2022, p. 4).

Em 2015 Caetité contava com 50 médicos e 33 enfermeiros no Sistema Único de Saúde (SUS). Contava também com 9 equipes responsáveis por atendimentos em Postos de Saúde da Família (PSF) e disponibilizava 156 leitos para internação em hospitais públicos (BAHIA, 2022, p. 4). Em 2020 foi inaugurado no município uma Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), ofertando 80 leitos entre UTI adulto, Clínica Geral, Cirurgia Geral, Ortopedia e Oncologia Clínica e Cirúrgica. A unidade também oferece consultas e exames para acompanhamento, além de diagnósticos e tratamentos oncológicos (SESAB, 2022). A taxa de mortalidade infantil em 2020 foi de 7,4 por 1.000 nascidos vivos (BAHIA, 2022, p. 4).

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, 88,39% da população de Caetité declarou ser seguidora da religião Católica Apostólica Romana, 7,95% disseram praticar a religião Evangélica e 0,61% a religião Espírita. Os seguidores da religião Umbanda e Candomblé não chegaram sequer a 0,1% da população do município (essa religião agregava 0,41% da população do estado da Bahia e 0,35% da população brasileira).

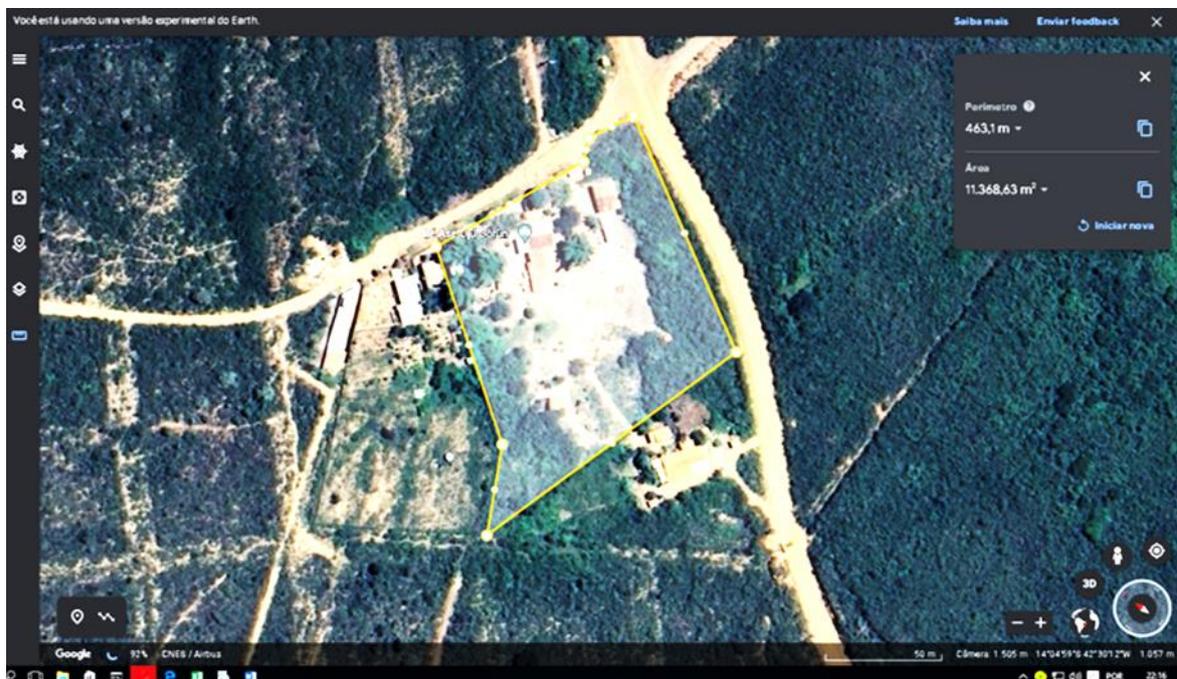
3.2 A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún

Considerando o lócus da pesquisa, uma casa de axé, ou espaço sagrado pertencente à tradição religiosa e cultural africana Kétu⁸, a Casa-Terreiro Ilé Àse Ojú

⁸ Pronuncia-se /queto/

Oòrún é reconhecida como deveriam ser reconhecidos todos os territórios sagrados do Candomblé, ou seja, como território de socialização, de reconstrução e ressignificação (SODRÉ, 2002). Mais especificamente, a Casa-Terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún, ou Terreiro de Candomblé dos Gerais (expressão comumente utilizada pela população local), está localizada nas “Terras Altas” da cidade de Caetité, na estrada de acesso às torres de TV, ao Complexo Eólico do Alto Sertão I (onde se concentra a maior quantidade de aerogeradores), à Toca dos Tapuias (sítio arqueológico com a presença de grafismos pelas técnicas de incisão por fricção e, posteriormente, de retoque por polimento) e à Passagem das Pedras (manancial cercado por ilhas de mata com características de floresta tropical, chamadas de capões). O terreiro de candomblé possui pouco mais de um hectare (10000 m²), área em formato retangular, possuindo os seguintes limites e confrontos: ao Norte, com o Terreiro de Candomblé de Mãe Carmen, ao Sul, com a saída para o Complexo Eólico do Alto Sertão I, ao Leste, com a estrada de acesso às torres de TV, e ao Oeste, com o terreiro de Mãe Zú.

Imagem 1 - Localização da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, município de Caetité (BA)



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

Tradicionalmente, o território-terreiro está situado nas periferias ou bordas das cidades, haja vista que a disposição dos mananciais e da vegetação nativa, elementos indispensáveis para a ritualística do Candomblé, favorecem as periferias das cidades no

momento de escolher o local onde será “plantado” um novo terreiro. Todavia, a constante expansão urbana tem, cada vez com maior frequência, ameaçado o isolamento pretendido e necessário para que os espaços de culto, território-terreiro, possam usufruir de uma espacialidade vital de existência e resistência.

Foto 1: Território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún, município de Caetité (BA), 2022



Fonte: Autor da pesquisa (2022).

A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, seguindo o exemplo de outros territórios-terreiros, também foi construída nas bordas da cidade, mas assim como tem acontecido em

outros espaços urbanos de todo o mundo, em Caetité o fenômeno da expansão urbana tem ocorrido em ritmo acelerado, ocasionando verdadeira pressão sobre o território da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún. Ocorre que, enquanto as novas territorialidades criadas pela expansão urbana estão alicerçadas em valores de trocas, as territorialidades fomentadas pelos povos de Axé são sustentadas na solidariedade, para além das dimensões do individualismo burguês (SODRÉ, 2002).

Em Caetité, a instalação de empreendimentos energéticos e minerais tem fomentado o processo de valorização do solo urbano, sobretudo vinculado à especulação imobiliária. Assim, a cidade alcançou o Terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún, forçando-o a ressignificar seus territórios e territorialidades em um jogo onde comunidade e sociedade precisam negociar espaços de convivência mútua, a fim de evitarem o advento de espaços de conflito. Todavia, se o Território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún não está ameaçado de sofrer processos de desterritorialização, o mesmo não é possível afirmar em relação aos territórios por extensão vinculados ao Ilé Àse Ojú Oòrún, tais como mananciais e áreas cobertas por vegetação nativa. A privatização desses recursos, seguida do seu cercamento e da supressão da vegetação nativa, não só tem contribuído para a desterritorialização de territórios por extensão do Ilé Àse Ojú Oòrún, como também tem limitado a manutenção das territorialidades ritualísticas.

No espaço sagrado do território-terreiro constroem-se relações com a terra que vão além de usos e produções, pois implica também na criação e no desenvolvimento de políticas de resistências. Nesse reconhecimento político dos sujeitos são elaboradas estratégias que, nos espaços sagrados, encontram forças e energias vitais capazes de impulsionar as ações de luta e de resistências (LUGONES, 2014). Os territórios de culto aos ancestrais orientam a cosmovisão dos povos tradicionais. Além disso, estabelecem oportunidades de bem-viver (leia-se felicidade). Todavia, para ter direito a tais benesses, é preciso resistir e lutar pelo território, e isso poderá ser feito sob a proteção do que Escobar (2014) denominou de mandato ancestral, um mandato capaz de acionar memórias ancestrais e, através delas, criar mecanismos de defesa dos territórios.

3.2.1 O território sagrado Ilé Àse Ojú Oòrún

O sagrado de matriz africana atravessou o Atlântico e ancorou em Terras de Além-Mar, o Brasil. Se toda história tem um começo, a diáspora forçada de africanos para o Brasil é o marco inaugural desta história. Na travessia transatlântica corpos escravizados e seminus, em África, deixaram tudo para trás, exceto o orí⁹, a personalidade-alma do homem, trazendo consigo suas divindades. Deste modo, o sagrado cruzou o Atlântico e aportou no Brasil, o Novo Mundo. Assim, os deuses do Panteão de África não desapareceram, pois crenças não se quebram, no máximo, renovam-se e transvestem-se para resistir a partir de novas possibilidades.

A reconstrução das origens ancestrais e históricas da comunidade afro religiosa Ilé Àse Ojú Oòrún remonta ao final do século XVIII e início do XIX, período correspondente aos processos de expropriação dos antigos Reinos Iorubás (atual Nigéria e Benim, ou todos os negros de fala Iorubá, da Costa dos Escravos). Este período foi marcado, no Brasil, pela escravização de parte de sua população. Em tal contexto é que, segundo Silveira (2006), em 1830, na cidade de Salvador (BA), as nações de origem Kétù, e, portanto, Iorubá, reterritorializaram a organização do culto do sagrado de matriz africana, dando origem ao Candomblé de Kétù, quando foi construída a denominada Casa Branca do Engenho Velho, ou Candomblé da Barroquinha. Deste modo, *“o Candomblé do Engenho Velho deu, de uma forma ou de outra, nascimento a todos os demais e foi o primeiro a funcionar regularmente (...) fundaram o Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano – Adêtá (Iyá Dêtá), Iyá Kalá e Iyá Nassô”* (CARNEIRO, 1967, p. 63).

O baobá, a árvore sagrada de origem africana é a metáfora da resistência Iorubá em territórios diaspóricos, haja vista que a referida árvore possui um formato bastante peculiar: tronco robusto e copa cujas ramificações mais parecem raízes, de tal modo que, segundo uma lenda da Costa do Marfim, o baobá *“parece uma árvore virada de ponta-cabeça! Até hoje dizem que os galhos do baobá, voltados para o alto, parecem braços, que continuam a se queixar e a implorar melhorias para o Criador. E o Criador, ao olhar para o baobá, enxerga a África”* (LIMA, 2005, p. 14). Sendo assim, o território-terreiro, como as ramificações de um velho baobá, é a síntese da conexão entre os povos da diáspora

⁹ Em Yorubá, Orí significa “a cabeça”, cabeça interior essencialmente, algo imaterial.

africana e os seus mitos ancestrais. O Candomblé é a representação dos novos arranjos de *“saberes e práticas de diferentes grupos étnicos africanos escravizados, que no Brasil, reelaboraram seus saberes e práticas e os mesmos se apresentam como traços das culturas afro-brasileiras, fora e dentro do espaço religioso”* (SANTANA, 2017, p. 8).

As linhagens das quais descendem o Ilê Àse Ojú Oòrún pertencem ao povo Iorubá do Golfo do Benin, em África, povo que em territórios diaspóricos elaborou redes de sociabilidades, identidades e cosmovisões como tentativas de resistências frente ao jugo colonizador. A partir destas linhagens, os Candomblés em torno do culto aos ancestrais procuraram permanecer conectados ao sagrado que se encontra em África, (re)construindo, em novos territórios, memórias de suas narrativas míticas, em linha com os preceitos preconizados por Durkheim (1989 [1912]), para quem *“a religião é a ritualização dessa memória, (...) ou seja, a representação no presente, através de símbolos e encenações ritualizadas, desse passado que garante a identidade do grupo”* (DURKHEIM, 1989 [1912]).

O Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, é a mais antiga linhagem à qual está vinculado o Ilê Àse Ojú Oòrún. A Casa Branca do Engenho Velho, território-terreiro localizado em Salvador (BA), foi fundado em 1830 (BASTIDE, 1986) por Francisca da Silva e sucedido por Marcelina da Silva.

O terreiro situado, quando de sua fundação, por trás da Barroquinha mudou-se por diversas vezes e, após haver passado pelo Calabar na Baixa de São Lázaro, instalou-se sob o nome de Ilê Iyanossô na Avenida Vasco da Gama, onde ainda hoje se encontra, sendo familiarmente chamado de Casa Branca do Engenho Velho, e no qual Marcelina Obatossí tornou-se a mãe de Santo após a morte de Iyanassô (IPHAN, 1982).

Sobre o percurso histórico do território-terreiro Ilê Àse Ojú Oòrún, Bábálòrísá Olórí Egbé fez a seguinte declaração:

Em 1985, na cidade de São Paulo, precisamente num bairro chamado Rio Pequeno, eu conheci uma família de Orixá, que é a família do finado Ajaosi de Nà-Bùbù e lá eu me iniciei para o Orixá Iansã. (...) Quando eu voltei para essa região (Caetité), eu conheci pessoas e percebi a necessidade de se criar uma comunidade afrodescendente. Isso acabou me levando a permanecer aqui na cidade. Junto com essas pessoas nós criamos o Ilê Àse Ojú Oòrún, que é onde nós estamos hoje (OLÓRÍ EGBÉ - janeiro de 2022).

É através da noção do sagrado que o território-terreiro vai se configurando, ao tempo em que é acionado o “*entrelugar - uma zona de interseção entre o invisível (Orun) e o visível (Aiê) – habitado por princípios cósmicos (orixás) e representações de ancestralidade*” (SODRÉ, 2002, p. 80-81). Neste contexto, o homo religiosus (FRANKL, 1989) sacraliza o espaço, atribuindo-lhe nova (re)configuração.

Foto 2: 1ª Entrevista com o Bábálòrísá Olórí Egbé, janeiro de 2022



Fonte: Pejigan (2022).

A (re)produção material do território-terreiro é o resultado da luta contra o acirramento da desterritorialização, processo historicamente enfrentado pelos grupos subalternizados e que, para o Àse Ojú Odrún, se reproduziram através de perdas referenciais territoriais e simbólicas. Pensar o território-terreiro Ilé Àse Ojú Odrún a partir de seus sujeitos constituintes e de suas narrativas é uma forma de resistência e de perpetuação dos espaços vividos, lugares onde os sujeitos “*formam uma realidade complexa com diferentes manifestações, como o corpo, o conhecimento, a vontade, a linguagem, a sociabilidade, a cultura, o trabalho, o jogo e a religião*” (TUAN, 1980, p. 284).

Foto 3: Vista panorâmica da cidade de Caetité a partir do Ilé Àse Ojú Oòrún, 2022



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Ainda em relação ao território, a desterritorialização altera os sentidos que os sujeitos conferem ao espaço, e ao fazê-lo, acabam, por extensão, produzindo mal-estar coletivo, insegurança e temor frente à ameaça de invasão ao território. Como característica das populações tradicionais, os territórios são apresentados com espaços de conservação dos recursos naturais e dos saberes e práticas tradicionais. Portanto, na elaboração de suas territorialidades, as populações tradicionais transcendem os aspectos materiais da ocupação territorial, conferindo-lhes também pertencas simbólicas, haja vista que são os *“usos, costumes e tradições reproduzidos pelos povos tradicionais, em geral a partir da tradição oral, e que traduzem uma ocupação coletiva do espaço, onde prevalece o uso e a gestão compartilhada dos recursos naturais”* (LEUZINGER; CUREAU, 2008). Santilli (2005) também considera que as relações estabelecidas entre populações tradicionais e territórios são caracterizadas pela noção de espaço necessário à reprodução material e cultural das coletividades tradicionais.

Assegurar o direito ao território é condição garantidora de acesso aos demais direitos conferidos aos povos tradicionais, que convivem com a insegurança, inclusive jurídica, de quem habita ou utiliza territórios em risco, espaços que, diuturnamente, são atacados por forças hegemônicas desterritorializadoras. Os territórios tradicionais são permeados por cosmologias que contestam a objetivação do mundo. Deste modo, para os

povos tradicionais, a desterritorialização é mais que um desrespeito aos direitos adquiridos, pois perder o território equivale a perder as condições materiais e simbólicas necessárias para a existência.

O Ilé Àse Ojú Oòrún, para além da compreensão dos aspectos materiais característicos dos territórios, também abrange categorias analíticas que transcendem a materialidade e objetivação do mundo, (re)produzindo territorialidades alternativas aos modelos de apropriação material e de mercantilização dos territórios. Sua forma de estar no mundo aciona outros sistemas de significados, sendo o território o lócus de interação dialética com os inúmeros domínios da existência e da resistência simbólica e material.

Por exemplo, em relação à importância dos territórios por extensão ao Àse Ojú Oòrún para a felicidade de um Povo de Terreiro e sobre seu grau ou nível de felicidade, no momento da pesquisa, o Olórí Egbé declarou que

A consolidação, penso assim: nós somos felizes porque somos pessoas de terreiro, porque nos sentimos felizes em vivermos em comunidade, louvando o nosso sagrado, os nossos Orixás. Como o louvor aos Orixás se completa nesses territórios extraterreiros, para além do terreiro, então esses territórios são a consolidação da nossa felicidade (OLÓRÍ EGBÉ - setembro de 2022).

Os territórios sagrados candomblecistas são construções identitárias produzidos como lócus de resistência cultural diaspórica das identidades mítico-simbólicas provenientes de África. Estes territórios são fundamentalmente espaços condicionadores da tematização da felicidade e da existência. Todavia, a desterritorialização é sempre uma ameaça para a sobrevivência dos territórios sagrados.

Como será discutido a seguir, membros da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún foram respondentes dos questionários aplicados e foram também entrevistados sobre questões abertas. Essas duas fontes de dados permitiram a construção e análise do indicador de felicidade interna bruta (FIB), assim como a tentativa de entendimento da percepção desse segmento populacional em relação à sua felicidade, com base em análise das entrevistas em profundidade. A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún constitui, então, a população colaboradora deste estudo.

3.3 População colaboradora

Segundo Marconi e Lakatos (1996), o conceito de população colaboradora ou sujeitos da pesquisa corresponde ao conjunto de pessoas que apresentam ao menos uma característica em comum, sendo que a noção de amostra, no universo investigado, corresponde a uma parcela da população selecionada para o fomento da pesquisa, com o objetivo de fazer inferências acerca da população.

Nesta pesquisa, considera-se população colaboradora a totalidade de núcleos ou grupos familiares membros da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún à época do início da pesquisa de campo, janeiro de 2022. Segundo informações repassadas por dois membros do terreiro, o Ògán Pejigan¹⁰ e a Ekede,¹¹ existem na comunidade pesquisada aproximadamente 39 grupos familiares, com média de 1,79 membro por grupo familiar e população absoluta estimada em 70 indivíduos, sendo 34 mulheres e 36 homens.

A fase de exploração do campo, segundo argumenta Minayo (1994), constitui-se de atividades direcionadas para a seleção do lócus da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, definição dos critérios de amostragem e a estratégia de entrada em campo. A primeira ação que compete ao pesquisador para entrada no campo é investir na relação com os sujeitos, tornando-os colaboradores da pesquisa. Para tal, torna-se necessário que o pesquisador ou investigador compreenda o significado do estudo para a população colaboradora, bem como as expectativas dos colaboradores com relação à pesquisa. Agindo desse modo, o pesquisador estabelece uma boa comunicação com seus interlocutores e favorece a circulação de informações entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Na composição demográfica da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún pôde-se observar que a população fixa é formada por um grupo familiar (família biológica e não somente de Axé) composto por quatro membros, um casal de avós e suas duas netas. Essa família é proveniente do estado de Rondônia e, por consenso familiar, resolveu residir no Ilé Àse Ojú Oòrún e cuidar do espaço do terreiro nos dias em que ele não está aberto para práticas de funções ritualísticas.

¹⁰ Aquele que toma conta do altar ou responsável por cuidar dos locais onde estão assentados os Orisàs.

¹¹ Não incorpora, sendo equivalente a uma mãe. Também é responsável pelos cuidados com os Orisàs e o/as filho/as da casa, sobretudo quando estão em transe.

Os calendários de festividades e ritos candomblecistas são inerentes desta religião. Em momentos específicos – festas, liturgias e ritos sazonais – a composição demográfica do terreiro, lócus desta pesquisa, sofre alterações, pois ao contingente populacional residente é acrescido população flutuante formada por membros do terreiro, assim como por sujeitos praticantes da religião, mas de terreiros diferentes, e por visitantes não praticantes da religião, mas que procuram o espaço sagrado para estreitarem laços de convivência e reciprocidade.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da presente pesquisa foi a denominada pesquisa participante, com abordagem quali quantitativa. Por esta razão, a narrativa do percurso metodológico é feita na perspectiva do pesquisador, ou seja, na primeira pessoa.

Em dezembro de 2021, antes da entrada no campo, fiz um primeiro contato com um dos membros da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, o Ògán Pejigan., apresentei a ele a proposta de investigação e o interesse em aplicá-la no Terreiro. Em janeiro de 2022 fui informado que o Conselho Interno do Terreiro havia discutido a questão e votado pela realização da pesquisa no Terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún. Os membros do Conselho consideraram a proposta de investigação pertinente para a política de abertura e conhecimento do Terreiro por parte da comunidade local e de não membros do culto aos orixás.

Fiz a minha entrada em campo na segunda quinzena de janeiro de 2022. Chegando ao terreiro, fui apresentado primeiro ao bàbàlòrísá (Pai Thonny Hawany), líder religioso e fundador da Casa de Axé e, posteriormente, à liderança administrativa do Terreiro e presidente da Associação Terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún. Após esse contato inicial fui apresentado a outros membros da Casa de Axé e obtive informações sobre o lócus da pesquisa e a rotina de um terreiro de candomblé.

Seguindo os preceitos apontados por Minayo (1994), de que a amostra ideal em pesquisa não é aquela que atende a critérios meramente estatísticos, mas uma amostra capaz de refletir as múltiplas dimensões da totalidade, os critérios adotados para a constituição da amostra foram assim elencados: observação dos papéis representados pelos membros do terreiro (personagens de terreiro); sujeitos possuidores de atributos que o pesquisador necessitava investigar (gênero, idade, níveis de escolaridade, posições hierárquicas,

conhecimentos ancestrais, tempo no Candomblé, histórias de vida e profissão); possibilidades de reincidências das informações, sem deixar de observar as singularidades dos sujeitos colaboradores; abrangência de informantes, no intuito de estabelecer analogias; inclusão de sujeitos a partir de novas informações adquiridas no mergulho em campo e seleção de novos sujeitos a partir da relação entre o aporte teórico e as práticas de povo/membro de terreiro.

A amostra para a realização da presente pesquisa foi composta por 30 entrevistados, contingente que corresponde a 43% da população da comunidade Ilé Àse Ojú Odrún, levando em consideração os critérios adotados por Minayo (1994), com base nas múltiplas dimensões da totalidade. Na seleção da amostra procurei, intencionalmente, incluir perfis de entrevistados que possibilitassem o aporte de informações necessárias para a mensuração do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). Com relação ao tamanho da amostra foi adotado o critério conhecido como ponto de saturação, como definido por Gaskell (2008, p. 71 apud Lima & Junior, 2014, p. 18). Segundo Gaskell, quando o pesquisador está em campo e não consegue mais obter novos dados ou surge uma homogeneidade nas narrativas, então, aquele é o momento de encerrar as entrevistas.

A fase de coleta de dados foi realizada no período de janeiro a outubro de 2022, com média de uma visita mensal ao campo (seguindo o calendário de ritos e festejos litúrgicos) e tendo duração aproximada de 12 horas por período de observação, com duas exceções: os meses de janeiro (chegada ao campo da pesquisa), momento em que estive no terreiro por 7 dias consecutivos, e março, quando por ocasião de um festejo litúrgico, ocorrido ao alvorecer, tive que pernoitar no Ilé Àse Ojú Odrún.

Foram realizadas no mínimo duas entrevistas com cada um dos entrevistados, compreendendo a aplicação de questionário (baseado em instrumento elaborado pelo Centro de Estudos do Butão e elaborado pelo próprio pesquisador, contendo questões direcionadas à compreensão da relação entre Candomblé e felicidade) e entrevistas em profundidade do tipo narrativas de história de vida.

A aplicação dos questionários e realização das entrevistas em profundidade ocorreram de forma presencial e nas dependências do Terreiro. A escolha do local e momento de realização das entrevistas ficaram ao critério das pessoas entrevistadas, respeitando suas rotinas laborais e ritualísticas e disposição para participação na pesquisa.

Nenhuma das pessoas entrevistadas pediu para manter sob sigilo sua identidade. Todavia, antes de iniciar a conversa com os entrevistados, sempre disse que só respondessem a perguntas que fossem confortáveis. Ademais, sendo as entrevistas gravadas, sempre comuniquei aos colaboradores que, quando desejassem, poderiam pedir a interrupção das gravações.

A preocupação com os princípios éticos permeou todo o desenvolvimento da presente pesquisa, a fim de proteger os direitos dos sujeitos envolvidos. Em tal sentido, Gauthier (1987) argumenta que a ética na pesquisa não pode se limitar à relação pesquisador/colaborador. Na verdade, a ética deve transversar toda a narrativa investigativa. Assim, as escolhas feitas pelo pesquisador, tais como tema, amostra, abordagens, instrumentos de coletas e apresentação dos resultados assumem parâmetros éticos se o compromisso com a verdade, por parte do pesquisador, nortear a pesquisa. Caso contrário, a ausência do cuidado ético no tratamento das análises e na produção dos resultados pode comprometer a credibilidade das investigações e a imagem pública dos sujeitos da pesquisa, colocando em risco a integridade física, psíquica, moral e intelectual dos colaboradores.

Todos os 30 entrevistados afirmaram não ter informação ou conhecimento acerca do FIB. Todavia, quase todos disseram que, ao menos superficialmente, possuíam algum tipo de informação relacionada ao PIB e IDH. Assim, antes da realização das entrevistas e registros fotográficos dos entrevistados eu apresentei, sucintamente, os propósitos da investigação e, na sequência, tendo havido concordância em participar do estudo, assim como fazer cessão de uso de imagens, foram entregues, para leitura e assinatura, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE garante o anonimato e o sigilo no trato das informações, assim como o direito de não participação em qualquer momento da pesquisa. Em linha com essas garantias, optei pela utilização de nomes próprios fictícios ao apresentar, discutir e interpretar os dados.

3.4 Métodos

O desenvolvimento da investigação em campo exige que o pesquisador a classifique em um dos grupos elencados pelo método científico: exploratório, descritivo e explicativo. O compromisso da presente pesquisa é mensurar o índice de Felicidade Interna

Bruta (FIB) como medida de bem-estar em comunidades tradicionais. Portanto, para ser factível, este estudo fez a opção por classificar e operacionalizar a pesquisa, considerando-a exploratória.

Nas palavras de Heerdt e Leonel (2007), a pesquisa exploratória possibilita ao pesquisador estabelecer uma estreita intimidade com o objeto investigado, pois, segundo eles, somente assim é possível extrair dos objetos o maior número de dados e, o que é mais importante, dados confiáveis. Também, conforme argumenta Gil (2008, p. 27), “*as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores*”.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa insere-se no âmbito dos estudos qualiquantitativos, pois além da estimativa do FIB, envolve a análise da percepção dos entrevistados sobre a questão, realizada com base nas entrevistas em profundidade.

Acerca da abordagem qualiquantitativa Souza e Kerbauy (2017, p. 40) argumentam que

A literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/qualiquantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe à histórica dicotomia quantitativo-qualitativa.

Ademais, segundo Guimarães e Feichas (2009), para que os indicadores possam ser verdadeiros instrumentos catalizadores de mudanças, devem possibilitar a mensuração de diferentes dimensões, de forma a apreender a complexidade dos fenômenos sociais, a participação da sociedade no processo de definição do desenvolvimento, a comunicação de tendências, subsidiando o processo de tomada de decisão, e relacionar variáveis.

Em linha com a discussão apresentada no Capítulo 2, neste estudo a abordagem utilizada para estimar a FIB centrou na concepção de felicidade, ou de níveis de felicidade, sob a métrica da satisfação com a vida, ou seja, do bem-estar, de acordo com a percepção dos entrevistados.

3.4.1 Instrumento de coleta de informações para estimativa do FIB

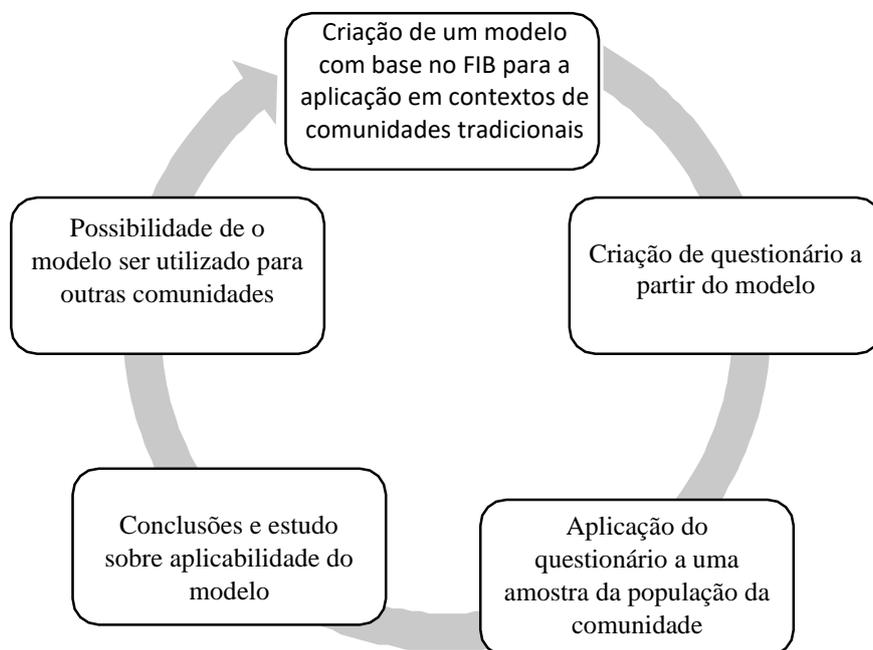
A Felicidade Interna Bruta (FIB) é um indicador sistêmico desenvolvido pelo Centro de Estudos do Butão (CEB) e que atualmente conta com o apoio do Programa para Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas (PNUD). Para o estabelecimento do FIB, conforme o modelo butanês, aplica-se um questionário que conta com mais de duas centenas de perguntas. Deste modo, a extensão do questionário FIB, tal qual fora originalmente aplicado, tornou-se pouco factível, razão pela qual pesquisadores e centros de pesquisas têm buscado reduzir a extensão do número de perguntas presentes no referido questionário como também adaptá-las aos diferentes ambientes e contextos de aplicação.

Neste estudo, o questionário utilizado para coleta dos dados utilizados na estimativa do FIB foi inspirado no modelo desenvolvido pelo CEB, adaptado às características socioeconômicas, ambientais e culturais da população que constitui universo de investigação, ou seja, foi adaptado à realidade local.

As questões de múltipla escolha adaptadas do modelo FIB foram construídas a partir da escala likert. No caso do FIB, as perguntas ou questões estão organizadas em nove domínios ou dimensões. Seguindo a proposta apresentada por Ito (2014), esses domínios foram divididos em 34 indicadores, dentre os quais, oito foram classificados como subjetivos, pois os indivíduos deveriam demonstrar como se sentiam em relação a certos assuntos, como satisfação em relação a condições de vida. Já os outros indicadores foram classificados como objetivos, haja vista que procuram mensurar de forma mais exata assuntos como número médio de horas de sono e horas de trabalho.

Com base nas dimensões do FIB, adaptadas ao contexto da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, a coleta de dados com a aplicação de questionários considerou a diversidade organizacional e cultural da comunidade pesquisada. O questionário aplicado abrange questões fechadas e abertas, com a inclusão de perguntas caracterizadas pelas nove dimensões da FIB, tomando como referência a escala Likert e seguindo o modelo ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Mapa conceitual do modelo de estimativa do FIB



Fonte: Elaboração própria, baseado em Ribeiro (2018).

Para alcançar os dados essenciais que possibilitaram a análise do FIB foi aplicado questionário com 38 questões (Anexo A). O questionário foi estruturado em 37 questões fechadas, sendo três relacionadas a dados sociodemográficas e 34 questões de múltipla escolha, relacionadas com as nove dimensões do FIB, tomando como referência a escala Likert, que permite respostas como “nunca”, “raramente”, “frequentemente” e “sempre”. A variação de respostas para cada pergunta possibilitou mensurar o nível de satisfação com a vida e de felicidade dos participantes. Também houve uma pergunta aberta (questão 38), solicitando aos participantes que indicassem, em três palavras, o que os deixam mais felizes.

O FIB é pensado a partir de dois cálculos: a percentagem de pessoas felizes e a percentagem de domínios em que pessoas ainda não felizes possuem suficiência (LUSTOSA; MELO, 2014). É possível atribuir peso diferente para cada dimensão, mas neste estudo optou-se por calcular o indicador nos moldes adotados por Pio (2021), ou seja, sem atribuição de peso.

Em suma, seguindo o procedimento adotado por Pio (2021, p. 54) “o valor do FIB é resultado da soma da média dos resultados atribuídos a cada indicador. Cada indicador possui seu resultado da soma de acordo com as respostas de cada pergunta que o compõe e com a escala de felicidade, sendo dividido pelo número de questões”. Ou seja,

$$\text{FIB} = (X_1 + X_2 + X_3 + \dots X_n) / nX$$

Onde X é cada pergunta e nX o número total de questões.

O valor do FIB varia de 1 a 4, de acordo com as respostas dadas pelos participantes, sendo divididas em quatro categorias de felicidade: 1 = Infeliz; 2 = Pouco feliz; 3 = Feliz; e 4 = Muito feliz. Além do FIB geral da população entrevistada tem-se a estimativa do índice de felicidade para cada um dos nove domínios ou dimensões.

As respostas às escalas e às perguntas de múltipla escolha foram codificadas com os seguintes pesos: nunca = 1; raramente = 2; frequentemente = 3; e sempre = 4. Para processamento foi utilizado o Microsoft Excel 2013.

Para análise das respostas às questões abertas foi adotada a estratégia de geração de nuvem de palavras, que consiste em uma técnica de visualização de dados de texto em que o tamanho de cada palavra indica sua frequência ou importância. A nuvem de palavras obtida para este estudo foi elaborada com a utilização do R wordcloud (FELLOWS, 2018), no software R (R Core Team, 2020).

3.5 Observação participante

A aplicação dos questionários, assim como a realização das entrevistas em profundidade, de natureza qualitativa, foram realizados sob a égide da observação participante, que implica, por parte do pesquisador, participar e se integrar a um grupo social para melhor compreendê-lo.

No trabalho de campo o pesquisador desloca-se para o lócus da investigação, onde se defronta com os sujeitos/colaboradores da pesquisa. A partir desse momento inicia-se um contato direto e prolongado entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, ou entre o pesquisador e o objeto da investigação. Neste aspecto, muitas vezes, objeto e sujeitos confundem-se. O prolongamento do contato entre partes e objetos permite, no bojo do

método etnográfico, perceber a ocorrência de mudanças sociais e estruturais presentes no grupo analisado/estudado. Assim, é possível alcançar resultados muito mais plausíveis, pois este contato intenso e prolongado com a cultura do grupo investigado permite compreender como se organizam os sistemas de significados culturais do outro.

Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, obra do antropólogo Malinowski (1922/1978), o autor propõe uma nova forma de etnografia, que envolve uma detalhada e atenta observação participante. Nessa perspectiva, refletir acerca da observação participante significa pensá-la enquanto ferramenta etnográfica criadora de oportunidades para que o pesquisador possa participar da vida, do cotidiano, dos hábitos e dos costumes do grupo estudado. Malinowski salienta que o pesquisador, ao adotar o método etnográfico de pesquisa, assume fazer uma abordagem próxima e de dentro. O pesquisador que faz uma etnografia de longe e de fora não será capaz de desenvolver a verdadeira etnografia, haja vista que a observação participante extrapola os limites da mera observação, permitindo que o investigador conviva, e de modo prolongado, com os sujeitos e objetos investigados. Portanto, a observação participante, enquanto desdobramento do verdadeiro exercício etnográfico, permite ao pesquisador fazer análises muito mais coerentes diante da realidade fática, pois o deslocamento para o lócus da pesquisa, a convivência por tempo prolongado com os sujeitos e objetos e a participação e/ou imersão nos modos de vida das coletividades investigadas permitem compreender, de um modo mais assertivo, suas dinâmicas internas.

Em tal sentido, Angrosino (2009) argumenta que a naturalidade da observação participante é um elemento capaz de amenizar a intervenção subjetiva do observador, haja vista que ele não costuma solicitar que os sujeitos realizem nada diferente do que habitualmente fazem. Assim, a presença do investigador no lócus da investigação, além de não alterar a rotina dos pesquisados, também acaba por tornar o pesquisador parte constituinte dos processos por ele próprio investigados, em função do tempo prolongado de convivência com os sujeitos e objetos. A naturalidade com que ocorre a observação participante permite que os pesquisados sigam espontaneamente com as suas vidas, ao ponto de a presença do pesquisador deixar de ser notada ou de interferir, de algum modo, no cotidiano do lócus investigado. Para Angrosino (2009), somente o pesquisador participante-come-observador terá desenvolvido as habilidades necessárias para, integrado à vida do grupo, conseguir um envolvimento tal que lhe permita diluir-se, quase que por completo, no cenário da investigação. Isto oportuniza ao pesquisador envolver-se com as pessoas e as atividades por elas realizadas.

Durante o processo de observação-participante em campo foi necessário pensar na composição de um cenário de pesquisa capaz de explicar a relação entre processos de subjetivações e a percepção dos sujeitos acerca de sua própria felicidade e/ou bem-estar. Portanto, a partir do contato inicial com os colaboradores do presente estudo e, sendo eles adeptos do culto aos orixás, ficou explícito que, se não houvesse um maior estreitamento nas relações pesquisador-pesquisados-cenários, não seria possível compreender as cosmovisões dos sujeitos da pesquisa e como elas influenciam ou podem influenciar na mensuração de bem-estar.

A entrada do pesquisador em campo gera expectativas e tensões recíprocas, haja vista ser, aquele primeiro encontro, um momento do estabelecimento de contato entre partes. Porém, são partes possuidoras de diferentes concepções acerca do outro, suas subjetivações e cosmovisões. Portanto, para uma melhor imersão do pesquisador em campo, favorecendo a realização de um estudo reciprocamente produtivo, é importante que pesquisador e pesquisados estabeleçam relações dialógicas, baseadas na superação de preconceitos e estereótipos ainda presentes no momento inicial da pesquisa. Quando não superadas, essas concepções acabam por macular a negociação e flexibilização acordadas entre partes, aspectos imprescindíveis no momento de conferir autenticidade e credibilidade ao pesquisador e à pesquisa.

Para o povo de terreiro, suas cosmovisões somente serão verdadeiramente compreendidas se os interessados em as estudar forem capazes de vivenciar, experimentar e, por último, incorporar os processos de subjetivações dos adeptos dos cultos aos orixás. Portanto, para a realização de uma pesquisa, que também é um exercício etnográfico, não haveria outro modo de captar a inteireza dos colaboradores da pesquisa, seus modos e histórias de vida, se não fosse por e através da técnica de observação participante, técnica apoiada na ideia de imersão subjetiva e que, a um só tempo, incorpora aspectos sensoriais, corpóreos e de convivência cotidiana e social dos pesquisados.

Para Brandão (1984) é perceptível que a investigação científica atual tenha passado por profundas transformações, fazendo com que os objetos de pesquisa se tornem algo mais humanos e próximos. Isto tem ocorrido mediante o estabelecimento de outros paradigmas, modelos segundo os quais o conhecimento das coisas da vida, da sociedade e da cultura só são verdadeiramente compreensíveis quando ocorre o envolvimento entre o pesquisador e o quê ou quem se investiga. Portanto, a atitude frente à abordagem científica

fez surgir um novo tipo de pesquisador, aquele capaz de conviver com os sujeitos da investigação. Desse modo, na observação-participante espera-se que o pesquisador imprima em sua atitude investigativa um caráter de serviço, pois é através da noção de empreender para servir que o pesquisador se colocará no mundo do pesquisado, sentindo e pensando como ele. Trata-se, sobretudo, de uma inversão de lógicas, ou seja, a lógica dos investigados deve se sobrepor aos interesses e/ou cosmovisões do pesquisador, permitindo saber se a atitude de quem investiga é compatível com os anseios dos investigados.

Assim, a adoção de entrevistas em profundidade, em conformidade com a observação participante, pode abarcar a oportunidade de a pessoa entrevistada ancorar-se na sua história de vida para fazer aflorar sua percepção sobre determinado fenômeno. Portanto, não pode ser uma coleta de informações superficiais ou aleatórias, mas um método que seja capaz de estabelecer o contato entre o pesquisador e os informantes. Deste modo, a entrevista em profundidade não pode ser concebida como um interrogatório, haja vista que a fala deve pertencer ao sujeito da pesquisa, sendo o pesquisador, tão somente, um interlocutor (QUEIROZ, 1991). Certamente que o pesquisador poderá trazer à baila assuntos de seu interesse, pois ele não é um ser inanimado e, como tal, em sua axiologia, traz consigo uma carga de valores, princípios e limitações que, quando não utilizados racionalmente, poderá comprometer os resultados da investigação científica, ainda que a pesquisa tenha sido exequível. Todavia, o fio condutor da pesquisa deve transversar os interesses dos entrevistados, procurando escutá-los, para na sequência, entendê-los.

Na narrativa do percurso metodológico desta pesquisa, saliento que realizei a observação participante de modo associado às entrevistas, pois na pesquisa de campo com foco investigativo etnográfico a realização de entrevistas é uma estratégia eficaz para a promoção de uma melhor interação entre entrevistador e entrevistados. Segundo Minayo (2008), a entrevista tem por objetivo levantar um conjunto de informações necessárias para sustentar o objeto da pesquisa, sobretudo quando envolve a coleta e análises de dados subjetivos. Portanto, para a presente investigação, estruturada em conformidade com o método de observação participante, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas.

A opção pela realização de entrevistas como técnica de coleta de dados para a presente pesquisa se fez necessária para alcançar os dados essenciais que possibilitassem a análise do FIB como medida de bem-estar em contextos de comunidades e povos

tradicionais, haja vista que a entrevista é um recurso que favorece a “*reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia*” (MINAYO, 2008, p. 65). Ademais, como o uso de tal técnica é capaz de “*captar formalmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante*” (MINAYO, 2008, p. 66).

A pesquisa com povos e comunidades tradicionais lida com sujeitos historicamente marcados pelos estigmas da opressão do discurso, pois conforme argumenta Foucault (1997), todo e qualquer discurso está impregnado de poder que se exerce, que circula e que estabelece relações. Assim, a comunicação entre entrevistado e entrevistador; quando não bem conduzida, poderá assumir face de violência repressiva. Daí surge a necessidade do estabelecimento, entre partes do discurso, de uma comunicação não-violenta, técnica adotada para a realização desta pesquisa.

A Comunicação Não-Violenta (CNV) refere-se a um tipo de abordagem capaz de fazer aflorar a compaixão natural do ser humano. Para Rosenberg (2006, p. 24), “*quando nos concentramos em tornar mais claro o que o outro está observando, sentindo e necessitando em vez de diagnosticar e julgar, descobrimos a profundidade de nossa própria compaixão*”, deste modo, a violência não está necessariamente nas palavras, mas na intenção dos falantes. Portanto, é necessário reformular a maneira de se expressar e de ouvir o outro, haja vista que, assim, “*somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática*” (ROSENBERG, 2006, p. 24).

Por outro lado, a questão da felicidade, para os povos e comunidades tradicionais, dialoga com as noções de território e das identidades construídas a partir dos territórios (territorialidades). Deste modo, os nexos estabelecidos entre território e discurso fazem emergir o paradigma dos territórios de fala e de resistências. Diante de tal situação, a leitura do território e das territorialidades da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, sob a perspectiva da observação participante, suscitou a necessidade de acionar a noção de terceiro espaço ou espaço de enunciação, conceito desenvolvido por Bhabha (1998), segundo o qual

O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem

quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. O que essa relação inconsciente introduz é uma ambivalência no ato da interpretação (BHABHA, 1998, p. 66).

A noção de espaço de fronteira (o terceiro espaço) ou entre-lugar não representa somente a fusão de diversas formas de hibridismos, mas, sobretudo, as múltiplas formas de demonstração cultural provenientes da fusão. Neste sentido, o terceiro espaço é o local da emancipação do discurso, haja vista que a fala não é exclusiva a nenhum dos interlocutores, mas pertence a ambos, abrindo, assim, outras possibilidades para pensar o lócus da emancipação. Neste novo espaço, pesquisados e pesquisadores escapam de sistemas binários e criadores de posições ortodoxas, dando lugar a um discurso dinâmico, híbrido e transformador, ou uma hermenêutica demarcatória do lócus de emancipação, o lócus dos territórios de fala e de resistências.

4. FELICIDADE INTERNA BRUTA DA COMUNIDADE ILÉ ÀSE OJÚ OÒRUN

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar o FIB estimado para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún segundo os seus nove domínios ou dimensões, tanto com base nas especificidades do universo amostral, quanto à luz de informações de natureza qualitativa oriundas das entrevistas em profundidade. A análise é precedida pela apresentação de uma sucinta caracterização sociodemográfica do contingente populacional estudado.

4.1 Caracterização sociodemográfica da população estudada

A amostra que serviu de base para os exercícios empíricos realizados no âmbito desta dissertação é composta por 30 pessoas, sendo 53,3% homens e 46,7% mulheres. A maioria (90%) tinha 20 anos ou mais e metade da população entrevistada estava concentrada na faixa etária de 20 a 39 anos. O grupo de guardiões das tradições, memórias e identidade da comunidade, constituído por pessoas com 60 anos ou mais, abrangeu 16,7% dos entrevistados (Tabela 1). O maior percentual de jovens e adultos dentre os membros do grupo pesquisado é fator que pode influenciar positivamente para a ampliação dos níveis de felicidade comunitária, pois, potencialmente, a interação sociocultural entre diferentes pode contribuir decisivamente para a manutenção e ampliação da vitalidade comunitária. Além disso, o elevado percentual de jovens e adultos pode indicar a possibilidade de continuidade da comunidade, preocupação expressa por parte dos entrevistados.

Os dados apresentados na Tabela 1 também revelam que nenhum entrevistado declarou-se analfabeto e mais da metade (60%) havia estudado até o ensino médio. O percentual daqueles que, após conclusão do ensino superior, havia ingressado em cursos de especialização, mestrado ou doutorado foi 16,7%. Quando a informação é desagregada por sexo ou gênero constata-se a existência de diferencial expressivo, marcado por maior inserção da população masculina nos estratos de maior nível de instrução. Entre as mulheres, mais de um terço (36,7%) não haviam alcançado o ensino médio, estrato onde está concentrado a maior proporção desse segmento populacional (42,9%). Em

contraposição, um quarto dos homens (25,0%) tinham estudado até o ensino fundamental, ao passo que 37,5% haviam atingido o ensino superior e outros 18,7% tinham se inserido em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

Tabela 1: Características sociodemográficas da amostra da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, município de Caetité (BA), 2022 (Distribuição percentual)

Característica	Sexo		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Grupos de idade (em anos)			
15 – 19	3,3	6,7	10,0
20 – 29	23,3	6,7	30,0
30 – 39	13,3	6,7	20,0
40 – 49	6,7	6,7	13,4
50 – 59	3,3	6,7	10,0
60 e mais	3,3	13,3	16,6
Escolaridade			
Ensino fundamental	13,3	16,7	30,0
Ensino médio	10,0	20,0	30,0
Superior	20,0	3,3	23,3
Pós-graduação (E, M, D)	10,0	6,7	16,7
Renda (em salário mínimo)			
Até 1	30,0	26,7	56,7
+ 1 a 2	13,3	20,0	33,3
+ de 2	10,0	0,0	10,0
Tipo de moradia			
Própria	10,0	16,7	26,7
Alugada	26,7	13,3	40,0
Familiar	16,7	16,6	33,3

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo realizada em 2022.

Em síntese, constatar que 40% dos entrevistados haviam atingido o nível superior ou algum curso de pós-graduação coloca a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún em uma condição relativamente privilegiada frente ao grau de escolaridade de membros da comunidade em geral. É certo que o Ilé Àse Ojú Oòrún, mesmo sendo uma casa de tradição oral Iorubá, contexto em que a perpetuação da memória ocorre por meio da oralidade passada do mais velho ao mais novo, a comunidade vem se apropriando dos

multiletramentos de seus membros para compartilhar saberes e fazeres ancestralmente elaborados. Com isto, a comunidade visa evitar rupturas imprevistas que possam comprometer o futuro e o legado da sua cultura.

A desagregação do nível educacional por idade dos entrevistados (Tabela 2) revela que o menor grau de escolaridade foi declarado por pessoas com 60 anos ou mais: 60% delas haviam cursado até o ensino fundamental e as outras 40% tinham atingido, no máximo, o ensino médio. Portanto, nenhuma delas declarou ter iniciado algum curso superior. Tal resultado corrobora uma das faces mais cruéis dos diferenciais de educação no Brasil, que é a enorme concentração de idosos nos estratos de menor nível educacional. Como parcela expressiva dessa população ainda está inserida em atividades produtivas, depreende-se que estejam engajadas em atividades de menor remuneração. Isto, sem contar que não há, no país, um programa dedicado à melhoria do nível de instrução desse contingente populacional,

Tabela 2: Escolaridade da amostra da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, município de Caetité (BA), segundo grupos de idade, 2022 (Distribuição percentual)

Grupos de idade (em anos)	Escolaridade			
	Ensino fundamental	Ensino Médio	Superior	Pós-graduação (E, M, D)
15 – 29	25,0	33,3	41,7	0,0
30 – 39	50,0	16,7	0,0	33,3
40 – 49	0,0	25,0	25,0	50,0
50 – 59	0,0	33,3	33,3	33,3
60 e mais	60,0	40,0	0,0	0,0
TOTAL	30,0	30,0	23,3	16,7

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo realizada em 2022.

Por outro lado, os jovens de 15 a 29 anos apresentam melhor performance no que se refere aos níveis educacionais: 41,7% chegaram até o nível superior, um terço havia estudado até o ensino médio e os outros 25% não passaram do ensino fundamental mas, em função da tenra idade, têm potencial para galgar níveis educacionais mais elevados. Esta situação, por sua vez, revela a melhoria nos níveis de instrução da população mais jovem no Brasil. Metade dos jovens adultos de 30 a 39 anos declarou não ter estudado além do ensino fundamental, mas um terço havia ingressado em cursos de pós-graduação. Já a totalidade dos entrevistados na faixa etária de 40 a 59 anos havia ultrapassado o ensino

fundamental: no segmento de 40 a 49 anos 75% declararam ter atingido curso superior ou pós-graduação, ao passo que entre aqueles na faixa de 50 a 59 anos percentual igual (33,3%) declarou inserção no ensino médio, superior e pós-graduação.

O intuito de melhor compreender acerca do micro sistema econômico-social presente na comunidade pesquisada e nos limites temporais desta pesquisa justifica a inclusão de indicador de renda que, a exemplo da educação, é menos susceptível de grandes oscilações em curto período de tempo. Entre a população entrevistada, mais da metade (56,7%) declarou renda de até 1 salário mínimo¹² e um terço disse receber montante situado entre 1 e 2 salários mínimos, ou seja, apenas 10% tinham renda superior a 2 salários mínimos (Tabela 1).

Os resultados apontam não haver diferenças significativas entre as rendas declaradas por homens e mulheres. O mesmo não se pode dizer em relação aos diferenciais de renda segundo níveis de escolaridade. Os dados apresentados na Tabela 3 mostram que 88,9% das pessoas com ensino fundamental declararam renda de até 1 salário mínimo, proporção que diminui, respectivamente, para 55,6% e 33,3% entre aqueles com ensino médio e com ensino superior ou pós-graduação. No outro extremo, nenhum respondente com ensino fundamental declarou renda superior a 2 salários mínimos, ao passo essa foi a renda atribuída a 25% dos entrevistados com ensino superior ou pós-graduação. Em paralelo, a proporção de pessoas que declararam renda na faixa de 1 a 2 salários mínimos aumenta de 11,1% para 33,3% e 41,7% entre os respondentes com ensino fundamental, médio e superior ou pós-graduação, respectivamente.

Tabela 3: Renda da amostra da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, município de Caetité (BA), segundo escolaridade, 2022 (Distribuição percentual)

Escolaridade	Renda (em salário mínimo)		
	Até 1	+ de 1 a 2	+ de 2
Ensino Fundamental	88,9	11,1	0,0
Ensino Médio	55,6	33,3	11,1
Superior ou Pós-graduação	57,1	28,6	14,3
TOTAL	56,7	33,3	10,0

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo realizada em 2022.

¹² O salário mínimo vigente no período de realização da pesquisa era de R\$ 1.212,00.

Outro indicador sociodemográfico incluído na caracterização do universo amostral é o tipo de moradia. As informações incluídas na Tabela 1 mostram que um terço das pessoas entrevistadas declarou dividir residência com outro núcleo familiar, ao passo que 26,7% eram proprietários do imóvel onde residiam. Os outros 40% dos respondentes moravam em unidade domiciliar alugada.

É certo que mesmo pensando na ideia de satisfação com a vida ou bem-estar como métrica de felicidade, os indicadores apresentados são insuficientes para fornecer um pano de fundo adequado para análise e interpretação dos resultados encontrados para o índice de felicidade interna bruta. No entanto, podem fornecer elementos que auxiliem na compreensão do indicador, especialmente quando são agregados a eles as percepções colhidas com base nas entrevistas em profundidade, de natureza qualitativa.

4.2 Felicidade Interna Bruta do Ilé Àse Ojú Oòrún e suas diferentes dimensões

O FIB varia de uma escala que vai de 1 a 4, sendo o menor valor, 1, indicativo de “infeliz”; 2 denota “pouco feliz”; 3 é representativo de “feliz”; e 4 correspondente a “muito feliz”. A Tabela 4 apresenta os resultados do FIB calculado com base nas respostas ou percepções de membros da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, desagregado pelos nove domínios ou dimensões que compõem o indicador.

Tabela 4: Felicidade Interna Bruta (FIB) da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, por domínio, município de Caetité (BA), 2022

Dimensões	FIB
Padrão de Vida	2,58
Educação	3,20
Saúde	2,96
Meio Ambiente	3,59
Governança	2,06
Uso do Tempo	3,15
Cultura	2,96
Vitalidade Comunitária	3,43
Bem-estar Psicológico	3,64
GERAL	3,06

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo realizada em 2022.

A análise do resultado, contudo, requer ponderações, como aponta a breve discussão inserida no Capítulo 2 e está bem delineado nas considerações de Ferraz, et al. (2007, p. 241):

A maioria dos aspectos relacionados à felicidade é de cunho psíquico (personalidade, otimismo, resiliência, gratidão, presença de altos escores de emoções positivas). É possível que alguns dos aspectos socioculturais associados, como a religiosidade, operem pelo menos em parte mediados por questões emocionais. (...) Conclui-se que a felicidade é um fenômeno predominantemente subjetivo, estando subordinada mais a traços de temperamento e postura perante a vida do que a fatores externamente determinados.

A média geral do FIB calculada para o Ilé Àse Ojú Oòrún foi de 3,06, o que permite concluir que os integrantes dessa comunidade se consideram felizes. Todavia, a questão central que atravessa este estudo é: por que os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún são felizes?

A religião é o fator que define a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún. É verdadeiramente no horizonte da transcendentalidade, ou na harmonia entre transcendentalidade e a vida cotidiana, que esta comunidade afro-religiosa se define com clareza límpida como um lugar de bem-estar, de experiência humana autêntica de felicidade. No Ilé Àse Ojú Oòrún a busca da felicidade na imitação do sagrado expressa-se como uma prática constante e alimentada nas raízes da ancestralidade, sendo a felicidade um desdobramento natural da prática perseverante de inserção nas realidades sagradas. As entrevistas em profundidade realizadas no âmbito deste estudo apontam para uma inter-relação entre o bem-estar espiritual e a felicidade. Segundo Ellison (1983), bem-estar espiritual é uma sensação de bem-estar vivenciada através de um propósito que motiva as pessoas a assumirem um comprometimento com algo e este propósito também envolve um significado último para a vida.

Em seu território, os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún reportaram emoções e sentimentos do sagrado que lhes são associados, permitindo-lhes alcançar maiores índices de felicidade. Acerca do papel da espiritualidade na felicidade Ferraz, et al. (2007, p. 237) consideram que as *“pessoas que se descrevem como espiritualistas tendem a reportar maiores índices de felicidade e satisfação com a vida”*. Ademais, a espiritualidade da natureza humana permite lidar melhor com eventos adversos que ocorram no curso da vida, tais como desemprego, doenças e luto (MCINTOSH et al., 1993).

As narrativas dos entrevistados evidenciam a existência de uma estreita relação entre espiritualidade e aceitação (não confundir com conformismo) diante dos eventos adversos, como ilustra o seguinte depoimento:

Eu não tenho tristeza. Inclusive, ano passado [2021] foi um ano difícil. Perdi um filho biológico, perdi também um genro, mas ganhei um neto lindo. Estou com câncer, um câncer de mama, mas o Terreiro me ajuda, meus irmãos, meu pai, minha comunidade [Família de Santo]. Eles me dão forças para eu continuar fazendo o meu tratamento. (...). Então, o que quero mais? Eu tenho o Orixá a meu favor. (...) Mesmo diante de tudo o que já passei, nada afetou o meu bem viver; pois eu acredito em Orixá. Todos os dias eu converso com o meu Orixá e eu sei que ele está comigo em todos os momentos. (...) Quando o meu filho faleceu estive em uma comunidade [Terreiro] que não foi esta e, quando eu cheguei lá, uma pessoa incorporou no Oxóssi [Orixá considerado uma espécie de guardião e caçador] e Oxóssi me carregou no colo e falou comigo: eu estou contigo! Pra quê melhor do que ser carregado por um Orixá? Eu, um ser mortal, ser carregada por um ancestral. Então, isto é para mim felicidade! (ÌYÁ OLÓJÚ OYA- entrevista janeiro de 2022).

Um estudo sobre felicidade desenvolvido por Brickman et al. (1978) demonstrou que mesmo os eventos dramáticos ou extraordinários da existência não influenciam significativamente nos níveis de felicidade e, por isto, é preciso compreender que as pessoas demonstram algum tipo de reação frente aos eventos, sejam eles considerados bons ou ruins. Contudo, tendem a adaptar-se rapidamente ao novo, o que lhes permitem retornar à posição inicial e relativamente estável de felicidade.

Para os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún o transcendental é uma ideia presente e auxiliadora, além de ser reconhecido como realidade concreta e estruturante na vida e não uma ideia vaga, abstrata e incapaz de conferir apoio diante dos desafios e dificuldades. Isto significa que quanto maior for a associação que os indivíduos fazem entre o transcendental e a perspectiva de realidade (transcendental como realidade), menos inseguros ou ansiosos serão (TESTONI et al., 2016) e, conseqüentemente, maior bem-estar terão.

Os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún compartilham o entendimento segundo o qual a sua continuidade como povo depende substancialmente da manutenção da integridade do território que ocupam, sendo este aspecto considerado como critério fundamental para a autodefinição de bem-estar de seus membros. Mas será que existe uma correlação positiva entre felicidade e a integridade do território?

Antes, porém, de discutir uma resposta a esta questão é necessário aventar a possibilidade de se pensar o território a partir do lugar. Nesta perspectiva, é importante

frisar que território e lugar são categorias geográficas distintas e, portanto, inconfundíveis. Ocorre que, para os povos e comunidades tradicionais, o território e o lugar se imbricam e produzem uma única e indissolúvel nova categoria espacial que é semanticamente classificada como um neologismo que já nasceu polissêmico e híbrido. Para Lima (2014, p. 41),

O uso do termo “território-lugar” figurará como uma proposta frente a alguns discursos que delimitam essas categorias sem assumir a proximidade entre elas. O “território” sempre esteve associado às questões políticas e atrelado, muitas vezes, somente a estas relações de poder. Porém, uma possível relação entre os conceitos “território” e “lugar” aponta para diferentes leituras, que partem de dinâmicas territoriais em múltiplas instâncias: econômicas, políticas e culturais.

Para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún testifica-se uma complexa relação território/lugar, havendo uma confluência simbólica entre diferentes categorias espaço-temporais. Deste modo, por meio da dialogia, paradoxos como território, lugar e felicidade podem ser coadunados. O processo de significação da existência ancorada em uma base territorial e local produzem bem-estar e transcendem o binarismo analítico conceitualista, pois o território (domínio) transforma-se em lugar como um conversor de forças espaciais marcadas pelo afeto, *“um meio ambiente capaz de afetar as pessoas que nele vivem”* (TUAN, 1983, p. 114).

Para os integrantes do Ilé Àse Ojú Oòrún existe uma correlação positiva entre felicidade e integridade do território (felicidade por e a partir do território-lugar). Trata-se de uma análise binária a partir da imbricação entre felicidade e território.

Nesta imbricação o território e o lugar passam a ser uma única categoria analítica do recorte espacial. Dessa forma, o lugar-território (DUARTE, 2006) ou o território-lugar (LIMA, 2014), são reconhecidos como um produto das ações combinadas entre o território e o lugar. Essas ações atuam sobre o espaço tecendo novas espacialidades, como aquelas existentes no Ilé Àse Ojú, onde a felicidade se manifesta na combinação analítica com o território e o lugar. Nessa perspectiva, as estruturas de poder, típicas dos recortes espaciais territorializados, se associam aos lugares (categoria geográfica produzida a partir das relações afetivas fomentadas entre indivíduos e espaço geográfico) e produzem domínios territoriais afetivos ou territórios-lugar. Neste sentido, surge uma singularidade espacial marcada pelo hibridismo entre felicidade e território (felicidade territorializada) transversalizados pela categoria espacial do lugar. O território é o espaço inegociável de domínio de um povo. O lugar associado ao território transforma o domínio em afeto espacial

territorializado e, neste hibridismo contextual, a felicidade se materializa, territorializando-se.

O conceito de senso de comunidade traduz um sentido sócio psicológico que reconhece que a experiência comunitária é a síntese das atitudes, sentimentos, relacionamentos e interações entre as pessoas em um contexto comunitário (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). A vivência comunitária indica uma contínua duração caracterizada por um sentimento de pertença a uma rede de relações colaborativas, interdependentes e voluntárias de convivência e confluência, *“de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender”* (SARASON, 1974, p. 1).

No intuito de investigar a importância do sentimento de comunidade como um elemento impulsionador da felicidade, esta pesquisa constatou que os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún percebem as implicações positivas advindas do senso de comunidade. Para o grupo pesquisado, os sentimentos de pertença com a comunidade estão relacionados à satisfação com a vida, haja vista que o sentido de comunidade é fundamental para o aumento do bem-estar subjetivo. Isso ocorre porque se entende que o bem-estar é concomitantemente influenciado por uma relação bidirecional entre aspectos internos (psicológicos) e psicossociais (CUMMINS; LAU, 2005), sendo esta relação importante à unidade e coesão no grupo (MONTERO, 2004).

Pelo menos dois pontos chamam a atenção no âmbito da tentativa de entender a condição de “feliz” constatada no resultado da estimativa do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún. Primeiro, a estreita relação entre transcendentalidade e bem-estar subjetivo (felicidade e satisfação com a vida). Segundo, a correlação positiva entre felicidade e integridade do território. Esses dois aspectos parecem contribuir para uma avaliação positiva da qualidade de vida dos indivíduos e aumento do nível de felicidade.

4.3 Outras experiências de estimativa do FIB no Brasil

No campo científico verifica-se a emergência de inúmeras experiências de estimativas do FIB no Brasil, sendo possível sistematizar algumas das principais pesquisas desenvolvidas, considerando aquelas que tratam do FIB como foco primário.

Feijó et al. (2012) questionam as limitações do PIB como métrica para avaliar o bem-estar das pessoas e apontam para a contribuição que metodologias alternativas de mensuração do desenvolvimento podem oferecer para aferir o bem-estar e a felicidade, utilizando como referência as iniciativas no Brasil para instituir indicadores de felicidade.

Silva et al. (2013) analisaram a comunidade de São Rafael, localizada em João Pessoa (PB), mensurando os índices de bem-estar de seus moradores a partir do índice de Felicidade Interna Bruta. Em tal comunidade fora implementado o Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, tecnologia social propulsora do desenvolvimento de comunidades socialmente vulneráveis. Através de pesquisas estruturadas, mediante aplicação do FIB, adaptado para a comunidade em estudo, percebeu-se que a implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento, baseado em uma visão de desenvolvimento local, solidariedade, sustentabilidade e cooperação, contribuiu para minimizar os riscos de vulnerabilidade e aumentar a felicidade e o bem-estar comunitário.

Santos (2015) construiu uma proposta teórico-metodológica de medida de desenvolvimento social baseado na felicidade para criar o Índice de Felicidade Local (IFL), adaptado do FIB. A estimativa do indicador, com base em dados coletados em pesquisa de campo com habitantes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em Pernambuco, mostra que a população apresenta altos índices de desigualdade socioeconômica e vulnerabilidade social, especialmente no que tange à escolaridade, aos rendimentos dos trabalhadores e às posições no mercado de trabalho. Os resultados apontaram que a felicidade tende a ser influenciada por aspectos materiais e não materiais de condição de vida. Dentre os sujeitos investigados, os imigrantes parecem em situação de maior vulnerabilidade, apresentando piores condições de bem-estar subjetivo e de felicidade que os não migrantes.

Branco (2015) analisou algumas variáveis presentes no FIB e como elas, sob a ótica objetiva, são capazes de mensurar o desenvolvimento em seus aspectos econômicos e humanos. Para tal, o autor recorreu a estudos econométricos relacionados às principais variáveis do FIB, que permitem o uso de políticas públicas para avaliar a qualidade de vida da população. O autor concluiu que, apesar das dificuldades, a utilização do FIB é promissora – e tem conquistado espaço na academia e nos meios políticos – como ferramenta de diagnóstico e prognóstico das efetivas condições de vida da população

Del Bianco et al. (2016) utilizaram a métrica do FIB para avaliar a relação entre felicidade e trabalho no município de Cascavel, no Paraná. Os autores procuraram identificar quais variáveis exerciam maiores influências na felicidade dos trabalhadores. O estudo constatou que ser otimista, praticar exercícios físicos e participar de algum grupo social são fatores que contribuem positivamente para a felicidade dos indivíduos. Concluíram, também, que a felicidade, para os trabalhadores de Cascavel, está relacionada a fatores não materiais, sobretudo aqueles relacionados à família, aos bons sentimentos, às boas práticas em sociedade, à saúde, à solidariedade e à espiritualidade.

O estudo conduzido por Vitor (2017), a partir de duas visões de vida no campo – produção com base na utilização de tecnologia e produção baseada na agroecologia em contextos da agricultura familiar – apontou que as dimensões do FIB efetivamente contribuem para a felicidade das pessoas, desde que bem trabalhados, seja no âmbito pessoal ou nos aspectos governamentais, de modo a promover um desenvolvimento realmente sustentável.

Zanon et al. (2019) procuraram contribuir com a reflexão acerca das transformações e desafios para as cidades na contemporaneidade e, para atingir tal propósito, consideraram o FIB como um indicador de qualidade de vida urbana. Os autores destacaram a correlação entre FIB e PIB com o urbanismo, focalizando os casos concretos de Curitiba, no Paraná. Os autores concluíram, com base na aferição do FIB, ser possível a proposição de políticas urbanas em unidades de vizinhança, como a elaboração de programas e projetos de ordenamento territorial, considerados mais justos e adequados às demandas locais. O FIB foi estimado para os bairros da cidade, o que possibilitou a elaboração de um mapa dos níveis de felicidade em cada bairro. A média geral do FIB obtida foi de 3,60, categorizado entre “moderadamente feliz” e “feliz”. Trata-se de um exercício diferente daquele realizado por Helliwell et al. (2018) para Thimbu, no Butão, que encontraram um FIB de valor considerado elevado, mas o cálculo foi feito não para o conjunto da comunidade, mas para pessoas, individualmente (FIB per capita). Nesse caso, o FIB aferiu a satisfação das pessoas com a própria vida.

O estudo desenvolvido por Jochem e Pellin (2019) teve como objetivo identificar e analisar o FIB na dimensão territorial municipal, utilizando como amostra de estudo o município de Rio do Sul (SC). Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizaram uma análise quantitativa de dados obtidos através da aplicação de questionários. Os autores concluíram

que Rio do Sul apresenta ótimo índice de Felicidade Interna Bruta: 58% dos pesquisados apontaram que estão muito felizes, 37% se consideraram felizes e 5% apresentaram nível satisfatório de felicidade.

Santos e Gobbo (2019) aplicaram um questionário com 16 perguntas fechadas para mensurar a FIB de acadêmicos de uma instituição de ensino no norte de Santa Catarina. Os autores verificaram que a maioria dos acadêmicos respondeu “sempre” sobre achar relevante a introdução do tema felicidade no curso de graduação em Administração. Consideraram, então, ser importante que as Instituições de Ensino Superior incluam nos seus currículos, e em todos os cursos, o tema felicidade, como já fazem as universidades americanas de Yale e Harvard.

Acerca das perspectivas teóricas do FIB, Oliveira et al. (2015) apresentaram questões relativas ao desenvolvimento, às origens do FIB, suas aplicações e objetivos, bem como suas fragilidades e potencialidades, concluindo que os índices de felicidade e de bem-estar podem ser utilizados como medidores de desenvolvimento das nações. Todavia, são medidores não substitutos, mas complementares àqueles já estabelecidos há décadas.

4.4 Os domínios ou dimensões do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún

Além do FIB geral, é possível estimar e analisar o FIB segundo os seus nove domínios ou dimensões (padrão de vida, educação, saúde, meio ambiente, governança, uso do tempo, cultura, vitalidade comunitária e bem-estar psicológico). No caso da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún os indicadores estimados variaram de 2,06 (“pouco feliz”), registrado para a dimensão governança, e 3,64 (“feliz”), atribuído ao domínio bem-estar psicológico. No extremo inferior (governança) o valor está praticamente no limite próximo à condição de “infeliz”, ao passo que no extremo superior (bem-estar psicológico) o indicador está mais próximo à condição de “muito feliz”. Esses diferenciais refletem as especificidades da comunidade.

A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún se considera “pouco feliz” em relação ao seu **padrão de vida**, ou seja, aponta relativa insuficiência de renda para cobrir as despesas mensais, poupar parte da renda mensal ou conseguir comprar tudo que tem vontade e necessidade.

O padrão de vida “*refere-se à base material do bem-estar, que se reflete no nível de consumo do indivíduo*” (GALAY, 2009, p. 31). Portanto, tal domínio, respaldado na avaliação da renda individual e familiar, é um importante construto de bem-estar ou felicidade, pois identifica o percentual de pessoas capazes de usufruírem de padrões de vida dignos (indivíduos e famílias cujas necessidades básicas são satisfeitas).

O padrão de vida de indivíduos, grupos familiares e populações deve ser o reflexo da apropriação de um rendimento econômico capaz de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência e dignidade humana. Neste estudo, os resultados apontados para o padrão de vida da amostra pesquisada, demonstraram que as desigualdades socioeconômicas, mesmo quando superadas, deixam marcas que são extremamente difíceis de apagar e que, mesmo não mais presentes nos corpos dos sujeitos, continuam registradas na memória como lembranças de quem esteve ou está nos extremos das condições de vida.

No entanto, estudos que relacionam felicidade e renda média demonstram não existir uma relação tão direta entre tais variáveis. Para Frey e Stutzer (2002, p. 7), “*a evidência disponível sugere que renda e felicidade são correlacionadas entre as nações, mas que os efeitos são pequenos e decrescentes*”. Deste modo, “*o efeito de uma pequena renda sobre a felicidade em uma pessoa que não tem renda nenhuma é alto, mas perde gradativamente sua relevância a partir do momento em que a pessoa tem o ‘básico’ para viver*” (BRANCO, 2015, p. 14). Portanto, pequenas melhorias nas condições de vida, mesmo para pessoas que estão ou que já estiveram em situação socioeconômica precária pode ser o suficiente para dar a sensação de aumento do bem-estar ou para atenuar ou relativizar sua percepção em relação à felicidade.

O FIB estimado para a dimensão **educação** foi de 3,20, indicando que os integrantes do Ilé Àse Ojú Oòrún se consideram “felizes” em relação ao seu nível educacional, em interação com sua influência na qualidade de vida ou bem-estar. No caso específico deste estudo indica que estão satisfeitos com a dedicação aos estudos e leitura, à participação e à atuação com correção, valores éticos, morais e familiares, assim como com o acesso à educação escolar, esportiva, musical e cultural. A caracterização socioeconômica da amostra, apresentada nas tabelas 1 a 3, neste capítulo, mostram associação positiva entre educação e renda e, portanto, trata-se de um resultado esperado. O nível encontrado para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún é bem mais elevado do que

aqueles estimados por Pio (2021) para os municípios goianos de Caldas Novas (2,60), Jataí (2,94), Pirenópolis (2,99) e Silvânia (2,98).

Segundo AUTURUPANE et al. (2013), entre todos os povos, a educação é reconhecida como um fator capaz de produzir bem-estar, pois “*o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo*” (SAVIANI, 2008, p. 13). Quando a educação não é elitizada ou excludente, ela eleva os níveis de renda dos sujeitos, pois quanto maior for o nível de educação, maior é a renda e o bem-estar. Essa proposição foi confirmada na amostra pesquisada, pois os indivíduos mais escolarizados da amostra são os que possuem maior renda.

No âmbito da formação, a educação deve assumir, a um só tempo, um papel transformador e libertador, pois mesmo havendo uma estreita relação entre educação e renda, também existem outros fatores que precisam ser considerados como variáveis importantes atreladas à educação. Entre essas variáveis pode-se destacar a autonomia, cooperação e respeito mútuo no ambiente da diversidade sociocultural dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O FIB da dimensão **saúde** (2,96) indica que a comunidade do Ilé Àse Ojú Odrún se considera virtualmente “feliz” em relação à sua aparência física, alimentação saudável e prática de exercícios físicos. Esse nível denota uma satisfação superior àquela que Pio (2021) identificou para quatro municípios goianos, mas inferior ao índice registrado por Del Bianco et al. (2016) para a população trabalhadora de Cascavel (PR). Na verdade, o índice do FIB saúde ligeiramente inferior ao índice médio dos nove domínios pode ser visto quase que como um sinal de alerta, tendo em vista a importância que o contingente populacional entrevistado atribui à saúde, como exemplificado no seguinte relato:

A saúde e a felicidade veem juntos, porque quando a gente tem saúde, a gente tem tudo e, quando não temos a saúde, buscamos a medicina convencional e a parte espiritual. Tem as ervas que podem trazer a cura e os banhos para atrair boas energias. (...) A espiritualidade e a medicina trabalham juntas, não são coisas distintas. A gente tá doente, e a gente que pode buscar uma cura, buscamos nos Orixás, nas folhas para tomar banho e ficar com a energia boa, para só então, ir até a medicina convencional para que aquilo dê certo. (...) Eu te falei que tô com câncer, a primeira coisa que fiz quando descobri a doença foi fazer um Ebó de saúde. Fiz para me fortalecer espiritualmente, para só então chegar até a

medicina convencional. O Ebó é uma oferenda. (...) Tem vários Orixás, mas todos eles têm uma parte com a saúde e a vida, todos eles! Por exemplo: Ossaim é o dono das ervas, das plantas e traz a medicação. Então, tudo isso está relacionado à saúde física e espiritual, é um conjunto, para fortalecer e integrar. Tudo está integrado, tudo! (...) É um mito dizer que o Candomblé é contrário a medicina convencional. (...) Quando estamos doentes, em primeiro lugar, nós procuramos o médico. Somente depois a gente vem para o terreiro procurar se fortalecer espiritualmente, para que o tratamento convencional tenha um resultado positivo, pois sabemos que a nossa vida é feita de negativo e positivo. (...). Eu sou positiva o tempo todo, não existe o negativo em minha vida. (...) Se precisar eu procuro o médico e, depois, também procuro a minha comunidade. É nisto que acredito: nos banhos que tomo e que vão me trazer uma energia positiva. Acredito nas frutas que vão me trazer uma energia positiva. É no alimento na minha casa de Candomblé que vai me trazer uma força positiva, e assim eu tiro o negativo da minha vida e faço o meu tratamento (ÌYÁ OLÓJÚ OYA- entrevista janeiro de 2022).

Mas qual será a relação entre saúde e felicidade? Em regra, as pessoas querem ter mais saúde para poderem ser mais felizes. Portanto, quando procuram atendimento em saúde, na verdade o que se está querendo é ser mais feliz. Por outro lado, chegar a uma reflexão conclusiva é uma tarefa inglória. A saúde, no entanto, não deixa de ser um domínio transversal, uma vez que permeado pelos demais construtos do FIB. Está vinculada, por exemplo, a políticas públicas (Nery, 2014), pela organização socioeconômica do país, e mais especificamente do estado, região ou comunidade, assim como por condicionantes como o meio ambiente, saneamento, trabalho, renda, alimentos, atividade física, moradia, transporte, dentre outros.

O segundo valor mais alto do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún (3,59) foi registrado para a dimensão **meio ambiente**, indicando que esse contingente populacional se considera “feliz”, a meio caminho de uma conotação “muito feliz”. Esta dimensão, nesta dissertação, focaliza o contato direto com a natureza, conhecimentos sobre o semiárido, suas plantas e animais, preservação do semiárido, satisfação ou felicidade em viver no semiárido, poluição do ar, rios e solos no semiárido, além de realização de atividades diretamente relacionadas ao meio ambiente.

Ante a realidade pesquisada, este tópico, visa traçar um panorama das relações estabelecidas entre a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún e a temática ambiental, haja vista que os Orixás são ligados às forças da natureza. É circunstancial que as religiões de matriz africana figurem a interligação dos Orixás, dos homens e da natureza, direcionada à ecologia humana integral. Pois, frente à natureza, o comportamento humano atravessou diversas trajetórias, passando ora por considerações místicas, ora por configurações

materialistas (DUARTE, 1986). Na perspectiva da interligação do homem com a natureza “nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente” (FRANCISCO, 2015, p. 107).

A importância do meio ambiente para o debate sobre felicidade é destacada por Gunderson (2000) e também por Arruda (2009), que ressalta a questão da necessidade de equilíbrio entre meio ambiente e padrão de vida em relação à segurança alimentar. Por outro lado, o que emerge do discurso da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún é indissociabilidade entre natureza e vivência religiosa que, por fim, é fundamental para a sensação de bem-estar e felicidade. Exemplos desse tipo de discurso são transcritos a seguir.

A natureza para nós do Candomblé é tudo! É o sagrado. Os Orixás são pura natureza. (...) Por exemplo, este bambuzal que está diante de nós é uma representação de Iansã. (...) Iansã está aí neste bambuzal. (...) O vento é Iansã, os raios são Iansã, os trovoes são Xangô¹³. (...) Tudo na natureza pra gente existe: o ar é Oxalá¹⁴, a água é Oxumaré¹⁵, as matas Ossaim¹⁶, Oxóssi¹⁷, Àròni¹⁸ é o mago das matas. Então, Orixá é natureza; Orixá não é ser vivente. (...) O homem é o grande destruidor de tudo, é o vilão de tudo (ÀŞÒGÚN- entrevista janeiro de 2022).

Tudo é a natureza! O banho é feito das ervas e das folhas; isto nos coloca de pé, isto nos acalma e nos dá vida. É a natureza! Se tirar a natureza da religião, então, tirou tudo, não tem nada. Não existe Candomblé sem planta, sem natureza, sem animais, não existe! E a função de nós, candomblecistas é cuidar da natureza, né? (...) Sem natureza não tem Orixá; principalmente Oxóssi caçador, cadê a floresta pra ele? Não haveria caça; não haveria mais nada, né? O Candomblé é uma religião que cuida da natureza. Nossa função é cuidar da natureza (ÌYÁ OLÓJÚ OYA- entrevista janeiro de 2022).

Segundo os interlocutores desta pesquisa, a natureza é elaborada por meio das experiências com o transcendental. Tudo depende da anuência dos Orixás. Assim, é o sagrado que determina as trajetórias e dita os comportamentos dos seres. Esse intercâmbio

¹³ Orixá do panteão Kétù-Nàgó. Relacionado à justiça, à política.

¹⁴ Orixá do panteão Kétù-Nàgó responsável pela criação do mundo e dos seres humanos.

¹⁵ Orixá relacionado a mobilidade e continuidade; tem como símbolo o arco-íris. Orixá que se transforma em cobra.

¹⁶ Orixá senhor absoluto das folhas.

¹⁷ Orixá do panteão Kétù-Nàgó; referência no sustento, na provisão, fartura; Orixá da caça.

¹⁸ Divindade que mora na floresta; encantador de folhas; mensageiro do Orixá Ossain.

entre mundos (espiritual e material) é feito através de rituais e de simbologias e sua eficácia ritual é capaz de propiciar o bem-estar individual e coletivo.

Em outra vertente, o menor índice na composição do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún (2,06) foi registrado para a dimensão **governança**, indicando que a população em referência se considerou “pouco feliz” em relação à governança, demonstrando insatisfação com o desempenho do governo, nas três instâncias de poder, com os investimentos públicos e com a própria participação política no município.

A governança, ainda que não exista uma definição única para o termo, pode-se dizer que, como medida de felicidade, encontra-se atrelada à noção de confiança nas instituições que, essencialmente, deveriam assegurar o bem-estar na gestão das relações a partir de ações alinhadas ao interesse público. Em termos gerais, a boa governança “*é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos*” (SANTOS, 1997, p. 340-341). Contudo, o problema da governança é complexo e muitas vezes imprevisível. Assim, a confiança que o cidadão poderia depositar nas instituições, sobretudo nas instituições públicas, dá lugar à desconfiança, divergências, incertezas e inseguranças, além de reforçar vulnerabilidades, afetando o bem-estar de indivíduos e coletividades.

Para o FIB, a boa governança é condição imprescindível para a promoção da felicidade. Todavia, a desconfiança nas instituições diminui consideravelmente os níveis de bem-estar. A desconfiança contínua dos indivíduos e coletividades nas instituições atravessa todos os segmentos da sociedade e reflete na qualidade de vida dos cidadãos quando eles

Não encontram motivos para acreditar que instituições como as agências de serviços públicos funcionam de acordo com o fim para o qual existem ou com a eficiência necessária ao cumprimento de sua missão; e, finalmente, quando estão convencidos de que alguns entre eles têm mais acesso a direitos civis, políticos e sociais do que outros – ao contrário do que preconizam a constituição e as leis do país (MOISÉS, 2005, p. 52).

A dimensão governança também apresenta resultados insatisfatórios como componente do FIB em outros contextos, como Curitiba (PR), focalizada no estudo de Ferentz (2018), e outros cinco municípios goianos (Caldas Novas, Jataí, Pirenópolis e Silvânia), na pesquisa desenvolvida por Pio (2021).

O índice registrado para o domínio **uso do tempo**, 3,15, é indicativo de que a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún se sente “feliz” com a administração dos seus afazeres no que diz respeito às suas horas de sono, ao período destinado a executar as tarefas planejadas, à pontualidade nos seus compromissos e ao tempo livre para fazer o que gosta e descansar.

O uso do tempo é um construto subjetivo que também é influenciado por comportamentos culturais, pois diferentes culturas têm concepções próprias do tempo. Contemporaneamente, é comum alguém dizer que está sem tempo, sem atentar para o tempo ocioso ou desperdiçado. Para Mbiti (1990), nas sociedades ocidentais, o tempo é como mercadoria, podendo ser vendido e comprado, diferente da cosmovisão africana segundo a qual o tempo tem que ser criado ou produzido, ou seja, “*o homem africano não é escravo do tempo, mas, em vez disso, ele faz tanto tempo quanto queira*” (MBITI, 1990, p. 19). Baseado em outros contextos, Chaves (1992, p. 6) destaca que “*o bom ou mau uso do tempo depende do que se pretende alcançar. O mau uso do tempo causa stress porque tempo mal usado é tempo usado para fazer aquilo que não consideramos importante e prioritário*”.

Em consonância com as religiões de matrizes africanas, “*o tempo é circular e se acredita que a vida é uma eterna repetição do que já aconteceu num passado remoto narrado pelo mito*” (PRANDI, 2001, p. 43). Deste modo, diferente da experiência temporal contemporânea, marcada pela noção de “*tempo sem memória*” (NOVAES, 1992, p. 9), nos terreiros de Candomblé a vivência da temporalidade é marcada pelas experiências humanas significativas; um tempo não destinado a fechar-se em si mesmo, mas destinado a ir além do percurso cronológico, através da passagem do tempo como mercadoria, para o tempo como construção de relações.

Intimamente decorrentes da noção de tempo, a experiência de vida no Candomblé demonstra que, “*tudo tem sua hora, mas que essa hora não é simplesmente determinada pelo relógio e sim pelo cumprimento de determinadas tarefas. (...) Tudo tem seu tempo, e cada atividade se cumpre no tempo que for necessário. É a atividade que define o tempo e não o contrário*” (PRANDI, 2001, p. 45). Para as religiões de matrizes africanas tudo é tempo vivido, tempo sujeito aos eventos, às obrigações e funções.

O domínio uso do tempo utilizado para o cálculo do FIB é uma importante medida de felicidade, haja vista que, contemporaneamente, o capitalismo fez do tempo, além de mercadoria, também um recurso escasso. Dedicar-se quase todo o tempo e usurpar-se o tempo da felicidade. Há escassez de tempo para ser feliz ou para dedicar-se à felicidade. A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún declarou-se satisfeita, ou feliz, com sua administração do tempo, resultado similar ao registrado por Pala (2020), que focalizou o caso de acadêmicos do curso de Comércio Internacional da Universidade Caxias do Sul.

A média 2,96 registrada para o domínio **cultura** indica que a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún considera-se virtualmente “feliz” em relação à sua participação em festividades, eventos esportivos e recreativos locais, ao aprendizado e ensinamento de tradições e valores familiares, assim como ao aprendizado e prática de outros idiomas ou dialetos. O nível é superior àquele encontrado por Pio (2021) para quatro municípios goianos, mas inferior ao índice de 4,51 que Ferentz (2018) registrou para o município de Curitiba. O valor inferior à média geral do FIB para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún é coerente com o relato dos interlocutores entrevistados para realização deste estudo, que manifestaram preocupação diante do baixo envolvimento da comunidade com o fortalecimento das relações, sobretudo das relações culturais, com as coletividades externas ao terreiro.

Esta autoavaliação constitui um desafio para a comunidade: abrir possibilidades e caminhos para a diversidade cultural e a vivência plural, pois na pluralidade a identidade não desaparece, mas reorganiza-se a serviço da diversidade sociocultural.

A média 3,43 para o domínio **vitalidade comunitária** indica que a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún está satisfeita (“feliz”) em relação a seu pertencimento ao contexto onde está inserida, à sua interação com amigos, familiares e vizinhos, assim como à sua participação em ações sociais. Essa dimensão, ou mais especificamente a inserção na comunidade local, representa um dos principais elementos relacionados à Psicologia Positiva, que centra menos em patologia do que no bem-estar das pessoas (LINLEY et al., 2006). A existência, na Psicologia Positiva, de um *“reconhecimento de que as pessoas e experiências integram um contexto social [e de que] comunidades positivas como a igreja ou a família são consideradas fatores importantes para alcançar a felicidade”* foi ressaltada por Frey (2008, p. 154).

Sobre as comunidades tradicionais de matrizes africanas, a exemplo do Ilé Àse Ojú Oòrún, os processos de construção de comunidades são reflexos dos modos próprios de ser, estar e viver no mundo, onde se destacam a ancestralidade, o sentimento de pertença, a memória e a fé em entidades comuns. Na prática, a formação de comunidades, já “*não requer mais a existência de um local comum. A noção de território se ampliou. Comum não é a geografia física, mas a das ideias, de valores partilhados*” (LAZZARI et al. 2017, p. 5). O depoimento a seguir demonstra quão relevante é o sentido de comunidade como arrimo social e de satisfação com a vida:

Eu sou o responsável pelas tradições da casa; sou o pai da sociedade, certo? Tenho 21 anos. (...) Fazer parte de uma comunidade de terreiro é como uma família consanguínea, em que ela te abraça, cuida e o ama, certo? Isso aqui [terreiro] simplesmente virou um grande pedaço da minha vida. Tem uma influência gigantesca sobre as minhas decisões, atitudes, forma de pensar e forma de agir (BÀBÀ ÈGBÈ- entrevista janeiro de 2022).

A vitalidade comunitária e está vinculada aos relacionamentos e à interação entre os membros da comunidade, sendo um importante mediador e medidor de bem-estar comunitário. Nesta perspectiva, “*viver em comunidade é uma busca biológica, social e espiritual do ser humano, muitas vezes porque se encontra diante da percepção do nada e do vazio. É inerente ao ser humano buscar conexão, sintonia, combinação, interação, acoplamento, partilha, engajamento, reconhecimento, viver em coletivo*” (LAZZARI et al. 2017, p. 5).

Dentro de um referencial de análise discursiva, inter cruzando as noções de comunidade e cuidado, cabe então uma nova propositura denominada cuidados comunitários, que são suportes materiais e ou simbólicos que atendem às necessidades dos modos de cuidado, de garantia e de proteção comunitários. Nos terreiros de Candomblé, os modos de cuidados são expressões do zelo como responsabilidade. Primeiro, o zelo pelo sagrado, depois pelo grupo e, por último, consigo. Esta é a ordem dos cuidados e do zelo comunitários candomblecistas.

O resultado do FIB para o domínio da vitalidade comunitária, que classificou o Ilé Àse Ojú Oòrún como “feliz” demonstra que a ideia de comunidade é parte das representações simbólicas e materiais construídas no bojo da comunhão de sentidos. Deste modo, para o Ilé Àse Ojú Oòrún, o sentido de comunidade faz-se presente como cotidianidade e propósito de aproximação.

O domínio **bem-estar psicológico** foi o que apresentou a maior média (3,64) entre os componentes do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, indicando que seus integrantes se sentem felizes e realizados com a vida, com suas orações e meditações, que sentem alegria, paz, satisfação e otimismo, além de terem expectativas positivas para a vida futura e de estarem confiantes com relação à preservação do semiárido.

De acordo com Ryff (1989), a teoria do bem-estar psicológico é baseada no desenvolvimento humano e formou-se em torno de dimensões como autoaceitação, relações positivas com outros, autonomia, domínio sobre o ambiente, propósito na vida e crescimento pessoal. Deste modo, o bem-estar subjetivo, relacionado à felicidade e satisfação com a vida, depende substancialmente das condições materiais e imateriais (preditoras de bem-estar) da existência humana.

O grau de satisfação e de otimismo que os indivíduos têm em relação à sua própria trajetória de vida são elementos psicológicos determinantes para a construção da felicidade e integração de uma vida saudável. Essa concepção parece bem delineada em alguns depoimentos, tal como:

Pense comigo, um momento como este. Você viveu [refere-se ao pesquisador] a gente em um momento de obrigação [cerimônias e ritos internos do candomblé] e de final de obrigação. Logo depois, você participou do almoço de Exú. O que representa pra gente o almoço de Exú? Normalmente, aqui na casa, representa um final de ciclo. Primeiro vem a iniciação, depois vem o almoço de Exú, logo depois, vem a comida de Iansã. Hoje, como Babá [Babalorixá] encerrou as obrigações, então ele liberou pra gente ficar aqui um momento, entre família, uma diversão e tudo mais... Este momento aqui, se a gente analisar, é um dos melhores momentos, entre família, porque a gente pega todas as nossas dores, o nervosismo, a ansiedade diária, tá entendendo? As preocupações lá fora, todos os problemas que aviltam contra nós e simplesmente se resguardam para curtirmos este momento. Olha! É um momento entre família, ouvindo música, tocando um samba. Lógico, também tomando uma cervejinha, é normal! É humano! Qualquer sociedade que existe no mundo vive um momento como este e você vê que é uma coisa tão mágica! A união que a gente tem, tá entendendo? É um momento de conexão, existe uma conexão e, se você observar o índice de felicidade dos irmãos [membros do terreiro], chega quase que no ápice da felicidade, pois tem irmãos que estão trabalhando e não pode tá aqui. Tem irmãos que lá fora estão acompanhando um pai, pai que tá no hospital. Um irmão que tá no hospital ou acompanhando um tio que tá em casa em condição de invalidez, tá entendendo? E esta pessoa pega e vem pra cá, vem pra alimentar Exú, este que é um Orixá tão ligado a festividade. Exú é o Orixá mais ligado a festividade, é um dos Orixás mais alegres, tá entendendo? É um momento alegre que temos que louvar, gritar e aclamar Exú pela nossa felicidade e prosperidade. Lógico, também

apontando os problemas que estão acontecendo, para que estes problemas sejam solucionados por ele [Exú]. (...) Então, isto é o nosso ápice de felicidade, tá entendendo? (BÀBÁ EGBÉ- entrevista janeiro de 2022).

A boa classificação do bem-estar psicológico na presente amostra é o resultado da própria estrutura cosmológica do Candomblé Ketu e da língua Yorubá, pois representa o dinamismo e a maleabilidade da personalidade.

4.5 Felicidade: a construção de conceitos a partir do trabalho de campo

Afora as entrevistas em profundidade, o questionário aplicado para dimensionamento do FIB na comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún contou com duas questões abertas, de natureza qualitativa: o que é felicidade? e cite três coisas que mais lhe fazem feliz. As respostas aos aspectos que fazem os entrevistados felizes foram sistematizadas na Figura 4, que apresenta a nuvem de palavras construída com a utilização do pacote *wordcloud* do software R e que ilustra a frequência com que as palavras foram mencionadas.

O principal destaque foi para a palavra “família”. Os membros pertencentes ao mesmo território-terreiro estabelecem entre si uma relação familiar que denominam como “família de santo”. Nessas famílias as relações não são marcadas por consanguinidade, mas pelo retorno às origens ancestrais das nações africanas, que mesmo a travessia da grande Calunga não foi capaz de apagar. Para Lima (2003, p. 161),

Os laços familiares criados no candomblé através da iniciação no santo não são apenas uma série de compromissos aceitos dentro de uma regra mais ou menos estrita, (...) são laços muito mais amplos no plano das obrigações das emoções e do sentimento. São laços efetivamente familiares; de obediência e disciplina; proteção e assistência; de gratificações e sanções; de tensões e atritos.

Desta maneira é possível identificar que a família constituída no Candomblé, além de reproduzir territorialidades (família ancestral-religiosa) reconstruídas a partir da diáspora, também está conectada por laços de parentescos que são elaborados no momento em que a pessoa é feita (processo de iniciação) no Candomblé. Para Rabelo (2020, p. 4) “os adeptos de um terreiro estão ligados por laços de parentesco de santo: são filhos de santo da liderança da casa (mãe ou pai de santo) que os iniciou no culto e irmãos de santo de todos aqueles que foram iniciados por ela”.

Figura 4: Nuvem de palavras relacionadas à felicidade mencionadas pela comunidade Ilé Àse Ojú Odrún, município de Caetité (BA), 2022



Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo realizada em 2022.

A concepção do espaço-território do Ilé Àse Ojú Odrún como lócus de vivência familiar parece bem explicitada no seguinte depoimento:

No terreiro problemas existem como em qualquer família biológica. Mas nós somos família. (...) A ancestralidade é aquilo que é ensinado, é aquilo que é feito. Portanto, se sair desta norma deixa de ser Candomblé, deixa de ser ancestralidade. (...) Só faz parte desta comunidade quem de fato quer, ninguém é obrigado. (...) Eu sou uma mulher feliz, pois a felicidade está presente em tudo isto que eu vivo. Felicidade não é dinheiro, felicidade não é você ter coisas boas, felicidade é entrar em um lugar como este [Terreiro] e constatar que aqui só tem boas energias. Você pode sorrir, você pode brincar, você pode falar (ÌYÁ OLÓJÚ OYA – entrevista janeiro de 2022).

Mas esse não foi o centro único das menções à família, que em muito também foi evocada enquanto representativa de laços de parentesco e convivência na unidade familiar de residência. Resultados similares, ou seja, família como destaque em relação à conexão com felicidade, foram encontrados em estudos como o de Del Bianco et al. (2016) e Pio (2021).

A segunda palavra de maior destaque como indutora de felicidade foi “religião”. Aliás, as menções a família e religião configuraram em uma espécie de pilares para a sensação de felicidade da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, como fica evidente na ilustração contida na Figura 4. Em outros estudos, já mencionados aqui, palavras como “Deus” e “igreja” se destacaram juntamente com “família”, mas no caso do presente estudo prevaleceu a referência à religião propriamente dita. Não se trata de um resultado inesperado, tendo em vista o universo de investigação deste estudo. A conexão entre religião e felicidade aparece de maneira nítida em alguns depoimentos. Por exemplo:

Eu sendo do Candomblé, me deixa um pouco mais feliz, uma vez que consigo enxergar nos outros uma dimensão espiritual. Não é somente uma dimensão física, uma dimensão estética, uma dimensão econômica, mas também uma dimensão espiritual das pessoas, energética e mítica, que compõe o afro-religioso. Se eu não seguisse a religião, eu seria mais pobre e infeliz, uma vez que cada nova pessoa que entra na configuração espiritual e energética, ocorre uma coisa ímpar e magnífica e, viver isso, fazer com que isso se materialize é importante no processo de construção de identidades. (...) Dentro da religião, o alinhamento energético que constrói, que constituiu essas identidades, que fazem a felicidade das pessoas e, no caso, a minha também, é o processo de manuseio de energias para formar uma nova comunidade: a energia das plantas, a energia do ar, a energia do tempo, a energia daquele espaço... Nesta constituição de uma nova comunidade, acredito que isto seja um novo elemento de formação para que possamos pensar uma relação mais próxima com a natureza (PEJIGAN - entrevista novembro de 2022).

Então, o que eu posso dizer de felicidade: para mim ela é uma conquista. Por exemplo, acordamos de manhã, o sol está maravilhoso. Contudo, você está nublado, mas o seu despertar para que esta luz entre só depende de você. Porque já está lá, mas, então, como eu vou conquistar isso que já está? Certo? Então, para mim, felicidade é uma conquista, é um exercício contínuo, porque não quer dizer que toda hora e todo momento você vai sorrir, porque sorrir não é estar feliz, porque a gente usa de conveniências, né? Em determinados lugares, no trabalho, por exemplo, você sorri pra evitar, você sorri pra agradecer ou você sorri pra não responder e isto é o contrário do que seria a felicidade. A felicidade é o sorriso que está aqui dentro [dentro de nós], é a alegria que tá aqui dentro. É este sol [apontou para o sol], é o vento, é a chuva. Independente do peso do tempo, do clima, do estado, do que for natural, você, aqui dentro [dentro do ser], está feliz. Então, isto para mim é felicidade e, falando do Ilé Àse Ojú Oòrún, hoje, depois de todas as funções, de todo o tempo, dos 21 dias [refere-se à própria iniciação no Candomblé], do recolhimento, ver os meus irmãos [família de axé] compartilhando desta conquista da minha felicidade, pra mim ainda é melhor. Melhor porque não foi uma coisa só minha, foi uma conquista coletiva. Foi nos proporcionado conquistar esta felicidade (ÌYÀWO ỌMỌ ÒGÚN - entrevista janeiro de 2022).

Na composição da felicidade da amostra, os termos religião e família se inter-relacionam para demonstrar um aspecto constitutivo e de natureza única: a religião como

vivência familiar. Em outras palavras, evoca-se o conceito de família de axé, próprio das religiões de matrizes africanas e cujo entendimento epistêmico se depara com uma difícil e complexa explicação racional, pois envolve questões relacionadas aos mecanismos da transcendentalidade humana, além de ser o elemento mor da relação entre homens e entidades, sobretudo os Orixás, conforme estabelecem os cânones da cosmologia ancestral de raiz africana.

O conceito de família de axé oferece importante subsídio para a compreensão da felicidade em contextos simétricos de análises, pois no que concerne à análise da felicidade em comunidades de terreiro, torna-se imprescindível pensar conjuntamente na relação entre religião e família como indicadores coletivos de bem-estar e razão de felicidade. Isso, em larga medida, colaborou para uma melhor compreensão das respostas fornecidas pela amostra quando foi solicitado aos participantes que indicassem o que os deixam mais felizes e eles responderam que, precipuamente, família e religião são os maiores vetores de felicidade.

Um segundo grupo de palavras apontadas como propulsoras de felicidade inclui amar, amigos, trabalho e orixá (que pode também ser incluída no rol de religião). Na sequência, em um terceiro nível de maior frequência foram mencionadas palavras como comunidade, saúde, estudos, cultura, paz, dança, natureza, dentre outras, além de dinheiro. Chama a atenção o predomínio de fatores não-materiais como indutores de felicidade, ou seja, as respostas parecem apontar para uma certa associação entre felicidade e relações sociais – aí incluída a religião – e familiares.

A felicidade para mim é a realização de tudo aquilo que nós almejamos. É a completude de tudo aquilo que nós almejamos. A felicidade é me sentir útil para o outro. A felicidade é sentir que eu estou no caminho certo. A felicidade para mim é saber que eu possuo uma identidade. A felicidade para mim é entender que eu me compreendo. A felicidade para mim é saber que eu posso ser útil para o meu companheiro, para os meus filhos e útil para a minha coletividade. A felicidade para mim é saber que eu posso escolher ser, estar, fazer, conviver e permanecer. A felicidade para mim é saber que eu sou livre pra fazer tudo isso que eu faço. Muitas vezes, me pego em momentos muito turbulentos da minha vida com pessoas dentro da comunidade e esses momentos turbulentos, dentro da comunidade, são pedras que servem para criar alicerces e alicerces servem para sustentar paredes. Paredes servem para sustentar casas, castelos, casebres. A gente que tem que construir. Você pode construir um casebre ou pode construir um palácio. Mas eu acho que o montante de pedras que eu consigo juntar na minha vida, eu estou construindo realmente um palácio e saber que estou fazendo isso é o que resume a felicidade para mim, é ser útil, né? (OLÓRÍ ẸGBẸ - janeiro de 2022).

Eu sou uma mulher muito feliz! Porque eu amo e eu sou amada. (...) Eu me considero plenamente feliz, pois sou realizada como mulher, ser humano, mãe, avó e esposa. Eu sou muito feliz com tudo o que tenho, porque eu tenho tudo! Tudo, tudo! Eu tenho amor, felicidade, saúde, lucidez. Eu sou dona da minha vida, eu sou dona da minha vida... Se não existisse este terreiro, para mim, seria como ser enterrada viva. A minha felicidade está neste lugar e sendo quem hoje sou. A felicidade é ser dono da nossa própria vida. Não tem nada que não podemos fazer. Não tem barreiras que nós não conseguimos ultrapassar. Não tem dificuldades, não tem fome, não tem doença, não tem dor. Dificuldades existem, mas tudo a gente consegue resolver, pois para todo problema existe uma solução, porque você tem uma coisa, fé! (ÈKÉJÌ ỌMỌ ỌŞÙN - janeiro de 2022).

Assim, parece haver uma demonstração de entendimento subjetivo de felicidade, onde se interseccionam elementos de uma felicidade do ser dependente de si mesmo, de suas leituras, de seus estudos, de sua dança, de seu crescimento, de sua comida, de sua saúde, de seu dinheiro, de suas viagens e de sua vida. Por outro lado, a evocação de palavras como comunidade, paz, cultura, energia e natureza parecem indicativas de um sentido de felicidade atrelado ao coletivo.

De toda forma, em síntese, predominam os fatores não-materiais como os que mais influenciam a vida das pessoas. Deste modo, para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, a felicidade está associada às relações sociais, familiares e transcendentais do ser, o que reafirma a vocação primordial do ser que está em busca da felicidade. Um ser que busca precipuamente a felicidade existente nos bens e valores não-materiais, para, somente depois e, de forma complementar, buscar a felicidade nos bens materiais necessários à existência e humana.

5. CONCLUSÃO

Como escolher um tema de pesquisa? Esta é uma pergunta cuja resposta não é baseada em fórmulas mágicas, mas em projetos exequíveis. Contudo, no processo seletivo de escolha do tema de pesquisa, parece que alguém em algum momento já estudou aquilo que realmente importa, em qualquer área do conhecimento. O certo é que, de fato, em algum momento, alguém já pesquisou um tema acerca do qual também tem interesse em pesquisar. Mas, existe o ineditismo em pesquisa? A resposta é que todo estudo não classificado como republicação ou cópia, estritamente esquadrinhando, é inédito.

Não se pode dizer que estudos sobre elementos da Felicidade Interna Bruta (FIB) sejam inéditos, pois não são! Todavia, a abordagem escolhida para esta pesquisa, ou seja, mensurar e analisar o FIB em contexto de povos e comunidades tradicionais do Brasil é, além de inédito, também original, pois ao realizar buscas online nas bases do Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Capes, SciELO e Google Acadêmico pode-se constatar que dentre os estudos produzidos e publicados acerca do FIB, no Brasil, nenhuma produção acadêmica focalizou este indicador em comunidades tradicionais.

Na Cordilheira do Himalaia, na Ásia, fica o Reino do Butão. Ao Norte, está a China. Ao Sul, a Índia. À margem dos elementos que moldam o mundo globalizado, o Butão é internacionalmente reconhecido como o “Reino da Felicidade”, pois na década de 1970 a filosofia budista fez emergir no país o conceito de felicidade interna bruta como alternativa aos indicadores vigentes no mundo capitalista globalizado. Com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), o FIB popularizou-se enquanto índice alternativo e complementar ao PIB.

A maior inovação do Butão, o Índice de Felicidade Bruta, tornou-se fonte de inspiração para a realização desta pesquisa. Diante de mim revelou-se o tema. Contudo, ainda faltava decidir qual recorte seria adotado para o desenvolvimento da investigação. Desde o início, a ideia era estimar e procurar entender o significado do FIB no contexto de uma comunidade de povos tradicionais. Havia, porém, a necessidade de realizar pesquisa de campo, em plena vigência da pandemia da Covid-19. Esse desafio, aos poucos, foi parecendo possível de ser vencido caso a escolha do universo de investigação recaísse

sobre uma comunidade de fácil acesso e, em termos de localização geográfica, coesa o suficiente para minimizar os deslocamentos a cada entrevista. Essa oportunidade surgiu com a ideia de eleger como lócus de investigação a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, no município de Caetité (BA).

Estabelecer uma relação de correspondência entre a comunidade afro-religiosa território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún e o índice de felicidade interna bruta parecia ser o fio condutor para a construção de uma abordagem inovadora, haja vista que nunca fora antes publicado qualquer estudo que associasse o paradigma da felicidade expresso no FIB com as religiões de matrizes africanas. Em tal contexto foram lançadas as bases necessárias para a conversão de uma ideia generalista em algo original, embora a originalidade da dissertação de mestrado não seja uma condição obrigatória.

Concluir esta dissertação implicou no desafio de respaldar a necessidade autoimposta de análise de indicadores de bem-estar subjetivos, expressos em termos de felicidade, como instrumentos imprescindíveis à mensuração da qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades. A dissertação teve por objetivo mensurar e analisar o FIB como medida de bem-estar em contextos de povos e comunidades tradicionais, levando em consideração não apenas a estimativa do indicador, mas também o entendimento do seu significado para o universo de investigação, com base em informações de natureza qualitativa.

Nesta dissertação, a discussão primeira envolveu conceitos alternativos ou complementares sobre felicidade, a fim de fornecer elementos capazes de permitir cotejar, na análise dos resultados, as especificidades do indicador e seu entendimento no contexto do contingente populacional focalizado. O que é felicidade? Como encontrá-la e mensurá-la? Discutir sobre a felicidade significa tratar de um dos grandes dilemas filosóficos e existenciais de todos os tempos. Nesse sentido, é importante considerar a existência de múltiplas definições de felicidade. Por conseguinte, a pluralização da felicidade pode ser descrita como um processo respaldado em distintas concepções de métodos e meios que ajudem as pessoas a chegar em sua plena realização humana.

A emergência da Ciência da Felicidade tem demonstrado que felicidade não é um atributo inato, mas adquirido em meio às experiências nos ciclos vitais. Neste campo do conhecimento humano, que continuamente se alarga e a um só tempo se diferencia,

alternam-se períodos de criticidade com períodos de plasticidade. Como princípio, o processo de desenvolvimento humano é multidimensional, marcado por espaços temporais caracterizados por certa sensibilidade e criticidade orgânicas a alguns estímulos. Isto pode interferir no bem-estar humano, provocando, ainda que temporariamente, baixas nos níveis e na autopercepção de felicidade.

Contrapondo-se à noção de criticidade, há a definição de plasticidade como experiência capaz de transformar o curso natural da vida, tendendo para a compreensão e operacionalização da felicidade no interior de determinada cultura. É indispensável, portanto, que haja uma estreita colaboração da autointeração com a interação sociocultural, no fomento da felicidade autêntica do homem e da sociedade, a qual respeite e promova a pessoa humana em todas as suas dimensões.

Na realidade, se a questão da felicidade também adquiriu uma dimensão cultural, foi porque a exigência de bem-estar humano só pode ser satisfeita neste mesmo plano. Não atender a tal exigência pode propiciar o irromper de uma ideia equivocada de felicidade desatrelada da transformação semântica da adaptação transcultural. No contexto epistêmico de então, para além dos esforços individuais, a plena compreensão de felicidade deve ser analisada à luz das diferentes maneiras de organizar a vida em sociedade e nos limites daquilo que é primordialmente biológico e que passa a ser produzido pelo homem como elemento cultural. Assim, as formas como vivemos e percebemos o mundo, e isto equivale a dizer que, também a felicidade, é construída e aperfeiçoada coletivamente como produção incorporada e vivida pela cultura.

Na jornada da felicidade, é imprescindível ressignificar tudo e todas as coisas como paradigmas daquilo que, no presente, é o reflexo do que começou muito antes, em um tempo ancestral. Contemporaneamente, a presença ou ausência da felicidade em nós é resultado do imediatismo cultural, algo incapaz de associar o antes e depois, pois o imediato não faz a mediação entre felicidade e ancestralidade. Assim, o olhar estreito e demasiadamente presencial não tem levado em conta a cultura historicizada, acabando por fomentar a felicidade distópica. Nesse contexto, a autorreflexão é uma maneira de percorrer caminhos, ademais de persistir e de resistir e, assim, acontecimentos ínfimos do presente, por vezes, se percebem solenes ao se revestirem da grandiosidade conferida ao acontecimento fundador.

Uma concepção importante para a análise e compreensão da estimativa do FIB apresentada nesta dissertação consiste na felicidade territorializada em espaços místicos. A felicidade é territorializada quanto vincula indivíduos e grupos a um princípio material de apropriação. Todavia, também é necessário pensar a felicidade para além da apropriação material do espaço, pois embora os territórios não sejam experimentados somente pela ótica do afeto, fato é que os afetos também produzem territórios. Essa perspectiva leva a pensar em um conjunto de dimensões produtivas de relações felizes com os lugares, tais como o prazer visual, as percepções de saúde e vitalidade e a familiaridade, ou relações estruturadas nas noções de território e pertencimento. No que se refere ao direito à felicidade, outra questão tangenciada no arcabouço teórico-metodológico do estudo, ressaltou-se que a busca da felicidade subjetiva é meta desejada por todos, mas alcançá-la não é somente uma questão de natureza subjetiva, pois depende também da cooperação e do favorecimento de elementos de natureza objetiva, tais como educação, saúde, trabalho e segurança.

A pesquisa desenvolvida no território-terreiro Ilé Àse Ojú Oòrún permite inferir que não é atribuição do Estado, sobretudo do Estado Democrático de Direito, impor aos cidadãos nenhum tipo de pautas de felicidade. Efetivamente, é responsabilidade do Estado estar atento às necessidades dos cidadãos, no que tange ao bem-estar, pois contribuir com a felicidade individual e coletiva, material e simbólica deve ser uma das atribuições estatais. Contudo, deve-se reconhecer em quais termos Estados e governos devem fazê-lo para que a felicidade não seja uma obrigação, mas uma faculdade inerente ao cidadão. Nessa perspectiva, o direito dos povos tradicionais à terra e ao bem-estar necessita ser objeto da atenção dos formuladores de políticas públicas, haja vista que os reflexos da felicidade em tais políticas é algo incontroverso.

Contudo, é preciso discutir o tema da felicidade como meio de alcançá-la, o que não significa, ou não deve significar, discutir se a felicidade em si é um objetivo apropriado para a esfera governamental. Isto, porque o Estado pode adotar medidas com o objetivo de incentivar os cidadãos a fazerem escolhas capazes de impulsionar o bem-estar, ou seja, o cidadão pode ser persuadido a fazer melhores escolhas, mas não pode ser obrigado a fazê-las, haja vista que ser feliz é um direito. Todavia, não querer ser feliz também é um direito. Assim, forçar alguém a ser feliz é desrespeitar o direito de ser livre para escolher.

O ponto de partida para a compreensão do território-terreiro é o tripé formado pelos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e a categoria “Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro” é a representação identitária e política dos grupos que se organizaram a partir da cosmovisão trazida ao país por africanos.

Essa transversalidade, no sentido de abarcar distintas dimensões, confere à mensuração da felicidade traços de possibilidades que foram explorados no exercício empírico. Na verdade, existem diferentes elementos na felicidade e o que realmente importa é como avaliá-la e entender todas as suas implicações e contradições. A estimativa do FIB para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún foi empreendida no contexto de pensar a felicidade enquanto índice, mas não o colocando em contraposição aos indicadores econômicos, mas sim como indicador complementar aos já existentes, sobretudo o PIB e IDH. O FIB, como é constituído de nove domínios ou dimensões – padrão de vida, educação, saúde, meio ambiente, governança, uso do tempo, cultura, vitalidade comunitária e bem-estar psicológico –, garante a inclusão de um espectro abrangente de indicadores que podem conferir a ele uma medida mais próxima de espelhar o nível de bem-estar e condições de vida da população.

Levando em consideração os nove domínios ou dimensões do FIB, verificou-se que a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún se considera “pouco feliz” em relação ao seu padrão de vida (média de 2,58), indicando insuficiência de renda para cobrir as despesas mensais, para poupar parte da renda mensal ou para conseguir comprar tudo que tem vontade e necessidade. Trata-se de resultado coerente com a caracterização socioeconômica dos entrevistados, cuja renda situou-se em patamar inferior a 2 salários mínimos para a maioria desse contingente populacional. A média de 3,20 registrada para a dimensão educação aponta que a comunidade revelou-se “feliz” em relação à sua dedicação aos estudos e à leitura, participação e atuação ética e moral, assim como ao acesso à educação escolar, esportiva, musical e cultural. Os dados coletados durante a pesquisa revelaram que a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún alcança níveis de escolaridade acima da média registrada para a totalidade do município no qual está inserida. Já no que diz respeito à dimensão saúde, verificou-se uma média de 2,96, indicativa de satisfação em relação à aparência física, alimentação saudável e prática de exercícios físicos. Essa dimensão foi pouco explorada enquanto indicador característico da população estudada, mas abordada durante as entrevistas em profundidade.

O segundo valor mais alto do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún (3,59) foi registrado para a dimensão meio ambiente, indicando que esse contingente populacional se considera “feliz”, no que diz respeito ao contato direto com a natureza, conhecimentos sobre o semiárido, suas plantas e animais, preservação do semiárido, satisfação ou felicidade em viver no semiárido, poluição do ar, rios e solos no semiárido, além de realização de atividades diretamente relacionadas ao meio ambiente. Embora localizado no perímetro urbano da cidade de Caetité, o Ilé Àse Ojú Oòrún é classificado como “terreiro de roça”; denominação atribuída aos terreiros que possuem áreas verdes no seu entorno (espaço-mato que, em alguns casos, também possui nascentes e cursos d’água). Apesar do processo de urbanização em curso em Caetité, o Ilé Àse Ojú Oòrún, estando localizado em uma das bordas da cidade, ainda pode contar em seu entorno com um vasto espaço-mato, ao menos enquanto a especulação imobiliária, e consequentemente a valorização do solo da cidade, tardarem a aparecer.

A partir da ideia de “cultura ecosófica” é possível sustentar o entendimento acerca de ser o território-terreiro constituído por duas categorias territoriais, a saber: o território contínuo (interno e sequencial) e os territórios descontínuos (externos, separados). Quanto aos territórios contínuos, sob a forma de território-terreiro, foram identificados os espaços necessários e demarcados para o funcionamento dos ritos e dos estabelecimentos dos assentamentos (Igbá) dos Orixás. Já os territórios descontínuos, nesta pesquisa denominados de territórios por extensão, representam as externalidades necessárias para a realização das práticas ritualísticas específicas, como aquelas relacionadas ao espaço-mato e aos cursos d’água. A partir da cosmovisão Iorubá, é possível afirmar que o Candomblé é a própria tradução de natureza. Portanto, para o candomblecista, a natureza é o sagrado: o solo, as águas, o vento, os animais, as folhas e o próprio homem, tudo é natureza. Deste modo, a natureza é a expressão maior do sagrado para as religiões de matrizes africanas.

A exploração dos recursos naturais nos moldes do capitalismo tem ocorrido de maneira altamente predatória. Na busca por caminhos alternativos, no trato com o ambiente, as denominadas comunidades tradicionais, historicamente, têm adotado modelos pautados em saberes e práticas que ressignificam a relação, nem sempre harmoniosa, do homem com a natureza. Os territórios-terreiro, por exemplo, são espaços que na confluência com a natureza e, em nome do sagrado, adotam práticas denotativas de profundo respeito, veneração e cuidado com os recursos naturais. Nesta perspectiva, o valor

3,59 para a dimensão meio ambiente pode ser visto como a meio caminho da conotação “muito feliz”, que teria sido alcançado caso o valor fosse igual a 4.

O menor índice na composição do FIB (2,06) foi registrado para a dimensão governança, que considerou o grau de satisfação com o desempenho dos governos municipal, estadual e federal, a participação na política do município, além da satisfação com os investimentos públicos. Não se pode descartar, contudo, o contexto sociopolítico vigente no Brasil à época da pesquisa de campo, que pode ter interferido na percepção dos entrevistados sobre este tema. Já a média de 3,15 registrada para o domínio uso do tempo indica que a comunidade se sente “feliz” com a administração dos seus afazeres no que diz respeito às suas horas de sono, ao período destinado a executar as tarefas planejadas, à pontualidade nos seus compromissos e ao tempo livre para fazer o que gosta e descansar.

A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún considerou-se virtualmente “feliz” (média de 2,96) em relação à sua participação em festividades, eventos esportivos e recreativos locais, ao aprendizado e ensinamento de tradições e valores familiares, assim como ao aprendizado e prática de outros idiomas ou dialetos, que compõem a dimensão cultura. No tocante à dimensão vitalidade comunitária, a comunidade considerou-se “feliz”, mas de maneira mais convincente (média de 3,43), indicando estar satisfeita em relação a seu pertencimento ao contexto onde está inserida, à sua interação com amigos, familiares e vizinhos, assim como à sua participação em ações sociais.

O domínio bem-estar psicológico foi o que apresentou a maior média (3,64) entre os componentes do FIB da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, indicando que seus integrantes se sentem felizes e realizados com a vida, com suas orações e meditações, que sentem alegria, paz, satisfação e otimismo, além de terem expectativas positivas para a vida futura e de estarem confiantes com relação à preservação do semiárido. Essas questões foram muito ressaltadas durante as entrevistas em profundidade e foram retratadas de maneira inequívoca quando os entrevistados foram instados a citar três palavras que, para eles, eram sinônimos ou portadores de felicidade.

A média geral do FIB calculada para o Ilé Àse Ojú Oòrún foi de 3,06, o que permite concluir que os integrantes dessa comunidade se consideram felizes. Todavia, a questão central é entender porque essa comunidade se considera “feliz”. Os relatos colhidos por meio de entrevistas em profundidade contribuíram para a tentativa de responder a essa

questão, mas a nuvem de palavras construída a partir das menções dos respondentes ao questionário aplicado para subsidiar o cálculo do indicador já havia revelado pistas consistentes.

Na análise da nuvem de palavras, o principal destaque foi para “família”. Os membros pertencentes ao Ilé Àse Ojú Oòrún estabelecem entre si uma relação familiar que denominam como “família de santo”. Nessas famílias as relações não são marcadas por consanguinidade, mas pelo retorno às origens ancestrais das nações africanas. No entanto, esse não foi o centro único das menções à família, que em muito também foi evocada enquanto representativa de laços de parentesco e convivência na unidade familiar de residência. A segunda palavra de maior destaque como indutora de felicidade foi “religião”.

Na verdade, as menções a família e religião configuraram em uma espécie de pilares para a sensação de felicidade da comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún. Em outras pesquisas, palavras como “Deus” e “igreja” se destacaram juntamente com “família”, mas no caso do presente estudo prevaleceu a referência à religião propriamente dita. Não se trata de um resultado inesperado, tendo em vista o universo de investigação deste estudo. Na composição da felicidade da amostra, os termos religião e família se inter-relacionam para demonstrar um aspecto constitutivo e de natureza única: a religião como vivência familiar.

Em outras palavras, evoca-se o conceito de família de axé, próprio das religiões de matrizes africanas e cujo entendimento epistêmico se depara com uma difícil e complexa explicação racional, pois envolve questões relacionadas aos mecanismos da transcendentalidade humana, além de ser o elemento mor da relação entre homens e entidades, sobretudo os Orixás, conforme estabelecem os cânones da cosmologia ancestral de raiz africana. O conceito de família de axé oferece importante subsídio para a compreensão da felicidade em contextos simétricos de análises, pois no que concerne à análise da felicidade em comunidades de terreiro, torna-se imprescindível pensar conjuntamente na relação entre religião e família como indicadores coletivos de bem-estar e razão de felicidade. Isso, em larga medida, colaborou para uma melhor compreensão das respostas fornecidas pela amostra quando foi solicitado aos participantes que indicassem o que os deixam mais felizes e eles responderam que, precipuamente, família e religião são os maiores vetores de felicidade.

Um segundo grupo de palavras apontadas como propulsoras de felicidade inclui amor, amigos e trabalho. Na sequência, em um terceiro nível de maior frequência foram mencionadas palavras como comunidade, saúde, estudos, cultura, paz, dança, natureza, dentre outras, além de dinheiro. Chama a atenção o predomínio de fatores não-materiais como indutores de felicidade, ou seja, as respostas parecem apontar para uma certa associação entre felicidade e relações sociais – aí incluída a religião – e familiares. Assim, parece haver uma demonstração de entendimento subjetivo de felicidade, o qual se interseccionam a elementos de uma felicidade do ser dependente de si mesmo, de suas leituras, de seus estudos, de sua dança, de seu crescimento, de sua comida, de sua saúde, de seu dinheiro, de suas viagens e de sua vida. Por outro lado, a evocação de palavras como comunidade, paz, cultura, energia e natureza parecem indicativas de um sentido de felicidade atrelado ao coletivo.

Em síntese, predominam os fatores não-materiais como os que mais influenciam a vida das pessoas. Para a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, a felicidade está associada às relações sociais, familiares e transcendentais do ser, o que reafirma a vocação primordial do ser que está em busca da felicidade. Um ser que busca precipuamente a felicidade existente nos bens e valores imateriais, para, somente depois e, de forma complementar, buscar a felicidade nos bens materiais necessários à existência humana.

A análise dos resultados obtidos neste estudo demonstra que a meta a ser alcançada no cálculo do FIB não pode ser restrita à sua mensuração, embora esse aspecto também seja relevante. Mas tão importante quanto medir é apontar caminhos para melhorar os níveis de bem-estar da população. O cálculo do FIB tem se transformado em um importante instrumento de pesquisa como aporte para o fomento de iniciativas públicas e privadas, individuais e comunitárias que sejam capazes de contribuir para a ampliação dos níveis de felicidade, sobretudo de felicidade comunitária.

Talvez a questão mais inquietante que a análise dos resultados do FIB impõe, de início, seja identificar como é possível medir o desenvolvimento a partir da felicidade. De certa forma, também convida à reflexão sobre como medir a riqueza de um povo que tem pouco, mas tem tudo. Afinal, quanto vale viver em comunidade e reconhecer que, as pessoas, é o que realmente importa? A comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún se considera feliz, não extremamente feliz ou pouco feliz, mas feliz. Isto é o que a pesquisa revelou.

O fomento da presente pesquisa me fez perceber que existe uma nítida articulação entre felicidade e transcendentalidade. Pois, aquele que aciona o sagrado é capaz de transcender a si mesmo, saindo do estado material e perceptível através dos sentidos, para alcançar o inexplicável e, portanto, transcendental. Nesta tentativa de transcender, as pessoas podem atingir a felicidade. A espiritualidade, em suas diversas formas, dialoga com o bem-estar. Destaca-se que este é o primeiro estudo realizado com a população Ilé Àse Ojú Oòrún e isto significa que tal pesquisa pode servir de base para futuras abordagens que aprimorem a relação entre felicidade e territórios místicos. Saliento que esta investigação não pretende ser confessional ou doutrinária, mas tão somente visa o adequado cumprimento de analisar o tema dos territórios místicos e suas intersecções significativas com a felicidade.

A correlação entre felicidade e territórios místicos apresentada neste estudo indica que a amostra investigada se considera feliz em decorrência da associação positiva que fazem entre bem-estar e misticismo territorializado. Haja vista que para os membros do Ilé Àse Ojú Oòrún a mensuração da dimensão mística está atrelada à vida cotidiana. Com isso, verificou-se existir estreitas conexões entre o bem-estar e a prática religiosa, por entender que os indivíduos que realizam com frequência alguma atividade religiosa são mais felizes e, por consequência, conseguem dar maior sentido à vida e ao bem-estar existencial. O bem-estar existencial revela-se na autoavaliação da vida como visão positiva da existência, mesmo em condições desfavoráveis. Deste modo, a amostra desta pesquisa revelou ter uma tendência para a avaliação positiva da vida como propósito existencial, pois o bem-estar subjetivo dos membros do Ilé Àse Ojú Oòrún os auxiliam no processo de enfrentamento para a atenuação das condições desfavoráveis da existência.

Os resultados da presente pesquisa enfatizam a ideia de que a experiência do FIB pode servir como inspiração para a construção de modelos de medidas de qualidade de vida. Ademais, este inquérito levanta questões futuras relativas a possíveis propostas teórico-metodológicas de elaboração de medidas de desenvolvimento social, através de pesquisas aplicadas a amostras populacionais formadas por níveis e dimensões amostrais distintos, de modo a possibilitar ampliar a discussão sobre o tema.

Há, no entanto, algumas limitações que devem ser salientadas. Uma primeira refere-se ao tipo de amostra investigada, verdadeira amostra não probabilística, haja vista que por questões factíveis inerentes a este pesquisador, optou-se por investigar apenas uma

dentre as inúmeras comunidades afro-religiosas existentes no município de Caetité, Bahia. Sendo assim, a baixa representatividade amostral pode ter apresentado resultados aquém daqueles que correspondem à real distribuição da população adepta das religiões de matrizes africanas existentes em Caetité. Por outro lado, na amostra, não foram encontradas outras investigações sobre a possível relação entre felicidade e territórios místicos, o que impossibilita comparar este estudo com trabalhos análogos.

Deste modo, o caráter desbravador da presente pesquisa teve como objetivo, tão somente, estabelecer um marco que possa abrir caminhos para novas e futuras investigações. Novos estudos precisam ser realizados com a comunidade Ilé Àse Ojú Oòrún, com outras comunidades afro-religiosas e também com denominações religiosas não africanas, existentes em Caetité; a fim de estabelecer analogias entre os resultados e tentar estabelecer em que medida, ou sob quais contextos, pode existir uma relação positiva entre felicidade e territórios místicos como medida de bem-estar. Ademais, a análise dos diferentes domínios ou dimensões da FIB poderia fornecer subsídios para o desenho e implantação de políticas públicas visando acrescentar aos indicadores socioeconômicos usuais, como PIB e IDH, elementos que avancem no sentido de promover maior bem-estar e, portanto, nesta perspectiva, maior sensação de felicidade para a população.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB**. São Paulo: Instituto Visão Futuro Parque Ecológico, 2010.
- ASENDORPF, J. B. **Psychologie der Persönlichkeit**. Berlin: Springer, 2004.
- AUTURUPANE, H.; GUNATILAKE, R.; SHOJO, M.; EBENEZER, R. **Educational, Economic Welfare and Subjective Well-Being in Afghanistan**. South Asia Human Development Sector. 2013.
- AXT, Barbara. A busca da Felicidade. **Revista Superinteressante**. São Paulo: Editora Abril S.A, 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/a-busca-da-felicidade/>
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil socioeconômico do município de Caetité**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2905206_NOTA.pdf. Acesso: 12/09/2022.
- BASTIDE, R. **Sociologia de la Religión**. Madrid: Ediciones Jucar, 1986.
- BAUMAN, Z. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BIANCO, T. S de; OLIVEIRA, N. S. M. N de; SHIKIDA, P. F. A.; SOUZA, E. L da Cruz. **A felicidade da população trabalhadora de Cascavel/PR segundo a métrica do índice de Felicidade Interna Bruta**. Toledo, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2016.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures**, Paris, L'Harmattan-CNRS, 20, 1996.
- BORELLI, E; TORRES, A. R. **O Desafio da Métrica da Felicidade para um Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, 2014.
- BRANCO, V. C. R. **Felicidade Interna Bruta: como escolher os índices do século XXI**. Brasília: FACE – Universidade de Brasília, 2015.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa-participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BRICKMAN, P.; COATES, D.; JANOFF-BULMAN, R. - Lottery winners and accident victims: is happiness relative? **J Pers Soc Psychol** 36 (8): 917-927, 1978.
- BRUCKNER, P. **A Euforia Perpétua**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro; Ed. Ouro, 1967.

CARVALHO, M. B. de. **A felicidade na agenda da administração e suas relações com conceitos organizacionais** [Dissertação]. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Ciências Empresariais de Belo Horizonte; 2010.

CASTRO, L. F. **Mapa de localização do município de Caetité – BAHIA**. In SANTANA, F. P da S. Dinâmica de ocupação do solo em Caetité – BA: loteamentos em zonas de proteção ambiental, 2018.

CHAVES, E. O. C. **Administração do Tempo**. Last revised. 1992. COWELL, F. A. Measurement of Inequality. In: A.B. Atkinson and Bourguignon (Eds.) **Handbook of Income Distribution**, North –Holland, 1998.

COMTE-Sponville, A. (La plus belle histoire du bonheur). **A mais bela história da felicidade**: a recuperação da existência humana diante da desordem do mundo. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

CORBI, R.; MENEZES-FILHO, N. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4 (104), p. 518-36, out/dez 2006.

CUMMINS, R., & LAU, A. **Personal Wellbeing Index – School children**. 3rd Edition. Melbourne: Deakin University, 2005.

DEL BIANCO, T. S. et al. A felicidade da população trabalhadora de Cascavel/PR segundo a métrica do índice de Felicidade Interna Bruta. **Urbe**, v. 8, n. 3, 2016.

DICKINSON, E. GDP: **A brief history**. ForeignPolicy.com, abr. 2012.

DIXON, F. **Gross National Happiness Improving Unsustainable Western Economic Systems**. In: GNH Conference in Thimphu, 2004, Thimphu, Bhutan. Global System Change. Bhutan: 2004.

DUARTE, R. **Marx e a natureza em O Capital**. Edições Loyola, v.4, 1986.

DUARTE, M. B. **Leituras do “lugar-mundo-vivido” e do “lugar-território” a partir da intersubjetividade**. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte -MG, 2006.

DURÃO, J. V. Como mensurar o progresso levando-se em consideração um modelo de desenvolvimento sustentável. **Plurimus cultura e desenvolvimento em revista**, 1, p. 22-32, 2012.

DURKHEIM, É. **Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989 [1912].

ELLISON, C. W. Spiritual well being: conceptualization and measurement. **Journal of Psychology and Theology**, v. 11, n. 4, p. 330- 340, 1983.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra : Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**, Medellín, UNAULA, 2014.

FEIJÓ, C. et al. Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento socioeconômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, p. 42-56, n. 2, 2012.

FERRAZ, R.B.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M.L.: **Felicidade**: Uma revisão. Revista Psiquiatria Clínica, 2007.

FERREIRA, E. G. et al. **A contribuição da gestão social para a Felicidade Interna Bruta (FIB)**. Congresso Latino ibero-americano de gestão de tecnologias, 16, 2015, Porto Alegre, Anais. Porto Alegre: NITEC, 2015.

FERENTZ, L. M. S. Análise da felicidade interna bruta: estudo piloto na cidade de Curitiba, Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 8, núm., 2018.

FERRY, L. **7 maneiras de ser feliz**: Como viver de forma plena. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'**. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANKL, V. **Psicoterapia e sentido da vida**: Fundamentos da logoterapia e análise existencial. São Paulo: Quadrante, 1989.

FREUD, S. (2010). **O mal-estar na cultura** (R. Zwick, Trad.). Porto Alegre, RS: L&PM. (Obra original publicada em 1930).

FREY, B. **Happiness: A Revolution in Economics**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

FREY, B.; STUTZER, A. The Economics of Happiness. **World Economics**, v. 3, n. 1, 2002.

GALAY, K. **Time use and happiness**. The Centre for Bhutan Studies. Gross national happiness survey findings, 2009.

GALBRAITH, J. K. **A era da incerteza**. São Paulo: Editora Pioneira, 1988.

GALINHA, I; RIBEIRO, J.L. P. História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.6, n.2, p. 203-214, 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAUTHIER, B. (Org). **Recherche sociale**. Québec (Canadá): Presses de l'Université Du Québec (Canadá), 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ªed. São Paulo Editora Atlas. 2008.

GRAHAM, C. **O que nos faz feliz por esse mundo fora**. Tradução Michelle Hapetian e revisão de Alice Soares. Alfragide: Texto Editores, 2011.

GRAZIANO, L. D. **A felicidade revisitada**: um estudo sobre o bem-estar subjetivo na visão da Psicologia Positiva. Tese de doutorado, 111 pp., Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, R. P. **Aterrizando una Cometa**: indicadores territoriales de sustentabilidad. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998. (Serie Investigación, Documento 18/98, LC/IP/G.120).

GUIMARÃES, R. P; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**. V. VII. Nº 02. Campinas – SP. 2009.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução Janaína Marcoantonio. 30. Ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

HARVEY, D. **Limites do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HEERDT, M. L; LEONEL, V. **Metodologia científica e da pesquisa**. Palhoça: UnisulVirtual. 5. ed. rev. e atual, 2007.

HEIWELL, J. F.; LAYARD, R; SACHS, J. D. **WHR World Happiness Report 2018**. Toronto, Canadá: ONU, 2018.

HUME, David. **Ensaaios morais, políticos e literários**. 1741. Monteiro, J.P.G.; D'Oliveira, A.M. (Trad.) 2ª ed. São Paulo: abril Cultural - Os Pensadores, 1980.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/> Acesso em 15/02/2023.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento do Sítio e do Conjunto Monumental do Terreiro da Casa Branca**. Brasília, Ministério da Cultura, 1982.

ITO, Alex A.; MARCHIORI, Rodolfo H.; PERISSINOTTO, Rodolfo M.; MENDES, Vitor T. U.; ARIYOSHI, Dora G. D. O índice “Felicidade Interna Bruta” e o ambiente universitário brasileiro. **Revista Ciências do Ambiente On-Line**, 10 (1): 81-91. junho, 2014.

JOCHER, C; PELLIN, V. (2019): “Felicidade Interna Bruta (FIB) e desenvolvimento econômico: uma análise no município de Rio do Sul (SC), sul do Brasil”, **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Ecuador, (septiembre 2019). En línea:<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/09/felicidade-interna-bruta.html> <http://hdl.handle.net/20.500.11763/oel1909felicidade-interna-bruta>

LAZZARI, A; MAZZARINO, J. M; TURATTI, L. Comunidade: a busca de um conceito. **Revista Espacios**, Vol. 38 (Nº 03), 2017.

LEAL, S. T. **Direito à Felicidade**: História, Teoria, Positivização e Jurisdição. São Paulo: 2013.

LEUZINGER, M. D.; CUREAU, S. **Direito Ambiental**. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, V. C. **A Família de Santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia**; Salvador, Editora Corropio, 2003.

LIMA, H. P. **A semente que veio da África**. São Paulo: Salamandra, 2005.

LIMA, L. N. M de. **Da folia ao giro da Santa**: território-lugar e identidade na Romaria Kalunga de N. Sra. Aparecida. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.

LINLEY, P.A; JOSEPH, S.; HARRINGTON, S.; WOOD, A. Positive Psychology: past, present and future. **The Journal of Positive Psychology**, Pensilvânia, v.1, n.1, p.3-16, 2006.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

LUNT, A. **The implications for the clinician of adopting a recovery model**: the role of choice in assertive treatment. *Psychiatr Rehabil*, 2004.

LUSTOSA. A. E., MELO, L. F. Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável. **Conjuntura econômica goiana**: Boletim Trimestral. n. 14 (2004), Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2014.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. In: Malinowski (1884-1942) – Vida e Obra. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 29-30. Coleção Os Pensadores.

MANCALL, M. Gross National Happiness and Development: An Essay. In: URA, K.; GALAY, K. (Eds.). **Gross national happiness and Development**. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MBITI, J. S. **African religions and philosophy**. 2ª. ed. Ibadan, Nigeria, Heinemann Educational Books, 1990.

MCINTOSH, D. N.; SILVER, R.C.; WORTMAN, C.B. - Religion's role in adjustment to a negative life event: coping with the loss of a child. **J Pers Soc Psychol**, 65: 812-821, 1993.

MCMILLAN, D. W. & CHAVIS, D. M. **Sense of community**: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 1986.

MENDONÇA, A. **Felicidade, Bem-Esta e Sustentabilidade**: Representações e Racionalidades numa Comunidade do Nordeste Transmontano. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Aberta, 2014.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINAYO, M.C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, março, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.M.; Costa, H. S.; MONTE-MÓR, R. L. (Orgs.) **Teorias e Práticas Urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015.

MONTERO, M.M. **Introducción a la Psicología Comunitaria**: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

NERY, P. F. **Economia da Felicidade**: Implicações para Políticas Públicas. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa - Senado Federal, Textos para Discussão: 156, 2014.

NOVAES, A. **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras/Secretaria Municipal de São Paulo, 1992.

NORDHAUS, W. & TOBIN, J. (1973). Is growth obsolete? In: M. Moss (Ed.). **The Measurement of Economic and Social Performance**, Studies in Income and Wealth (p. 509-564). Cambridge: The National Bureau of Economic Research.

OLIVEIRA, L de. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

OLIVEIRA, P. S; GUERRA, J. B. S. O. A; KNABBEN, J. M. P. R; NEIVA, S. S. **Os índices de bem-estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento dos países**. Santa Catarina, 2015.

ORSI, R. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade**: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? [Tese]. Rio Claro -SP: Universidade Estadual Paulista, 2009.

PALA, W. **Estudo sobre elementos da Felicidade Interna Bruta (FIB) junto aos acadêmicos do curso de Comércio Internacional da UCS CARVI**. Universidade de Caxias do Sul – RS, 2020.

PIO, I.O. **Felicidade interna bruta**: reflexos da realidade no cerrado goiano [Dissertação]. Anápolis, GO: Universidade Estadual de Goiás; 2021.

PRANDI, R. **O Candomblé e o tempo**: Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. RBCS Vol. 16 nº 47 outubro/2001.

QUEIROZ, M. I. P. **Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz: 1991.

QUEIROZ, F. **Indicadores de desenvolvimento de um país: do PIB ao FIB**. Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, 2015.

QUIROGA, R. **Indicadores de sustentabilidad y desarrollo sostenible: estado del arte y Perspectivas**. Santiago de Chile: División de Médio Ambiente y Asentamientos Humanos, 2001.

RABELO, M. C. M. Obrigações e a construção de vínculos no candomblé. **Mana (Rio de Janeiro. Online)**, v. 26, p. 1-31, 2020.

REIS, J. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-econômicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos. In: Santos, B. S. (Org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

RIBEIRO, D. J. T. **Economia e felicidade: o índice de Felicidade Interna Bruta em contexto microeconômico – o Modelo “Felicidade 360”**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Lusíada do Porto. Porto, 2018.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, 1989.

SANDRONI, P. (1987). **Dicionário de economia**. Nova edição revista e ampliada. 7.ed. São Paulo, 1987.

SANTANA, M de. **Legados africanos: palavra enunciativa de simbolismos étnicos**. Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN 2525- 4715. Ano 2, número 3, volume 3, janeiro – junho de 2017.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, M. H. de C. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997.

SANTOS, M et al (Orgs.). **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, B. B. **Índice de felicidade local (IFL): uma proposta teórica metodológica de construção de uma medida de desenvolvimento social**. [Tese]. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SANTOS, L. K; GOBBO, A. **Gestão do nível de Felicidade Interna Bruta dos acadêmicos do curso de Administração de uma instituição de ensino do norte de Santa Catarina**. XIX. Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Florianópolis – SC, 2019.

SARASON, S. B. **The psychological sense of community**: Prospects for a community psychology. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras Aproximações. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESAB. **Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/>. Acesso em 13 de set. 2022.

SILVA, et al. **Desenvolvimento territorial e indicadores sociais**: um estudo do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. VI Congresso em Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimento. João Pessoa –PB, 2013.

SILVEIRA, R da. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2006.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro. Bahia: Prosa e Poesia. AMAGO, 2002.

SOUZA, M. A. A de. **Geografia, paisagens e a felicidade**. GeoTextos, vol. 9, n. 2, dez. 2013.

SOUZA, K. R; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan. /abr. 2017.

TESTONI, I., VISINTIN, E. P., CAPOZZA, D., CARLUCCI, M. C., & SHAMS, M. The Implicit Image of God: God as Reality and Psychological Well-Being. **Journal for the Scientific Study of Religion**, 2016.

TIDEMAN, S. G. Gross national happiness: towards a new paradigm in economics. In: URA, K.; Galay, K. (Eds.). **Gross national happiness and development**. Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2004.

TOBGAY, T., Dophu, U., Torres, C. & Na-Bangchang, K. (2011). Health and gross national happiness: review of current status in Bhutan. **Journal of Multidisciplinary Healthcare**, 4, 293-298.

TRINDADE, R. N. **A eficácia das decisões proferidas pela ONU na resolução de conflitos**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 2015. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44648/a-eficacia-das-decisoes>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

URA, D. K. **Dasho Karma Ura explica o FIB Felicidade Interna Bruta**, 2008. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/felicidade/dasho_karma_fib.pdf. Acesso em: 20 fevereiro de 2023.

VITOR, L. N. A. **Agroecologia versus Agricultura Convencional no assentamento Santo Antônio em Cajazeiras – PB e as relações com a Felicidade Interna Bruta (FIB)**, 2017.

ZANON, R; DIAS, S. I. S.; FIGUEIREDO, M. P. F. A Felicidade Interna Bruta como política urbana. **Revista Thêma et Scientia**, 9 (2): 8-27, 2019.

QUESTIONÁRIO FELICIDADE INTERNA BRUTA

Esta é uma pesquisa desenvolvida pelo mestrando, Ricardo Neiva Trindade, no âmbito do programa de pós-graduação Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território. A pesquisa tem o objetivo de estimar e analisar o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) no Terreiro Ilé Àse Ojú Odrún, localizado na cidade de Caetité, estado da Bahia. Sua participação é muito importante!

Questões Sociodemográficas

1 – Sexo

Masculino Feminino

2 – Idade?

_____ anos de idade.

3 – Qual é o seu grau de escolaridade?

- Analfabeto
- Ensino Fundamental (1º grau) – incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) -completo
- Ensino Médio (2º grau) – incompleto
- Ensino Médio (2º grau) - completo
- Superior – incompleto
- Superior - completo
- Especialização
- Mestrado ou Doutorado

Questões FIB – Felicidade Interna Bruta

PADRÃO DE VIDA

4 - Qual a sua renda mensal: R\$ _____.

5 - Qual o tipo da sua residência:

Própria Alugada Familiar

6 – A sua renda cobre as suas despesas mensais?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

7 – Consegue poupar parte da sua renda mensal?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

8 – Consegue comprar tudo o que tem vontade e necessidade?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

EDUCAÇÃO

9 – Dedica aos estudos e leitura?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

10 – Se preocupa em agir com correção, ou seja, valores éticos, morais e familiares?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

11 – Está satisfeito com o seu acesso à educação escolar, esportiva, musical e cultural?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

SAÚDE

12 – Se sente saudável e satisfeito com sua aparência física?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

13 – Tem alimentação saudável e pratica exercícios físicos?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

14 – Vai à médicos, hospitais e realiza exames?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

MEIO AMBIENTE

15 – Vive em contato direto com a natureza?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

16 – Se interessa e conhece sobre o semiárido, plantas e animais?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

17 – Se preocupa com a preservação do semiárido?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

18 – Sente feliz em viver no semiárido?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

19 – Se preocupa com a poluição do ar, rios e solos no semiárido?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

20 – Realiza atividades diretamente relacionadas ao meio ambiente?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

GOVERNANÇA

21 – Se sente satisfeito com o desempenho do governo municipal, estadual e federal?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

22 – Participa da política na sua cidade?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

23 – Considera os investimentos públicos satisfatórios?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

USO DO TEMPO

24 – Dorme bem e acorda com disposição?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

25 – Seu tempo é suficiente para fazer tudo que planeja?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

26 – É pontual nos seus compromissos?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

27 – Tem tempo livre para fazer o que gosta e descansar?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

CULTURA

28 – Aprende e pratica a falar outros idiomas?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

29 – Participa de festividades, eventos esportivos e recreativos locais?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

30 – Aprende e ensina alguma tradição, valor familiar?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

VITALIDADE COMUNITÁRIA

31 – Você se sente parte da sua comunidade?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

32 – Faz doações financeiras, de serviços e participa de ações sociais?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

33 – Encontra e se relaciona com amigos, familiares e vizinhos?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

34 – Você se sente feliz e realizado com sua vida?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

35 – Faz orações ou meditações?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

36 – Sente alegria, paz, satisfação, otimismo?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

37 – É reconhecido(a), tem uma vida significativa e tem expectativas para o futuro?

Nunca Raramente Frequentemente Sempre

38 – Cite três coisas que mais lhe fazem feliz.

1 - _____

2 - _____

3 - _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: “FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM ESPAÇOS MÍSTICOS: O ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) NA COMUNIDADE ILÉ ÀSE OJÚ OÒRÚN EM CAETITÉ (BA)”. Meu nome é Ricardo Neiva Trindade, mestrando em Sociedade, Ambiente e Território, da Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros e sou o responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail rick.trindade@yahoo.com.br, com endereço Rua Palestina nº 14, Caetité – Ba, CEP: 46400-000.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que me levou a propor esta pesquisa é para estimar e analisar o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) no Terreiro Ilê Àse Ojú Oòrún, localizado na cidade de Caetité, Bahia.

Os procedimentos de coleta de dados serão através de resposta a um questionário composto de 38 questões que o pesquisador irá ler e marcar as respostas do participante. O participante não terá que registrar seu nome no questionário, o que garantirá a ele total sigilo e anonimato sobre suas respostas.

Riscos e formas de minimizá-los:

Os riscos relacionados à participação neste estudo são relacionados à proximidade do pesquisador com o participante, de acordo com a resolução do CNS nº 510/16, podendo causar constrangimento. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação o pesquisador está usando crachá de identificação e ao participante é dada a liberdade de aceitar ou não responder o questionário.

Benefícios:

Esta pesquisa terá como benefício mensurar e analisar o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) no Terreiro Ilê Àse Ojú Oòrún, localizado na cidade de Caetité, estado da Bahia, para adicionalmente relacionar o FIB a outros indicadores objetivos e quantitativos, com o intuito de validar sua utilização como medida de bem-estar em comunidades tradicionais.

Declaração do Participante

Eu,, abaixo assinado, discuti com o pesquisador Ricardo Neiva Trindade sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo “FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM ESPAÇOS MÍSTICOS: O ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) NA COMUNIDADE ILÊ ÀSE OJÚ OÒRÚN EM CAETITÉ (BA)”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos.

_____, ____ de _____ de 2022.

Observação: Este termo deve ser assinado em 2 (duas) vias, sendo uma mantida com o pesquisador e a outra pertence ao participante da pesquisa.

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: ____/____/____

Assinatura do pesquisador responsável

Data: ____/____/____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____ CPF _____, R
G _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador Ricardo Neiva Trindade, do projeto de pesquisa intitulado: “FELICIDADE TERRITORIALIZADA EM ESPAÇOS MÍSTICOS: O ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) NA COMUNIDADE ILÉ ÀSE OJÚ OÒRÚN EM CAETITÉ (BA)”, a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador do estudo.

Caetité, em ____/____/_____.

Entrevistado

Pesquisador responsável pela entrevista

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PESQUISA DE CAMPO

Foto 1: Bábálòrísá Olórí Egbé: conversa com o sagrado.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 2: Vista panorâmica da Passagem das Pedras (território por extensão ao Àse Ojú Oòrún).



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 3: A religião é o fator que define o território-terreiro Ilé Àse Ojú Odrún.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 4: Aspectos do cotidiano: território-terreiro Ilé Àse Ojú Odrún.



Fonte: Pejigan (2022).

Foto 5: O sacrifício ritual de animais e a eficácia simbólica do sacrifício.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 6: Comida de santo: o emaranhado de vísceras.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 7: Objetos ritualísticos do Candomblé: o fato religioso.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 8: Ossé: ritual de limpeza dos assentamentos.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 9: Felicidade e senso de comunidade.



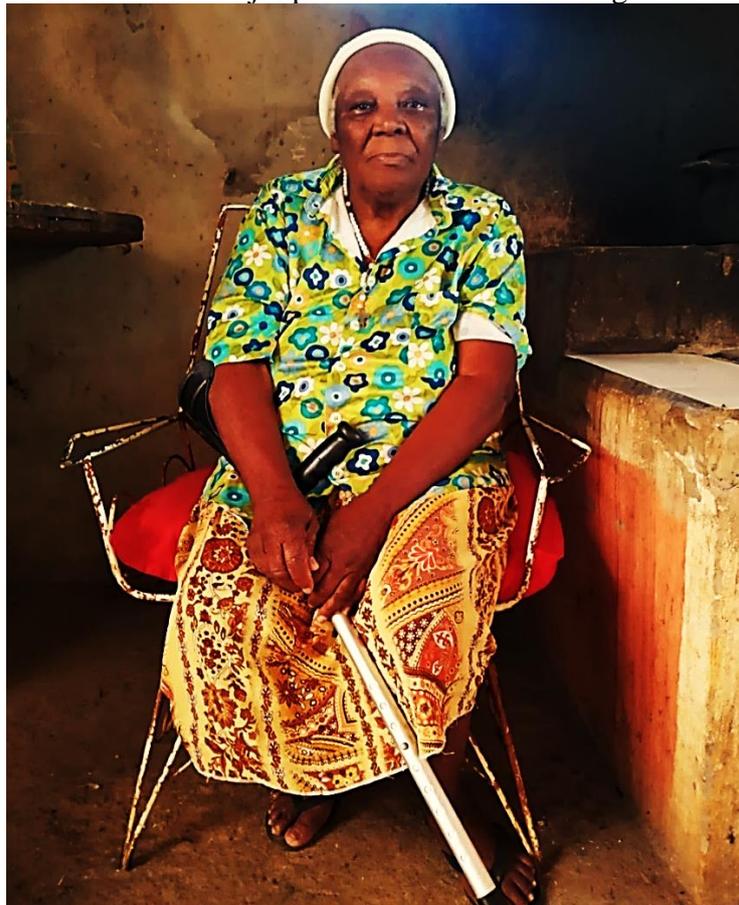
Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 10: Ebó para reativar a energia positiva e retirar as energias negativas.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 11: Ilé Àse Ojú: práticas de cuidado e longevidade.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 12: Ilé Àse Ojú: rede comunitária de cuidados.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 13: A inteireza do ser.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 14: Este solo que pisas é sagrado.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 15: Ojás: tecidos sagrados amarrados em árvores.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 16: O Orixá e a construção da pessoa.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 17: Dimensões do nosso ser.



Fonte: autor da pesquisa (2022).

Foto 18: Eu escolho ser feliz.



Fonte: autor da pesquisa (2022)

Foto 19: Pesquisador e pesquisado: pesquisa regida à luz da aproximação.



Fonte: autor da pesquisa (2022)

Foto 20: Oferenda, luz e gratidão.



Fonte: autor da pesquisa (2022)